



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

AMALEIDE LIMA DOS SANTOS

“TÁ VENDENDO AQUELE EDIFÍCIO MOÇO?”
**A ESPECIFICIDADE DA INCLUSÃO DIGITAL PARA
TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NÃO ALFABETIZADOS**

**SALVADOR
2008**

AMALEIDE LIMA DOS SANTOS

“TÁ VENDENDO AQUELE EDIFÍCIO MOÇO?”

**A ESPECIFICIDADE DA INCLUSÃO DIGITAL PARA
TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NÃO ALFABETIZADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA HELENA SILVEIRA BONILLA

SALVADOR
2008

Biblioteca Anísio Teixeira - Faculdade de Educação - UFBA

S233e Santos, Amaleide Lima dos

A Especificidade da Inclusão Digital para Trabalhadores da Construção Civil não Alfabetizados/ Amaleide Lima dos Santos. – Salvador, 2008.

158f .: il.;

Orientadora: Professora Dr^a. Maria Helena Silveira Bonilla.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008.

1. Inclusão digital. 2. Educação de jovens e adultos.
3. Construção Civil. I. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO

AMALEIDE LIMA DOS SANTOS

“TÁ VENDENDO AQUELE EDIFÍCIO MOÇO?”
A ESPECIFICIDADE DA INCLUSÃO DIGITAL PARA
TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NÃO ALFABETIZADOS

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em
Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia

Aprovada em 17 de dezembro de 2008

Banca examinadora

Dr^a Maria Helena Silveira Bonilla (UFBA) – Orientadora

Dr^a. Débora Abdalla Santos (UFBA)

Dr^a. Maria Regina Filgueiras Antoniazzi (UFBA)

Dr. Edvaldo Souza Couto (UFBA)

***[...] Peço licença para soletrar,
No alfabeto do sol pernambucano
A palavra ti-jo-lo, por exemplo,***

***E pode ver que dentro dela vivem
Paredes, aconchegos e janelas,
E descobrir que todos os fonemas***

***São mágicos sinais que vão se abrindo
Constelação de girassóis gerando
Em círculos de amor que de repente
Estalam como flor no chão da casa***

***[...] Peço licença para terminar
Soletrando a canção de rebeldia
Que existe nos fonemas da alegria:***

***Canção de amor geral que eu vi crescer
Nos olhos do homem que aprendeu a ler.***

(Thiago de Mello, 1978)

Agradecimentos

À minha orientadora Dra. Maria Helena Silveira Bonilla, sem a qual este trabalho não teria chegado a este momento. Agradeço o compromisso e a sensibilidade com que acolheu a “peleja digital” do trabalhador não alfabetizado, desde a etapa da seleção do mestrado, até as correções das minhas tecladas linhas.

Aos meus filhos Priscila e Álvaro, orgulho e razão dos meus dias.

À minha família, distante geograficamente, mas presente em cada esforço meu.

Às amigas-irmãs Márcia Lago e Sayonara Nobre, parceiras de muitas jornadas e partilhas de alegrias, tristezas e superações femininas.

Às companheiras de várias “empreitadas” Anna Friedericka e Débora Abdalla, pelo muito que aprendi e conquistei ao lado de vocês.

Aos colegas do GEC – Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologias, pela socialização de tantos aprendizados.

À Géssica e Sule, pelo carinho e disponibilidade em me ajudar sempre que foi necessário.

Aos bolsistas dos projetos Onda Solidária de Inclusão Digital e Educandow, dos quais participei durante esta minha jornada acadêmica.

E aos trabalhadores da Construção Civil, que enquanto edificavam prédios, revisitaram suas histórias e emprestaram voz aos capítulos desta dissertação.

RESUMO

O tema da “inclusão digital” vem sendo objeto de vários estudos no país, mas constata-se que pouca atenção ou pesquisas acadêmicas estão voltadas para a relação que jovens e adultos não alfabetizados estabelecem com as tecnologias digitais. A pesquisa busca responder a pergunta: Como pensa, interage e faz uso das TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação o imenso contingente da população não alfabetizada? Para compreender as “agruras” vivenciadas pelos trabalhadores não alfabetizados, optou-se por uma metodologia que permitisse dar voz aos sujeitos da pesquisa. Os capítulos estão organizados em ordem do percurso de vida dos trabalhadores, sendo os discursos dos mesmos entremeados por reflexões de autores de diferentes áreas, o que possibilitou-nos conhecer e compreender os processos que os sujeitos que não dominam a leitura e a escrita desencadeiam em torno das tecnologias digitais, suas dificuldades, suas conquistas. A pesquisa faz emergir a realidade vivida, e sofrida, por jovens e adultos não alfabetizados, especialmente os profissionais da indústria da Construção Civil, por ser este o setor que emprega maior número de pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade, trazendo à tona as lutas diárias que estas pessoas travam com os recursos digitais que estão a sua volta. A pesquisa identifica uma situação de “peleja digital” do não alfabetizado diante das TIC. Os resultados revelam que as salas de aula implantadas nos canteiros de obras, seguem uma proposta didática centrada no analógico e não alcançam a efetividade digital demandada pelos trabalhadores-alunos. Como conclusão, a pesquisa chama a atenção para o perigo das tecnologias serem utilizadas como argumento para uma possível “exclusão” ou incapacidade atribuída aos jovens e adultos não alfabetizados para lidar com os recursos da informação e da comunicação, da mesma forma que durante séculos de educação no Brasil não foram oportunizadas igualdades educacionais básicas que permitissem a universalização da “alfabetização analógica”.

Palavras- chave: Inclusão digital, exclusão digital, não alfabetizado, Educação de Jovens e Adultos, letramento digital

ABSTRACT

The “digital inclusion” has been a theme of many study subjects around the country, but little attention or academic research are dedicated to the relationship the illiterate and people establish with digital technology. In this study, is possible learning about the relationship risen between illiterate people and digital technology, difficulties, limitations, possibilities showed on contemporary society. The search looks for the answer’s question: How the enormous illiterate people quota thinks, interacts and makes use of Information and Communication Technologies (ICTs)? To understand the troubles faced by illiterate workers, this study categories of analysis are characterized for giving voice to the search subjects. The chapters are organized in order of the worker’s journey life, with their speeches streaky by digital inclusion and adult education specialists and by questions about work and it current demands. The author discusses the reality faced by illiterate workers, speccially civil construction ones, because that is the employment sector whit most low education rates between it workers. The search finds a “digital fight” between illiterate people and ICTs. As a conclusion, the search calls attention to the danger of Technology being used as a reason to a possible exclusion or inability given to illiterate people on dealing with comunication and information resources when during centuries of education on Brazil no basical educational equality that could allow a universal “analog literacy”were given to that nowadays we did not face a “digital illiteracy” situation.

Key-words: Digital inclusion, Digital divide, illiterate people, Digital literacies.

L I S T A D E G R Á F I C O S

Gráfico 1 - Função atual	25
Gráfico 2 - Faixa salarial dos entrevistados	26
Gráfico 3 - Faixa etária	27
Gráfico 4 - Estado civil	28
Gráfico 5 - Profissão que gostaria de exercer	33
Gráfico 6 - Pessoa com quem morou até os 10 anos	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de analfabetos cresceu na Bahia	14
Quadro 2 – Requisitos profissionais	55
Quadro 3 - Quadro estatístico	56
Quadro 4 – Ajudantes de obras civis	60

L I S T A D E F I G U R A S

Imagem 1 - Fiscal batendo o cartão de ponto dos trabalhadores	52
Imagem 2 - Fabricação de blocos e lajes de concreto na obra	70
Imagem 3 – Antigo relógio de cartão de ponto e o crachá digital	72
Imagem 4 - Sala de aula no canteiro de obras	100
Imagem 5 - Internet – que bicho é esse?	104
Imagem 6 - Saque	113

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - NARRATIVAS DE VIDA COMO PERCURSO METODOLÓGICO	20
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	24
CAPÍTULO 2 – O TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL: HISTÓRIAS DE VIDA	31
2.1 – A INFÂNCIA COMO SIGNIFICANTE DE SI	35
2.2 – MIGRAÇÃO INVOLUNTÁRIA	41
2.3 – ENTRE TIJOLOS E TELAS	44
CAPÍTULO 3 - EMPREGO NA CONSTRUÇÃO CIVIL: A NÃO OPÇÃO DO TRABALHADOR	54
3.1 – NÃO ESCOLARIDADE COMO DETERMINANTE PROFISSIONAL	62
3.2 – A CHEGADA DAS TIC AOS CANTEIROS DE OBRAS	68
CAPÍTULO 4 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A SALA DE AULA NO CANTEIRO DE OBRAS	75
4.1 – HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL:	79
4.2 – CONCEPÇÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO	85
4.3 – O CANTEIRO DE OBRA COMO <i>LÓCUS</i> DE APRENDIZAGEM	92
CAPÍTULO 5 - DO ANALÓGICO AO DIGITAL: A INCLUSÃO NA PALMA DA MÃO	107
5.1 – PELEJA DIGITAL	111
5.2 – A IMPRESSÃO DIGITAL COMO RECURSO TECNOLÓGICO	118
5.3 - TEMPOS MODERNOS: DA ALFABETIZAÇÃO AO LETRAMENTO DIGITAL	126
POR UMA OUTRA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO	130
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICES:	147
- Questionários e roteiro de entrevista	148
- Cartas de cessão	150

1 – INTRODUÇÃO

Com o crescente desenvolvimento tecnológico nos últimos anos, muito tem sido pesquisado sobre o uso das TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação, bem como os desdobramentos desses avanços nos diferentes processos produtivos, econômicos e educacionais, os quais requisitam dos sujeitos processos de familiarização e competência para o uso denominados de “inclusão digital”. No entanto, uma questão sempre me inquietou; todos os mecanismos tecnológicos desenvolvidos e disponibilizados na sociedade atual foram concebidos para uma população que domina os códigos de leitura e escrita com propriedade.

O fato de atuar como coordenadora pedagógica de uma entidade do terceiro setor que desenvolve programas para a elevação da escolaridade do trabalhador na Bahia, – o PSET – Programa SESI Educação do Trabalhador, proporcionou-me acompanhar durante seis anos de trabalho as salas de aula implantadas em canteiros de obras. Durante este período, 2002 a 2007, sempre me inquietou o fato de tantos homens com saberes profissionais e competências validadas pelas empresas, não conseguirem ter acesso ao resultado de seu suor no final do mês, o seu salário.

A estratégia comum, segundo relato dos entrevistados era, e ainda é, delegar o cartão bancário para as mais diversas pessoas, para que efetuassem o saque do dinheiro, por não conseguirem estabelecer contato com os caixas eletrônicos. Isso, por não saberem decodificar as informações constantes para cada tipo de operação. Esses mesmos trabalhadores assumiam, durante minhas visitas à sala de aula, que “tremiam” só de pensar na vergonha que poderiam passar nas filas dos caixas, por não entenderem nada do que estava escrito nos terminais, e apontavam como grande desejo de aprendizagem, saber utilizar as tecnologias mais necessárias no seu cotidiano.

A preocupação com essa população se justifica por estar a mesma distante das iniciativas formuladas como políticas públicas para atender a diversas outras

populações, a exemplo de programas para atendimento aos alunos das escolas públicas, implantação de infocentros e projetos específicos para pessoas portadoras de necessidades especiais. Enquanto essas iniciativas se expandem, nenhuma ação denominada como “Inclusão Digital” contempla a população adulta não alfabetizada do país, desconsiderando que esse universo é muito maior e tão urgente de atendimento quanto outras populações.

Durante minha experiência como coordenadora pedagógica de salas de aula nos canteiros de obras, percebia a angústia desses trabalhadores que revelavam seu estranhamento diante do uso das tecnologias, não necessariamente as associadas ao computador, pois quando questionados sobre o processo de votação no período eleitoral, afirmavam que votariam nos candidatos “**LARANJA** e **VERDE** ou no **BRANCO** e **VERDE**”. Ou seja, anulariam ou votariam em branco pelo fato de não conseguirem acompanhar as informações necessárias para exercerem seu direito ao voto. Desse modo, a questão chave desta pesquisa é: como pensa, interage e faz uso das Tecnologias da Informação e Comunicação o imenso contingente da população não alfabetizada?

Nesse contexto, buscamos identificar como se encontra o trabalhador que não foi alfabetizado na leitura e escrita da Língua Portuguesa e agora demanda por uma alfabetização digital. Outra preocupação necessária nos tempos atuais é compreender até quando o mercado da Construção Civil, hoje reconhecidamente demarcado como o maior empregador de trabalhadores com menor escolaridade, continuará a absorver esses profissionais, visto que os processos de transformações produtivas também estão chegando a esse setor, a exemplo das construções modernas em que vários equipamentos, antes manuais, agora são automáticos e alguns materiais estão sendo preparados no próprio canteiro da obra, como lajes, pré-moldados, blocos de concreto, argamassa, etc.

A categoria profissional retratada nesta pesquisa conta com a presença maciça de homens, sem formação escolar na infância ou adolescência, todos migrantes de cidades do interior do Estado, onde já exerciam trabalho infantil desde a mais tenra idade. Esses homens relatam histórias de vida marcadas por perdas e sofrimentos,

tendo ingressado na Construção Civil por ser esse setor um dos poucos a não exigir formação profissional ou outros requisitos de escolarização para sua admissão.

Segundo dados do IBGE em 2007, o Nordeste permanece com o mais elevado índice de analfabetismo entre as cinco regiões do país. Na média, um em cada cinco nordestinos declarou que não sabe ler nem escrever um bilhete simples. Comparado com dados de anos anteriores, registra-se uma leve ascensão da alfabetização de jovens e adultos, mas que são insuficientes para reverter o quadro perverso desenhado ao longo dos 500 anos de história do Brasil, como discutiremos no capítulo específico sobre a EJA - Educação de Jovens e Adultos.

A matéria jornalística no ano de 2002, onde se apresentam constatações de que o Estado da Bahia não estava obtendo êxito em seus programas de alfabetização de jovens e adultos expressa o quanto essa problemática se mantém no esquecimento, enquanto as tecnologias contemporâneas avançam em uma velocidade extremamente rápida. Vejamos:

Jornal "A Tarde" - Salvador/Ba – 05/08/2002 - Caderno Local

Número de analfabetos cresceu na Bahia

Adilson Fonseca

A Bahia tem 2.247.527 pessoas com mais de 10 anos analfabetas. Isso corresponde a 21,6% da população do Estado nessa faixa etária e mostra, em números absolutos, a liderança negativa na região Nordeste.

Esse índice é muito superior à média brasileira (12,8%). Em Salvador, são 125.845 pessoas que não sabem ler ou escrever (6,20% da população).

Especificamente para esta pesquisa, trataremos os dados relativos ao trabalhador da Construção Civil, setor em que, segundo a Federação dos Trabalhadores da Bahia, existem 300 mil profissionais no mercado. Desses, conforme relato do

presidente da entidade, Florisvaldo Bispo dos Santos, em entrevista à mestrandia para esta dissertação, 50% são analfabetos, o que se reflete na baixa remuneração desses trabalhadores.

Com a introdução no mercado de trabalho de novos equipamentos de base microeletrônica e a automação, elevou-se, também, o nível de complexidade das operações, modificando, substancialmente, os requisitos para o desempenho profissional, principalmente no setor industrial. Demandam agora que os trabalhadores alcancem uma sólida formação básica, tenham maior capacidade de pensamento teórico-abstrato e lógico-matemático, além da compreensão de todo o processo produtivo, sendo necessário o seu desenvolvimento constante no que se refere ao conhecimento das tecnologias da informação e da comunicação.

Nesse contexto, grande parte das atividades realizadas pela população, principalmente nos grandes centros urbanos, quase sempre envolvem operações tecnológicas. São os caixas de banco, de supermercados, cartões de previdência, terminais de auto-atendimento e, até mesmo, as decisões mais importantes do país, como as eleições, que hoje acontecem via urnas eletrônicas.

A questão se intensifica quando se analisam as fontes de acesso à informação, principalmente depois do advento da Internet. O fenômeno acabou promovendo uma nova diferenciação social, vivenciada por aqueles cidadãos que não acessam nem dominam a informática, popularmente chamados de “excluídos digitais”. Esse conceito e outros incorporados à dinâmica da sociedade contemporânea serão abordados nos capítulos desta pesquisa.

Nesta dissertação, desenvolvemos um estudo a partir da perspectiva de inclusão digital, no que se refere à classe trabalhadora da Construção Civil, e realizamos um diagnóstico de como ocorre a relação desses adultos trabalhadores com as tecnologias. Tomamos como ponto de partida a compreensão das condições concretas de produção do conhecimento, que ocorrem a partir da realidade objetiva dos indivíduos que buscam a sobrevivência pela força de trabalho e as reais

possibilidades de “inclusão digital” para os trabalhadores dos canteiros de obras da cidade de Salvador.

Nos capítulos que se seguem abordaremos a noção de “exclusão digital”, não na perspectiva dos que ainda não atingiram o status de “incluído”, como frequentemente é categorizado alguém que pertence a um contexto hegemônico e estável, mas como marca textual desta pesquisa, que é a busca das interlocuções com os autores que aprofundam a compreensão desse conceito. Como afirma Martins (1997):

[...] exclusão, de fato, sociologicamente, não existe. Ela é, na sociedade moderna, apenas um momento da dinâmica de um processo mais amplo; um momento insuficiente para compreender e explicar todos os problemas que a exclusão efetivamente produz na sociedade atual. (MARTINS,1997, p.26).

Portanto, se a primeira Revolução Industrial do século XVIII causou grandes transformações na sociedade com a introdução da máquina a vapor e do tear mecânico, hoje a revolução é de ordem científica e microeletrônica. No entanto, o espetáculo da imagem e informação instantânea ainda não é para todos. A cibercultura apresenta linguagens e mudanças constantes que passam a exigir de todos um aprendizado mais universal como forma de estar inserido tecnologicamente, envolvendo uma série de procedimentos cognitivos para o enfrentamento das mais diversas situações na sociedade, pois as demandas mais usuais perpassam por conhecimentos prévios sobre os recursos da informática.

Na sociedade, imersa nas TIC, que estamos vivenciando, os desafios educacionais são mais abrangentes e precisam superar a barreira impeditiva que jovens e adultos encontram para conhecerem e utilizarem socialmente a Língua Portuguesa, assim como proporcionar o acesso e uso às novas tecnologias da comunicação e da informação. Pierre Lévy (1999) faz um histórico do desenvolvimento tecnológico da humanidade: oralidade, escrita, imprensa, informatização. Porém, esse autor não concebe uma tecnologia como negação da outra, mas como complementação, pois a oralidade é inerente ao ser humano como prática social, enquanto as tecnologias representam a evolução das formas de comunicação.

No intuito de propor políticas públicas que incorporassem as tecnologias da informação e comunicação nos diversos setores da sociedade brasileira, o governo implantou o Programa Sociedade da Informação. No entanto, o referido programa não define claramente as iniciativas concretas para o acesso mais universal às novas tecnologias, resultando mais em um manifesto de intenções que propriamente em uma ação concreta, como consta no objetivo do documento denominado Livro Verde:

[...] integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do país tenha condições de competir no mercado global.” (Brasil, 2000, p.10).

O que podemos perceber, assim como já aconteceu com tantos outros recursos, a estrutura básica para disseminação da Internet não alcança a “todos os brasileiros”, como ambicionava o referido programa. A universalização do acesso à rede ficou restrita aos principais centros urbanos, o que acaba priorizando as camadas de maior poder aquisitivo da sociedade, pois o acesso ao ciberespaço exige infraestrutura de comunicação, assim como suporte de manutenção e representa um custo alto para regiões em desenvolvimento, bem como prioriza uma parcela da população com maior escolaridade, resultando em maior distanciamento dos trabalhadores que não alcançaram a educação básica, como afirma Kuenzer (1991):

Não há como enfrentar os novos desafios propostos pelas mudanças tecnológicas sem a extensão da educação básica a todos os trabalhadores, com pelo menos oito anos de duração, até que progressivamente se atinja a democratização do ensino médio, pois não há como se obter uma boa formação tecnológica sem a posse dos conhecimentos científicos fundamentais, tarefa da escola regular, a ser complementada pelas instituições de formação profissional e pelas experiências vividas pelos trabalhadores no processo de trabalho. (KUENZER, 1991, p.14)

Outro princípio a ser considerado, é o da qualidade da escola, o qual implica em dois aspectos: oportunizar aos alunos melhores níveis de conhecimentos que os levem a utilizar instrumentos, meios, técnicas para que possam obter soluções diante de uma situação-problema correspondente a sua realidade, bem como proporcionar aos indivíduos meios que possibilitem desenvolver uma competência de participação, ou

seja, ser mais atuante na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento e a transformação da história social.

Nesse contexto, buscamos investigar também até que ponto as escolas-canteiro estão possibilitando aos alunos acompanharem essas inovações tecnológicas. Para abordar essa e outras questões que norteiam esta pesquisa foi preciso dar voz ao trabalhador e questionar como se dá o seu contato com as TIC, como ele se vê nesse cotidiano tecnológico, qual a relação entre o aprendizado empírico que teve ao longo da vida com a constante evolução que está passando o setor da Construção Civil.

Após essas considerações, as questões investigativas desta pesquisa buscam identificar: como se encontra o adulto trabalhador que precisa utilizar os recursos mais básicos das tecnologias e não possui as habilidades básicas para operá-los? De que forma integrar jovens e adultos, que tiveram pouco ou nenhum acesso à cultura letrada, à cultura digital? São esses alguns dos pontos de investigação a serem abordados nos capítulos seguintes, ao tempo em que é preciso conceber uma práxis pedagógica específica para a Educação de Jovens e Adultos na sociedade contemporânea, em que giz e quadro não são recursos didáticos suficientes para aproximá-los das TIC.

Para melhor situar o leitor e traçar uma “linha do tempo” em relação a trajetória de vida e contexto atual em que se encontram os trabalhadores da Construção Civil não alfabetizados, que representam um recorte dentre muitos outros em situação similar, organizamos os capítulos de forma a retratar seu percurso de vida e os processos que desencadeiam em relação à temática da Inclusão Digital. Assim, o primeiro capítulo apresenta os argumentos que elegeram a etnopesquisa como opção metodológica para possibilitar uma “escuta sensível”, dar voz aos sujeitos entrevistados, colocá-los como destaque principal e referência para este estudo.

No segundo capítulo, retrata-se as histórias de vida dos trabalhadores da Construção Civil e buscamos conhecer os fatores sociais que os levaram à condição atual em que se encontram, bem como as estruturas políticas e econômicas que

demarcam a lógica da “inclusão” ou “exclusão”. O capítulo três explicita a relação entre o nível de escolaridade do trabalhador e a sua “opção” pelo setor da Construção Civil e como os mecanismos recém incorporados ao setor imobiliário estão afetando o cotidiano nos canteiros de obras.

O capítulo quatro apresenta um panorama da Educação de Jovens e Adultos no país, apresentando dados censitários e históricos dos últimos anos até o contexto da sala de aula implantada no canteiro de obras como espaço de aprendizagem. Ao avançar a leitura até o capítulo cinco, intitulado “Do Analógico ao Digital: a inclusão na palma da mão” o leitor encontrará o cerne das discussões relativas à “inclusão digital”, identificando o quanto este termo transcende a questões puramente tecnológicas e o caráter essencialmente consumista presente na maioria dos programas e projetos que focalizam a propalada “inclusão digital”.

Por fim, nas conclusões é possível reconhecer o que foi delineado nos capítulos anteriores como fatores que levam o trabalhador da Construção Civil não alfabetizado à “peleja digital” na sociedade contemporânea, ao tempo em que identifica-se que não será mais uma proposta metodológica de alfabetização centrada essencialmente no texto analógico que dará conta das leituras hipertextuais e midiáticas demandadas por jovens e adultos não alfabetizados na atualidade. Esperamos com este estudo possibilitar novas discussões e pesquisas no campo de uma temática social tão relevante quanto urgente que é inserir os milhares de brasileiros não alfabetizados no letramento digital.

CAPÍTULO 1

NARRATIVAS DE VIDA COMO PERCURSO METODOLÓGICO

“Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as asas
Que lhe brotavam da mão”.

(Vinícius de Moraes, 1981)

A presente pesquisa tem uma abordagem essencialmente qualitativa, com natureza autobiográfica. Para um efetivo delineamento, análise e compreensão do perfil dos trabalhadores da Construção Civil, enfatizamos o uso da técnica de pesquisa com base em suas histórias de vida, utilizando a estratégia da etnopesquisa para dar voz aos protagonistas desse importante setor da sociedade.

A descrição da pesquisa, com enfoque nas histórias de vida e construções autobiográficas, pauta-se no procedimento investigativo, onde os sujeitos reconhecem-se por meio das narrativas sobre suas trajetórias pessoais e profissionais. Para esta pesquisa especificamente, buscamos investigar como o não alfabetizado está lidando com as diversas tecnologias contemporâneas.

Como opção metodológica, adotamos a etnopesquisa, cuja abordagem tem caráter autobiográfico, o que se revelou muito pertinente por contemplar a compreensão das várias fontes de constituição dos sujeitos pesquisados – os trabalhadores da Construção Civil. Assim, cada relato reporta às experiências de vida dos sujeitos e estabelece justificativas para o presente vivido e, especialmente, para as “tensões” que se criam em torno dos recursos tecnológicos presentes em seu contexto pessoal e profissional.

Sobre a História de Vida, diversos autores consideram esta metodologia adequada para uma abordagem qualitativa, especialmente em se tratando da perspectiva da condição humana. Segundo Josso (2004)

[...] a abordagem Histórias de Vida e Formação inscreve-se na corrente das metodologias hermenêuticas de pesquisa, que estabelecem a construção de um saber compreensivo sobre o trabalho de interpretação intersubjetiva de um material lingüístico, evocando a interioridade dos atores ou, mais precisamente ainda, a vida deste mundo interior por meio das representações, das idéias, dos sentimentos, das emoções, do imaginário, dos valores, dos projetos e das buscas que o constituem e o animam. (JOSSO, 2004, p.185)

Nesta perspectiva, o papel da narrativa exige do pesquisador a capacidade de explicitar o discurso e, ao mesmo tempo, dar o distanciamento necessário para que se processe uma análise das subjetivações presentes e o que realmente se constitui enquanto objeto de investigação. Este trabalho permite uma verdadeira “catarse” de referenciais epistemológicos, socioculturais e experiências, tomando consciência de que cada um é protagonista e autor de sua própria história de vida, como se observa neste depoimento:

[...] nunca fui à escola porque tinha que trabalhar pra ajudar no sustento da minha família. Meu primeiro emprego foi de chamador de boi (*guia que conduz a boiada*), com nove anos de idade, e nos finais de semana eu tinha que ajudar meu pai na roça da família. Nessa época, a situação era muito dura, a gente não tinha o que vestir e mal o que comer...chegava a dividir um ovo pra quatro pessoas. (Sr. Adolfo)

Para este trabalho, a abordagem metodológica contemplou entrevistas para a coleta de informações junto aos próprios sujeitos da pesquisa, ou seja, depoimentos de trabalhadores-alunos, entrevistas com representantes de empresas e entidade sindical dos trabalhadores, pesquisa documental nas instituições que desenvolvem programas educacionais para trabalhadores da Construção Civil, especialmente, o SESI – Serviço Social da Indústria - entidade do terceiro setor, que implanta programas de educação para trabalhadores em parceria com diversas empresas do ramo industrial.

Como se trata de uma pesquisa em que a dimensão qualitativa permeia a metodologia a ser adotada, por se tratar de uma investigação essencialmente sobre indivíduos, dispomo-nos a resgatar os acontecimentos marcantes e lembranças que traçaram o seu percurso de vida e se manifestam na atualidade, de forma consciente ou não, pois, segundo Moita (1995, p.116), “[...] só uma história de vida põe em evidência o modo como cada pessoa mobiliza seus conhecimentos, os seus valores, as suas energias, para ir dando forma à sua identidade, num diálogo com seus contextos”.

Importante ressaltar que a tônica da utilização das histórias de vida, como método, ganhou força na França no início da década de 80, a partir da articulação entre pesquisadores, como Pierre Dominicé, Mathias Finger e Marie-Christine Josso, Gaston Pineau e Marie-Michèle. Esses pesquisadores delinearão uma abordagem metodológica que difere do positivismo, determinado pela objetividade, e largamente utilizado para uma investigação pautada na busca de resultados quantificados e generalizáveis.

As experiências quanto ao uso da etnopesquisa como campo metodológico nas ciências humanas têm se firmado nos últimos anos através de diversos autores como Pineau (2006), Delory-Momberger (2000), Josso (2004) e para esta pesquisa, especialmente, reportamo-nos aos estudos de Macedo (2000, 2004). Para este autor, a abordagem da etnopesquisa representa uma conquista à medida que o sujeito não precisa mais ter sua voz representada por “teorias cultuadas”.

[...] que sua fala seja a narrativa de primeira mão para as interpretações fundamentadas na realidade concreta, da qual, ele faz parte, irremediavelmente. Assim, as citações das falas dos autores constituem-se num recurso pertinente em termos de coerência teórico-epistemológico para a etnopesquisa. (MACEDO, 2000, p.11)

Na perspectiva da etnopesquisa, vale ressaltar que o campo constituinte desta pesquisa se deu no próprio ambiente de trabalho, o canteiro de obras, onde a necessidade de conhecimento para as funções a serem desempenhadas, acontecem no “aprender fazendo”, sem um processo de aprendizado institucional para a grande maioria dos operários do setor produtivo. No entanto, vale ressaltar

que esse “fazer” está passando por outras demandas de conhecimento, requerendo do trabalhador a apropriação de novos saberes, sobretudo a respeito da incorporação de novos equipamentos e mudanças nos processos produtivos nos canteiros de obras.

É fato que as mudanças ocorridas a partir dos processos de globalização fazem com que as necessidades da sociedade provoquem uma busca constante de novos conhecimentos e adequações às inovações tecnológicas. Mas, como fica a identidade do sujeito que não conseguiu ou não teve oportunidade para estabelecer contato com o recurso técnico mais universal que existe, a escrita?

A presente pesquisa analisa dados coletados junto aos empregadores, entidades sindicais, mas, sobretudo, ao “vivente” desse cenário, com suas especificidades, onde a força física é essencial para atuar na função, e onde há uma hierarquia ocupacional explícita e determinada pelo grau de escolaridade de seus ocupantes. Ou seja, os mais escolarizados estão nos postos mais elevados da empresa: engenheiro, encarregado, chefe de segurança, mestre-de-obra, enquanto os não alfabetizados ou com pouca escolaridade exercem funções com menor valor salarial e maior carga de atividades motoras que demandam grande esforço físico.

Buscamos, na perspectiva da etnopesquisa, contemplar o que os sujeitos pesquisados falam, atentando para a coerência entre o que é relatado e o que efetivamente está sendo objeto de investigação, pois em uma narrativa autobiográfica há exclusões realizadas conscientemente, bem como possibilidades de inclusões significativas que se desdobram em revelações, inicialmente, sem relevância para o narrador. Por não terem a autonomia necessária para escreverem suas autobiografias, a história de vida foi utilizada como recurso metodológico pertinente para o propósito de fazer as articulações entre a narração e o objeto de investigação.

[...] entre essas vias de conhecimento, as práticas das histórias de vida apresentam-se como uma mediação particularmente adequada às características contemporâneas de sociedades ocidentais industrialmente desenvolvidas. [...] Essas práticas apresentam a vantagem de estar suficientemente em conformidade com a tradição da narrativa heróica ou

edificante para serem inteligíveis a todos e a cada um e suficientemente distanciadas das práticas de pesquisa e de formação para oferecerem oportunidades de tomadas de consciência que catalisam aberturas, interrogações e até mesmo mudanças (JOSSO, 2004, p.157).

Acreditamos que essa opção metodológica proporciona resultados mais legitimadores, por se tratar de um processo em que o quadro social é evidenciado à medida que as atividades da vida cotidiana fornecem elementos para as investigações. Assim, os relatos autobiográficos constituem-se no fio condutor desta pesquisa, possibilitando aos sujeitos participantes emergir de suas histórias como um instrumento de expressão de si, de comunicação e de interação com os outros e com o mundo, e conseqüentemente, reflexão sobre o passado e significâncias presentes no contexto tecnológico atual.

1.1 – CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A ausência de pesquisas acadêmicas sobre essa temática e a especificidade desse público ficou evidente durante o levantamento bibliográfico para realização deste trabalho, especialmente, no período de 2007 a 2008, sendo que a maioria das publicações refere-se à Engenharia Civil ou a questões de Saúde e Segurança no Trabalho. Portanto, especificamente neste capítulo, as fontes são primárias e foram obtidas ao longo de dois meses de entrevistas com os trabalhadores da empresa que compuseram a amostra deste trabalho.

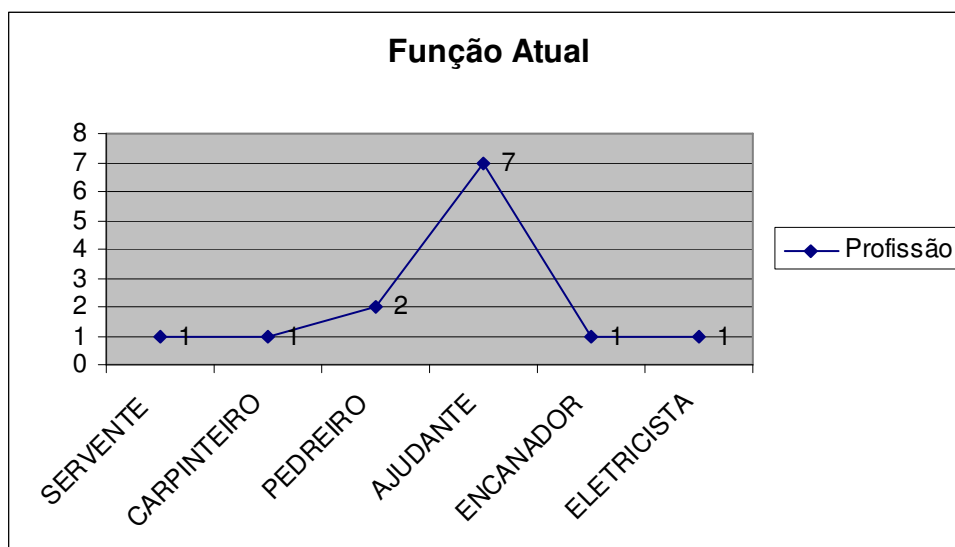
O recorte para a amostra desta pesquisa foi composto por treze trabalhadores de uma obra localizada na orla marítima de Salvador, adotando como critério de escolha o fato de todos estarem estudando em uma sala de aula implantada no canteiro da obra e contar com um número significativo de alunos, composta por dezoito trabalhadores matriculados, quando ocorreram os contatos iniciais para a definição da pesquisa. Durante esse período, aconteceram cinco evasões entre os alunos-trabalhadores, decorrentes de demissões, transferências para outra obra e afastamento por questões de saúde.

Os depoimentos ocorreram no próprio ambiente de trabalho dos entrevistados durante o período em que estavam em sala de aula. As entrevistas foram individuais. Os registros foram todos gravados e posteriormente transcritos, sendo que após a análise de todas as entrevistas, voltou-se à obra para dirimir dúvidas e fazer leituras das transcrições para que os mesmos identificassem alguma lacuna ou manifestassem alguma objeção ao que havia sido relatado.

Ao realizar as leituras das entrevistas para cada trabalhador, ao mesmo tempo esses reafirmavam seus depoimentos e lembravam de detalhes, datas, nomes que foram sendo incorporados pela pesquisadora. Também, os entrevistados ressaltavam o quanto estavam “se sentindo importantes”, pois avaliam que a classe da Construção Civil não tem sua carreira reconhecida, nem pelos patrões, nem pela sociedade, como afirma este trabalhador:

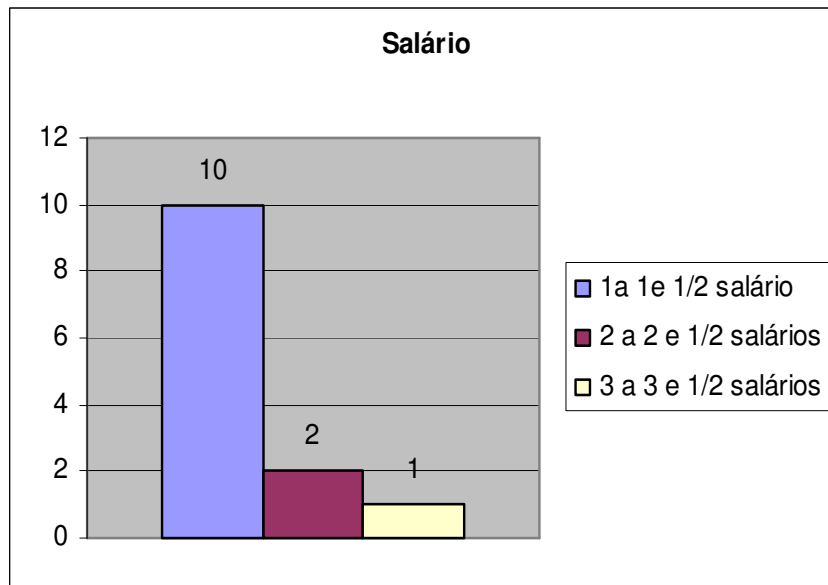
[...] ninguém pára pra pensar como é que aquela janela foi parar lá no décimo andar...ela não subiu sozinha e as pessoas só vêem quando já está tudo pronto e nem imaginam o que a gente passou até chegar a hora de entrar num apartamento desse”. (Sr. Armando)

Assim, os dados da pesquisa foram analisados, em especial, quanto aos seus aspectos qualitativos, através dos sentidos atribuídos às respostas obtidas durante a aplicação do questionário e nas transcrições das entrevistas. Alguns dados desta população constam nos gráficos seguintes:

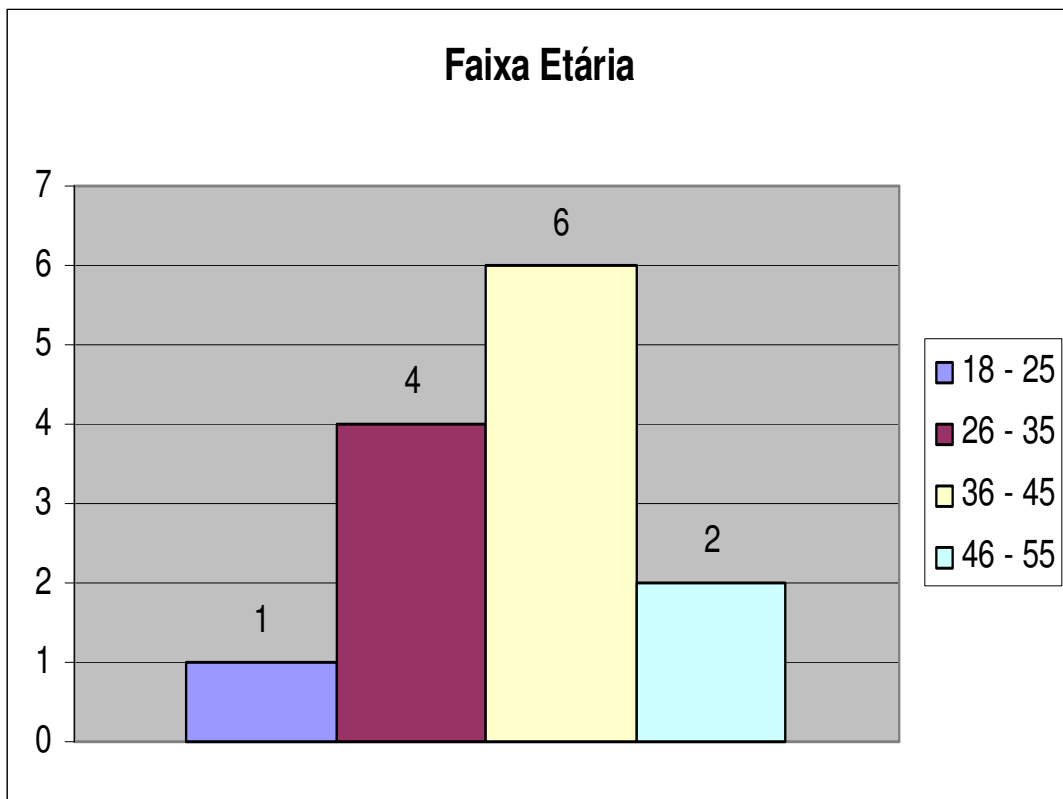


Dentre os entrevistados, 54% encontram-se na função de ajudante o que equivale ao desenvolvimento de atividades de apoio para execução do trabalho dos demais profissionais do setor, correspondendo também a menor faixa salarial entre os entrevistados, conforme tabela da categoria profissional:

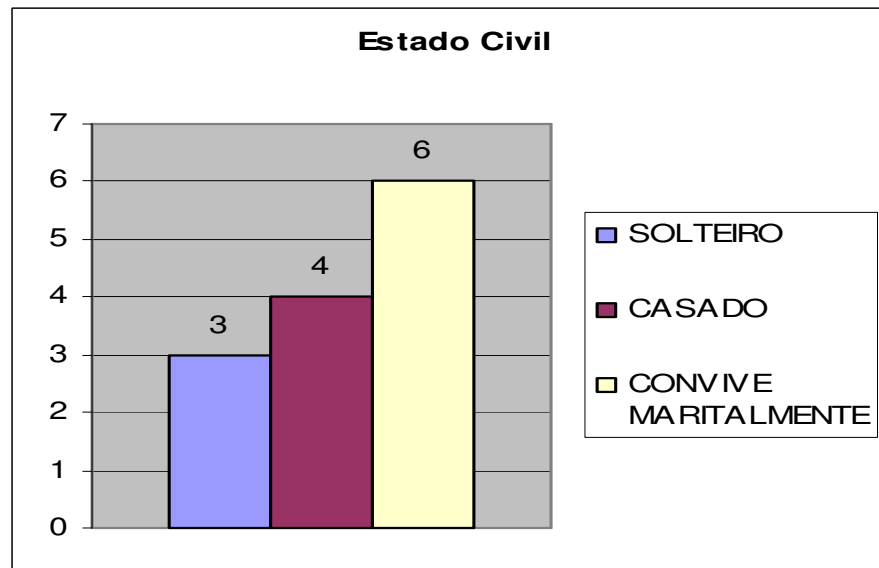
Faixa salarial dos entrevistados:



Como se observa, o piso salarial, declarado pela categoria profissional, tem como base o salário mínimo vigente no país e equivalente a R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) em outubro de 2008. O valor estabelecido pelo SINTRACOM - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira para Salvador e Região Metropolitana, a partir de janeiro de 2008, é de R\$ 430,55 (quatrocentos e trinta reais, cinquenta e cinco centavos). Consta-se que a maioria dos trabalhadores entrevistados está com os salários compreendidos na faixa entre um a um e meio salário mínimo.



O gráfico acima aponta que a maior concentração entre a faixa etária dos trabalhadores entrevistados encontra-se entre os 36 e 45 anos de idade, seguida dos que estão na faixa dos 26 aos 35 anos, sendo que dois trabalhadores estão com a idade entre os 46 e 55 anos. Dentre os pesquisados, identificamos que apenas um trabalhador corresponde a faixa etária considerada jovem, o que denota a possibilidade de que um número muito pequeno de profissionais, com idade inferior a 25 anos, esteja inserido neste mercado de trabalho, o que foi percebido não apenas nesta obra, mas constata-se como realidade no setor da Construção Civil.



Na questão relativa a situação civil desses trabalhadores, 46% declaram-se solteiros. No entanto, convivem maritalmente, negando o vínculo jurídico estabelecido por outras normas de conduta que não seja a certidão de casamento. Acreditam que por não possuírem esse documento estariam livres de possíveis ações na justiça quanto às responsabilidades legais que precisariam assumir com maior efetividade caso fossem casados “no papel”, como eles se referem ao casamento realizado legalmente.

Um dado revelador é a não presença feminina nas obras, o que denota uma profissão fortemente demarcada pelo gênero. Isso traduz também algumas características da categoria profissional que é reconhecida pela força física e habilidades que envolvem aprendizagens desenvolvidas pelo convívio profissional. Assim, o trabalho feminino é resguardado para a etapa final da obra, quando as mulheres fazem serviços de acabamento, como limpeza de rejunte, argamassa, pintura de detalhes ou colocação de pequenos ladrilhos, conforme relato de um dos encarregados da obra.

No transcorrer da pesquisa, a densidade das entrevistas que se seguiram a cada depoimento permitiram ampliar a análise investigativa. Por se tratar de depoimentos basicamente orais, rompeu as questões previamente concebidas no roteiro,

explicitando experiências que lhes pareciam significantes, ao tempo em que situações de subjetividade emanavam no decorrer das narrativas, revelando o que Ataíde (2006) aponta como combinação favorável de dois fatores, os recursos tecnológicos que permitem a captação de informações em tempo real e o estabelecimento de uma nova relação entre pesquisador e o sujeito da história.

[...] a História Oral pressupõe a realização de relações simétricas e de colaboração entre eles, favorecendo um depoimento mais denso, espontâneo e interativo, construído dentro de uma relação empática que estimula a reflexão, a afetividade e a memória. (ATAÍDE, 2006, p.313)

As características dos profissionais desse setor apresentam muitos pontos em comum no que se refere às histórias de vida. Em sua grande maioria, são homens que ingressaram precocemente no mercado de trabalho, não tiveram acesso ou abandonaram a escola, estão predominantemente na faixa etária dos 36 aos 45 anos, declaram-se “morenos”, nasceram na zona rural ou em pequenas cidades do interior do Estado da Bahia e passaram por situações de privação afetiva e alimentar, como abordaremos no capítulo seguinte.

Assim, as histórias de vida seguem um curso revelador dos mecanismos de produção e reprodução de desigualdades e privações na sociedade contemporânea, colocando o trabalhador não alfabetizado na condição não de excluído, no sentido de deixá-lo fora, mas em uma condição que nos parece mais perversa ainda. Ao tempo em que o mercado transborda com os mais diversos recursos tecnológicos, que propagam a melhoria dos serviços de comunicação e informação, impõem-se condições excludentes aos que não pertencem a uma sociedade letrada.

Ressaltamos que todas as questões formuladas para esta pesquisa contaram com a unanimidade de aceitação dos termos para publicação das entrevistas, que constam como anexo, faltando apenas uma carta de cessão de um dos entrevistados, pois o mesmo foi transferido da obra quando ocorreu o momento de assinaturas do documento. Além de ser um cumprimento formal no campo da pesquisa, o contentamento que demonstraram os trabalhadores entrevistados revela o quanto sentiram-se colaboradores de uma pesquisa que, nas palavras de um entrevistado,

“é a primeira vez que estão perguntando sobre nossa vida e nosso trabalho, porque no geral peão não tem vez” (Sr. Juracy, grifos nossos).

As trajetórias de vida dos trabalhadores entrevistados apresentam um cenário que já é do conhecimento dos que convivem com a categoria, mas que através deste estudo espera-se levar a público a realidade desses homens que, embora se constitua em uma importante categoria profissional, ainda não recebem o reconhecimento da sociedade e de instâncias governamentais para a sua situação econômica, social, e, agora, digital, com a qual convivem.

CAPÍTULO 2

O TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL – Histórias de Vida

*“E assim o operário ia
Com suor e cimento
Erguendo uma casa aqui
Adiante um apartamento.”*

(Vinícius de Moraes, 1981)

Historicamente, o setor da Construção Civil foi e ainda é marcado por uma natureza de trabalho que absorve profissionais com habilidades manuais, em detrimento de uma escolarização básica, muita disposição física e precarização das relações de trabalho, como iremos abordar em capítulo posterior. No entanto, para melhor compreensão das relações sociais dessa categoria profissional, faz-se necessário um olhar mais apurado sobre as lacunas quase nunca expostas na história do país, principalmente, no que tange à formação da classe trabalhadora, visto que o Brasil foi o último país a acabar com a escravidão, deixando o lugar social dos ex-escravos marcado pela completa ausência de qualquer movimento ou ação política para inserção social dessa população descalça, analfabeta, sem recursos e despreparada para o exercício de qualquer função que não fosse a servidão, única atividade desenvolvida até então.

A educação no Brasil, desde os primórdios da colonização, sempre esteve associada a um símbolo de classe, que com o decorrer do tempo foi ocupando as estruturas de poder da sociedade. A herança do modelo escolar voltado para formar o “homem culto” perdura até os dias atuais, quando a educação apresenta características estigmatizantes, e ajusta-se não às necessidades dos educandos, mas ao que a estrutura vigente demanda por fornecimento. Para Romanelli (1989, p.34) **“o ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem preocupação de qualificar para o trabalho”**. (grifos nossos)

Esse distanciamento entre o modelo educacional e a sociedade vigente no período da colônia, permanece atual em sua concepção, à medida que as práticas de

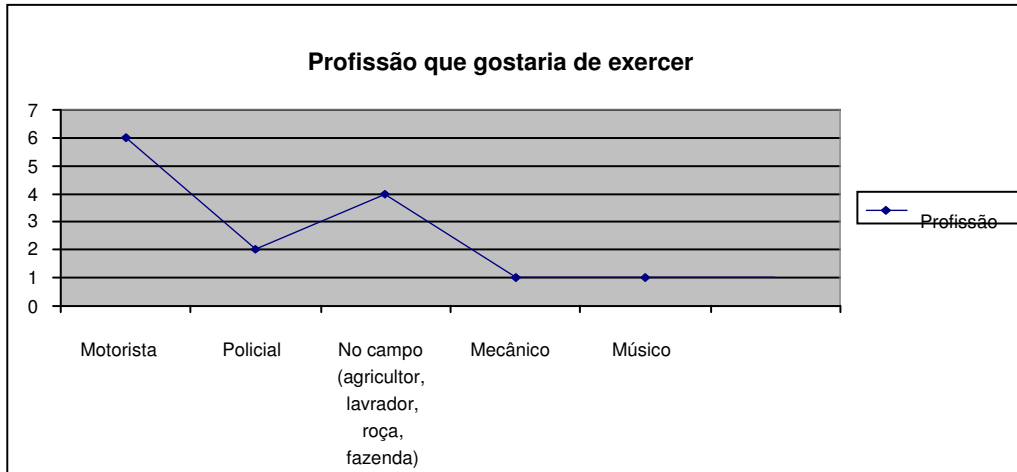
ensino, em sua maioria, não apresentam coerência com o mundo do trabalho contemporâneo, assim como não oferecem condições igualitárias para que todos tenham possibilidade de ascensão nos estudos. Basta constatarmos que o princípio educativo mais elementar, a alfabetização, não foi ainda universalizado no Brasil.

Diferentemente de outros países, a história econômica e social do Brasil foi fortemente marcada por ciclos. Passamos pelo Ciclo dos diamantes, da cana-de-açúcar, do café e outros eventos, cujas heranças perduram até os dias de hoje, com linguagens que refletem com precisão as heranças de um país colonizado por exploração, e que deu origem a uma estratificação social que não atende pelo nome de castas, mas que é demarcada por uma desigualdade imensa entre poder econômico, direitos sociais e, conseqüentemente, ocupações profissionais.

Neste aspecto, é procedente afirmar que o setor da Construção Civil se constituiu a partir dos braços fortes de uma raça que foi barbaramente explorada e ainda hoje carrega as marcas de uma sociedade escravista que “libertou”, mas não acolheu seus “filhos”. Os dados desta pesquisa apontam para um predomínio da descendência negra entre os trabalhadores dessa categoria, aliada a outros fatores sociais que não distinguem raça, mas estabelecem uma relação que reitera essa descendência exploratória.

Para melhor compreendermos o perfil do grupo que constituiu a amostra desta pesquisa, revelamos que esses homens, com faixa etária predominante entre 36 a 45 anos, aparentam, fisicamente, uma idade superior, existindo na turma pesquisada apenas 1 jovem na faixa dos 18 aos 25, o qual diferentemente dos demais, que não demonstram perspectiva de mudança de atividade profissional, afirma que está na Construção Civil porque não conseguiu outra oportunidade, mas espera que isso seja temporário, pois seu sonho mesmo é ser motorista de caminhão, “**pra conhecer trecho e ter história pra contar**” (Sr. Ademilson, grifos nossos).

Esse fato merece um gráfico para melhor entendermos porque tantos profissionais afirmam que, se não estivessem na Construção, gostariam de ser motoristas, quando questionados sobre que profissão gostariam de exercer.



Para o leitor desta dissertação, o questionamento inicial que poderia surgir é por que uma pesquisa cujo tema é inclusão digital estaria interessada no “sonho” desses trabalhadores em serem motoristas? A resposta é exatamente a aproximação de um conceito de Inclusão Digital de acordo com as necessidades e especificidades do ser humano. É importante lembrar que o direito de ir e vir enquanto possibilidade de liberdade, revela-se na contemporaneidade com uma outra conotação, ou seja, o trabalhador não alfabetizado não conseguirá seguir os trâmites legais para exercer a profissão de motorista, por estar impedido digitalmente.

No contexto atual, o processo para aquisição da carteira de habilitação requer mais que a habilidade necessária para conduzir um veículo. O trâmite ocorre em várias fases, sendo uma delas averiguada digitalmente quando o candidato faz a prova de conhecimentos teóricos no órgão competente. As questões disponibilizadas no computador demandam para suas resoluções, conhecimentos não apenas de leitura, mas reconhecimento de acessórios como teclado e mouse, além de habilidades de compreensão das informações digitais constantes para resolução de questões on-line, com tempo cronometrado, para que o candidato consiga ter a sua carteira de motorista.

Outro fator a se considerar é que os profissionais da Construção Civil entrevistados associam o papel do motorista como àquele que não “está preso” a um tipo de serviço repetitivo e que, segundo eles, é melhor visto pela comunidade, como se traduz em uma das falas, quando perguntamos o porquê de ser motorista: **“Ah!! Ser**

motorista é outra história né? Anda arrumado, conhece muitos lugares, faz muita amizade, é ele quem controla o volante...e também namora bastante...

(Sr. Carlos, grifos nossos).

Emerge nesse depoimento, que se assemelha aos demais, o que poderíamos, em uma análise primária, identificar como uma questão de baixa auto-estima. Sentem-se com os “brios” feridos em vários aspectos, seja quando não assumem controle total de seu ofício, devido à segmentação de funções que é marcante nos canteiros de obras, seja quando recebem ordens constantes do mestre ou encarregado, por não terem domínio completo da planta arquitetônica, ou por considerarem que eles não têm autonomia suficiente para conduzirem uma ação que envolve grandes investimentos financeiros, como os empreendimentos imobiliários que constroem.

Essa não valorização da categoria profissional da Construção Civil, conforme expressam os depoimentos, coloca-os em uma condição que “parece” afetar também a sua masculinidade, pois mostram-se reticentes pelo fato de não terem tantas possibilidades de escolha feminina e associam essa característica à figura do motorista, que sob o ponto de vista dos entrevistados, trata-se de um profissional que possui total controle da situação, o veículo, enquanto eles detêm controle sobre apenas parte de um processo de trabalho, que nem lhes pertence.

Embora pareça distanciada essa análise “psicológica” com a temática da inclusão digital, poderíamos identificar que o público que compõe esta pesquisa tem uma trajetória de vida marcada por uma série de impedimentos, que perpassa pela ausência das habilidades de leitura e escrita, chegando ao momento atual em que o maior empecilho para serem habilitados como motorista é o fato de não conseguirem ser leitores de tela e efetuar os comandos digitais necessários para tornarem-se motoristas, ao tempo em que sentem-se “discriminados” por reconhecerem ser essa uma característica comum aos homens.

Outras situações impeditivas para esses trabalhadores são relatadas nos depoimentos, e hoje a “agrura” da não alfabetização provoca situações de exposição que antes eles conseguiam “driblar” no seu cotidiano. Com a transposição do

analógico ao digital, até procedimentos simples, como passar o cartão de ponto ao final do expediente de trabalho, acabam por revelar o drama que muitos preferem omitir, mas que se encontra atestado na cédula de identidade, quando se lê “não alfabetizado”, no espaço em que deveria constar sua assinatura.

As implicações do processo de não alfabetização serão melhor discutidas nos capítulos seguintes, mas torna-se evidente que o sistema de comunicação, tanto através da escrita com suporte em papel, quanto na esfera digital, perpassa a construção de novas estratégias de comunicação que devem ser efetivadas com ampla participação dos sujeitos, favorecendo a sua compreensão sobre esse universo tecnológico, como propõe Lévy (1998), ao considerar a “ideografia dinâmica” como uma possibilidade para melhorar a comunicação a partir do desenvolvimento de uma linguagem interativa e estruturada com apoio das tecnologias.

2.1 - A INFÂNCIA COMO SIGNIFICANTE DE SI

Os dados a seguir apresentam um panorama autobiográfico que traz à tona as dificuldades que marcaram as histórias de vida desses trabalhadores e, por apresentarem muitos pontos em comum, não se faz necessária a reprodução de todos os depoimentos, uma vez que esta dissertação não daria conta de tratar os relatos extensos e com forte carga emocional coletados durante a pesquisa. Assim, o ponto inicial para mobilizar os entrevistados a lembrarem sua infância e trajetória de vida deu-se com a leitura de um poema apropriado para este momento, aqui reproduzido:

INFÂNCIA

Chutei bola na chuva,
Roubei laranja, banana,
Goiaba e uva,
Xinguei a professora,
Apanhei dos mais velhos,

Bati nos mais novos,
 Quebrei uma dúzia de ovos,
 Rachei a cabeça,
 Cortei o dedo,
 Tremi de medo,
 Escorreguei na lama,
 Fiz xixi na cama,
 Soltei pipa, esfolei o joelho,
 Criei um coelho,
 Andei no mato,
 Perdi um sapato,
 Pesquei na represa,
 Ganhei um presente,
 Tive dor de dente,
 Caí do muro,
 Chorei no escuro,
 Faltei na escola,
 Descobri um tesouro,
 Libertei passarinho,
 Fui uma história em quadrinho.

(Lalau e Laurabeatriz, do livro Bem-te-vi e outras poesias)

A leitura do poema e a disposição de abertura, enquanto pesquisadora, para ouvir suas “peraltices”, constituíram-se no estabelecimento de um vínculo de confiança e despojamento para que todos se sentissem à vontade para relatar suas alegrias ou amarguras de menino. Nesse aspecto, a opção metodológica pela etnopesquisa mostrou-se eficaz, pois adota o princípio básico de que os sujeitos pesquisados são os reais conhecedores de suas especificidades, estando o pesquisador delineando a problemática da pesquisa em busca de uma dialogicidade pautada na contextualização do tempo em que o sujeito fala de si, transpondo o relato das experiências vivenciadas para uma socialização no presente.

A autobiografia proporcionada pela técnica da história de vida se propõe a nos contar a vida de um ser engajado. Desse modo, há um esforço em manter uma coerência entre a história que ele narra e aquilo que uma investigação objetiva descobrir. Por outro lado, quando lemos uma

autobiografia, temos que estar conscientes que o autor nos conta apenas uma parte de sua história, que ele escolhe os fatos, que negligencia aquilo que lhe parece menor ou desagradável, talvez de um grande interesse para nós. (MACEDO, 2000, p.175)

A identificação dos entrevistados com as experiências da infância evocaram um sentido dessa etapa de vida a partir da singularidade das recordações de cada um, identificando-se como ator e narrador de si, desvelando suas histórias e ressignificando os fatos, talvez nunca antes relatados com tantos detalhes, segundo afirmação dos próprios sujeitos:

Nasci e me criei em São Gonçalo dos Campos, perto de Feira de Santana. Não tinha pai, vivia com minha mãe e três irmãos, todos homens...eu era o caçula. Quando tinha nove anos minha mãe adoeceu. Depois de um ano ela faleceu...fiquei morando com um tio e um dos meus irmãos. Os outros já tinham família. Nesse tempo eu já tinha que trabalhar pra me sustentar... trabalhava na enxada e fazia roçagem pros outros. Gostava de brincar de bola, mas era proibido...às vezes saía escondido ..(Sr. José de Jesus)

Não sei o que é infância porque isso eu não tive...lembro da minha mãe dizendo que faltava comida à meu pai e ele dizia que tendo café e fumo pra ele já tava bom...e não adiantava os pequenos chorar que ele não se importava. Às vezes eu ia roubar peixe na lagoa pra dar comida aos meus irmãos. Um dia botei fogo numas palhas sem querer e já acordei apanhando de meu pai. Com quatro anos eu já trabalhava...[neste ponto, a pesquisadora interrompe o relato diante da idade mencionada pelo entrevistado: Com quatro anos Armando !! E ele completa:] é, com quatro anos eu tinha que acordar de madrugada pra espantar passarinho na roça (Sr. Armando).

Eu tinha treze irmãos, mas eu era o mais danado de todos...parecia uma peste. Vivia solto no meio do mato e não tinha medo de nada. Jogava pedra na cabeça das pessoas com badogue¹, montava cavalo, vivia na roça dos outros [...] Com 10 anos eu já trabalhava no canavial (Sr. Antonio).

Esse cenário de trabalho infantil perpassa todos os depoimentos coletados, estabelecendo uma relação de prioridade na luta pela sobrevivência em detrimento de outros aspectos que circunscrevem ao que culturalmente está estabelecido como infância. Ao mesmo tempo em que essa etapa de vida deu lugar ao trabalho, precarizado desde a infância, demarca-se uma ausência escolar no período mais fértil para as aprendizagens, que não deixam de acontecer, mas em um contexto muito diferente da sala de aula.

¹ O bodoque, ou badogue, é um atirador de projétil em formato de [arco](https://pt.wikipedia.org/wiki/Arco), similar ao arco de flecha.(wikipedia.org)

eu entrava e saia da escola todo ano...quando começava a aprender alguma coisa tinha que sair pra ajudar meu pai no roçado...ele trabalhava pros outros e às vezes o serviço era longe, a gente passava umas duas semanas fora de casa. Aprendi só a assinar meu nome e fazer umas contas (Sr. Ademilson).

Culturalmente, o caminho educacional a ser percorrido pelas crianças é que elas tenham contato inicial com a leitura e escrita ainda no seio familiar, depois no ambiente escolar e, posteriormente, no campo do trabalho. Para o adulto participante desta pesquisa, funcionou de forma inversa. Esse chegou precocemente ao contexto de trabalho, desenvolveu estratégias de sobrevivência para “lidar” com o mundo letrado e, quando possível, iniciou experiências escolares, como neste depoimento: **“com 8 anos já trabalhava na roça. Capinava, cortava madeira...meu pai nunca botou a gente pra ir na escola”** (Sr. Vanderlei, grifos nossos).

Os jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolaridade elaboram conhecimentos e estratégias que orientam suas hipóteses interpretativas. No entanto, a maioria não tem clareza de que os conhecimentos que possuem são tão válidos quanto os conteúdos escolares, especialmente na área de matemática, uma vez que eles dominam noções que foram aprendidas de maneira informal e adotam princípios próprios para efetuarem cálculos com a aproximação ou estimativa de números, mas não conseguem estabelecer esse raciocínio de modo algorítmico. Isso pode ser exemplificado no livro “Na vida dez, na escola zero” (CARRAHER, 1995), que aborda questões relativas ao ensino da matemática. Quando em situações de sala de aula os alunos apresentam mau desempenho, porém, em situações cotidianas, e que necessitam de um raciocínio lógico-matemático, eles conseguem se sair muito bem.

De forma sucinta, podemos afirmar que os determinantes para a não escolarização dos trabalhadores da Construção Civil encontram-se no bojo das suas histórias de vida, fortemente demarcadas pela busca da sobrevivência, não apenas individual, mas do coletivo familiar. Também aqueles que conseguiram ingressar na instituição escolar passaram por situações de humilhações e transtornos que os fizeram abandonar esse ambiente.

[...] minha mãe me matriculou numa escola que ficava muito longe de casa...eu já chegava cansado e tinha a professora que gritava com a gente o tempo todo, aí eu só fiquei até aprender a fazer o nome e não voltei mais (Sr. Paulo).

[...] hoje não sei ler graças à ignorância de meu avô...desde os cinco anos que fui criado pelo meu avô, ele dizia que eu tinha que aprender era a trabalhar na roça pra ajudar ele (Sr. Graciliano).

[...] só fui pra escola quando tinha dez anos, mas fiquei pouco tempo porque a professora me batia muito com a palmatória, quando ela não conseguia me segurar chamava o marido pra ajudar a bater em mim e eu não podia fazer nada porque a escola era na casa dela (Sr. Juracy).

Esses relatos recentes revelam práticas semelhantes aos registros constantes no livro “Cazuza”, de Viriato Corrêa, um clássico da literatura infantil, lançado pela primeira vez em 1938, em que o autor apresenta os métodos de ensino vigentes na época, assim como crenças e costumes do povo maranhense, tendo como pano de fundo o ambiente escolar. No livro, o personagem principal descreve sua frustração com a escola diante dos castigos sofridos: **“Escola não podia ser aquela coisa enfadonha, feia, triste, que metia medo às crianças. Não podia ter aquele aspecto de prisão, aquele rigor de cadeia”**. (CORRÊA, 2004, p.33, grifos nossos)

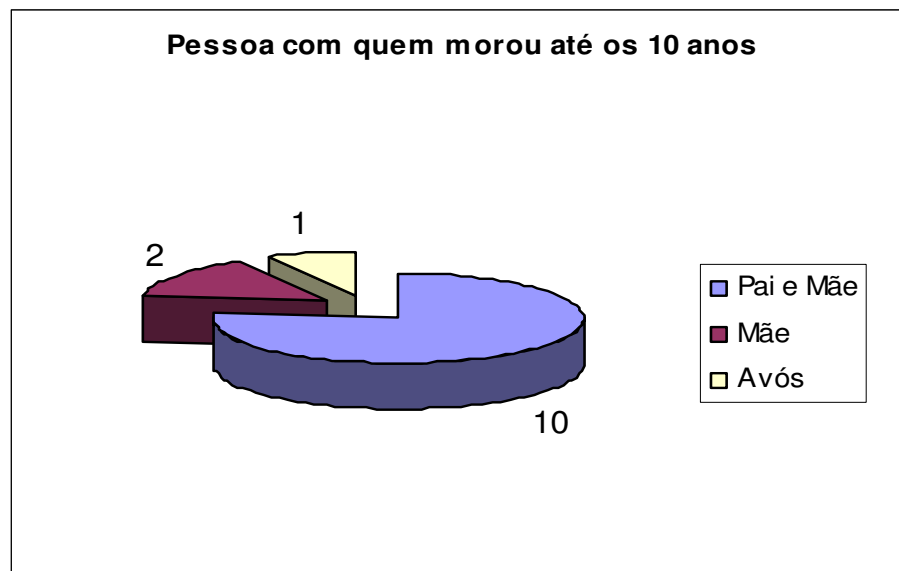
Durante o transcorrer das entrevistas, os trabalhadores relatavam situações vivenciadas no ambiente escolar que reforçam e justificam o “medo” que os fizeram não voltar aos bancos escolares quando chegaram à fase jovem, ou mesmo quando conseguiram se estabelecer profissionalmente. As histórias parecem saídas de um livro de terror infantil. **“Eu levava bolo não era de palmatória não, era com vara de marmelo, bem fininha, quando não acertava os deveres que a professora passava”** (Sr. Carlos, grifos nossos).

A temática desta dissertação refere-se a “inclusão digital”, mas para abordar esse conceito na especificidade do público retratado nesta dissertação, as leituras não se ativeram apenas aos autores que tratam das TIC. Assim, um importante registro sobre a infância e formação dos que eram considerados desvalidos no século XVIII é feito por Maria Luiza Marcílio (1998, p.185), que retrata a “História social da criança abandonada”, quando a prática em se encaminhar crianças pobres e órfãos

para aprenderem algum ofício em instituições religiosas ou militares era comum na época. “As crianças expostas ingressavam no Arsenal como aprendizes e tinham possibilidade de aprender ofícios de marceneiro, calafate, ferreiro, tanoeiro, cavouqueiro, pedreiro, tecelão e outros mais”.

Poderíamos questionar o porquê de passado tanto tempo, a maioria dos ofícios mencionados nessa citação estarem relacionados às profissões existentes na Construção Civil, serem exercidas na atualidade por homens que têm um histórico de infância marcado por situações de castigos paternos e sofrimentos diversos. Para esses, os canteiros de obras representam a oportunidade para estabelecerem-se profissionalmente e erguerem-se enquanto cidadãos.

Os depoimentos revelam também uma ausência paterna significativa. Alguns trabalhadores recusaram-se a falar sobre a sua relação com o pai, ao tempo em que demonstram grande devoção à figura materna.



Embora pela análise do gráfico, traduza-se uma convivência com pai e mãe, no transcorrer dos relatos, isso não se configurou em uma situação real. As falas reportam a um pai que saiu de casa ou que possuía mais de uma família,

transitando entre essas durante a infância de alguns dos entrevistados. Assim, essa “possível idealização” de convivência familiar e posterior “frustração” resultou em marcas em torno de uma figura paterna que, para a maioria, não traz boas recordações. **“Meu pai era um sujeito brabo e quando bebia ficava pior ainda, ele largou minha mãe quando eu era pequeno”** (Sr. Sidney, grifos nossos).

Durante as entrevistas, muitos trabalhadores resumiam suas impressões sobre essa etapa da vida com a repetição constante da frase “não tive infância”. Essa negativa traz implícito o conceito de que infância é algo distinto das experiências de vida que eles tiveram, pois passaram por essa fase de uma maneira diferente dos padrões da classe média, que se constitui no modelo culturalmente aceito como infância.

Assim, os trabalhadores entrevistados passaram a alternar respostas às questões formuladas pela pesquisadora, enquanto expressavam sentimentos e memórias que iam aflorando. Eles percebiam-se como autores de suas próprias histórias e de forma bastante contundente relatavam com desenvoltura os caminhos trilhados, validando assim a estratégia metodológica da etnopesquisa adotada neste trabalho.

2.2 - MIGRAÇÃO INVOLUNTÁRIA

O processo migratório na vida destes trabalhadores deu-se de forma bastante precoce, ainda na adolescência, e todos apresentam, como característica comum, a busca por oportunidades de emprego. Há relatos de chegadas à Salvador sem local para ficar, levando alguns a perambular pelas ruas até que alguém oferecesse um abrigo ou trabalho. Outros afirmam que foram enganados por agenciadores que intermediavam mão-de-obra para as empresas, e até mesmo situações de fuga por algo “ilícito” que cometeram na juventude.

A tônica dos depoimentos a seguir é a valorização da oportunidade de trabalho que tiveram na Construção Civil, estabelecendo uma relação causal entre o seu percurso de vida, a falta de vínculos com a escola e o seu ingresso na profissão.

[...] se não fosse a Construção Civil, eu poderia ter dado pra alguma coisa ruim, sei lá... poderia ter virado algum bandido (Sr. Paulo).

[...] o trabalho aqui é pesado mas sabe onde eu já trabalhei? Em casa de família...fazia de tudo e não tinha salário certo nem carteira assinada, era como se fosse em troca do que comer e dormir...então hoje pra mim é melhor...tenho liberdade (Sr. Hermes).

[...] fui obrigado a vir pra Salvador porque mexi com uma menina no interior; ela era menor de idade e ficou grávida...aí queriam que eu assumisse ela, mas como se eu nem agüentava comigo mesmo? (Sr. Vanderlei).

Dentre os treze entrevistados para esta pesquisa, nenhum trabalhador afirma ter nascido em Salvador, todos migraram de cidades do interior da Bahia ou de outros Estados, o que denota um fluxo migratório com um perfil pessoal muito próximo. São pessoas de origem humilde, com pouca ou nenhuma escolaridade, que buscam uma oportunidade de trabalho onde lhes seja possível garantir o básico para sustento de suas famílias.

O fato de não termos identificado trabalhadores nascidos na capital baiana, que ingressaram na Construção Civil, especificamente nesta amostra, revela-se, em parte, devido a uma possível “fuga do preconceito” dos soteropolitanos em relação a essa categoria profissional. Segundo relato dos entrevistados, os trabalhadores da Construção Civil sofrem discriminação profissional por serem chamados pejorativamente como “peão de obra”, “orelha seca”² e outros estereótipos como retrata esta fala do trabalhador:

[...] o pessoal da construção é visto com desprezo pelos outros, a não ser se for pra vender alguma coisa e querer tirar proveito, se for servente então a coisa fica mais feia ainda, porque o servente é visto como o nível mais baixo no trabalho. Ainda bem que algumas empresas já mudaram pra ajudante porque ajudante tem em qualquer setor, mas esse nome de servente só existe nas obras (Sr. José Carlos).

Essas questões podem ser entendidas como resultantes de toda uma estrutura de poder e suas relações no ambiente de trabalho, em que o trabalhador “adequado” é aquele que tem um comportamento “dócil” e que acompanha o ritmo da obra, conforme relatam muitos dos entrevistados. Do contrário, segundo eles, não

² O apelido de orelha seca é por causa do contato com o cimento (segundo relato dos entrevistados)

conseguem ingressar em uma próxima obra. Nesse aspecto, ressalta-se o vínculo existente com a natureza do trabalho da Construção Civil, na qual a temporalidade do emprego é uma característica predominante, fazendo com que o trabalhador seja um “migrante constante” entre as obras.

A temporalidade da obra é uma característica do setor da Construção Civil que resulta em uma fixação do trabalhador no seu local de moradia, mas não no seu ambiente de trabalho por muito tempo. Essa dinâmica acaba por exigir que ele tenha maior compreensão para entender os mecanismos presentes em uma metrópole, como Salvador, cujas relações sociais diferenciam-se em muito das pequenas localidades de onde esse trabalhador migrou, onde normalmente os laços entre as pessoas são mais estreitos e a comunicação oral é a principal via de interlocução entre os moradores.

Essa convivência em uma sociedade imersa na cultura letrada, associada a múltiplos recursos de imagens audiovisuais e digitais, aprofunda o sentimento de “não pertencimento” que o trabalhador não alfabetizado tem diante das situações, onde são requeridas as habilidades de leitura e escrita que ele não possui. As dificuldades relatadas pelos entrevistados durante esta pesquisa, referem-se à questões essenciais tais como compreender as informações constantes no contracheque, ler o jornal do seu sindicato e o preenchimento de formulários para conseguir emprego ou fazer cadastro em lojas, além das que demandam leitura de telas. Para Warschauer (2006)

[...] o aprendizado da leitura e da escrita leva anos de ensino, e a disparidade entre os letrados/escolarizados e os iletrados/não-escolarizados (quer no âmbito do indivíduo, da localidade ou da sociedade) coincide com – e contribuiu para – quase todas as outras exclusões socioeconômicas dos últimos quinhentos anos. (WARSCHAUER, 2006, p.160)

A esse cenário, juntam-se conceitos recentes e requisitos considerados necessários ao mundo do trabalho, como “multifuncional”, “polivalente”, “flexível” etc, os quais buscam “disfarçar” novas formas de extração máxima da força de trabalho e ampliar a precarização estrutural das condições de trabalho. Nesse contexto, somam-se outros movimentos de reestruturação produtiva do capital, que promovem uma

redução significativa de postos de trabalho, apoiados pela implementação de tecnologias avançadas e especializações de determinadas áreas, resultando em uma noção contemporânea de trabalho mais complexa.

É importante ressaltar que este “novo perfil profissional”, demandado pelas empresas, não apresenta coerência com o “ir e vir” que marca a grande mobilidade dos trabalhadores da Construção Civil, seja através da rotatividade entre as obras, seja através das constantes demissões e readmissões que caracterizam esse setor. Isto afeta diretamente a possibilidade do trabalhador permanecer em uma sala de aula implantada no canteiro de obra por um tempo suficiente para alcançar um maior nível de escolaridade. Também é incoerente o requisito por um trabalhador “mais qualificado”, enquanto o mercado de trabalho da Construção não possibilita a estabilidade de sua mão-de-obra.

2.3 – ENTRE TIJOLOS E TELAS

O uso da expressão “Inclusão Digital” (ID) vem sendo incorporado ao senso comum como sinônimo de acesso às TIC, ao tempo em que se acentua um debate questionador em torno da equivalência do termo ao simples acesso à internet, resumindo essa questão a um determinante tecnológico autônomo e capaz de inserir a todos digitalmente, como se esta fosse a solução para as desigualdades socioeconômicas e a alternativa possível para a melhoria das condições de vida dos tidos como “excluídos”.

As políticas implementadas que atendem pela denominação de ID, em sua grande maioria, consideram a dimensão material como o foco principal para “equacionar” os interesses da população e as demandas de consumo projetadas. No entanto, para nos aproximarmos de um conceito do que seria “inclusão digital”, precisamos situá-lo a partir de referências múltiplas e complexas que perpassam as dimensões sociais, culturais, econômicas e tecnológicas, não simplesmente associando o mesmo a outros dois termos: “ter” ou “não ter” acesso aos recursos das TIC.

De início, precisamos identificar que a lógica funcionalista e reducionista utilizada para denominar como inclusão digital o acesso às tecnologias, traz em sua estrutura uma concepção burguesa que visa elevar o indivíduo a um “status” desejado, ou seja, fazer com que ele adeque-se a certas regras e mecanismos comuns à uma classe social diferente da dele, para que assim sejam “digitalmente aceitos”. Essa concepção torna evidente que o argumento da inclusão precede uma intencionalidade ideológica que só faz aumentar a desigualdade social, já que as tecnologias são de fato apropriadas pelas camadas mais ricas da população, resultando, caso medidas mais efetivas não forem adotadas, em mais um fator de discriminação na nossa sociedade.

Milton Santos (2004) considera que as tecnologias são incorporadas com naturalidade pela “elite”, enquanto para as massas esses aparatos são percebidos como mero paisagismo, por não possuírem significado social.

Na realidade, cada sociedade é caracterizada pela convivência de diversos modos de existência técnica, que coexistem e se afrontam, cada qual com suas próprias armas: para um deles, o confisco institucional; para o outro a curiosidade e a necessidade (SANTOS, 2004, p.80).

Tecnologicamente, os recursos atuais apresentam condições de comunicação na qual a relação homem-máquina se caracteriza pela simultaneidade de informações e domínio de linguagens. Nesse contexto, não é possível conceber a “inclusão digital” como um elemento universal, mas sim como forma de subordinação à chamada “sociedade da informação”. No entanto, as condições para um processo de democracia digital estão longe de serem alcançadas por um universo de pessoas que necessitam dela para superarem outras disparidades sociais, enquanto a discussão “exclusão” ou “inclusão” digital só faz distanciar os indivíduos do direito mais essencial na contemporaneidade, o direito à comunicação.

Assim, enquanto se trava essa batalha, recai sobre o trabalhador não alfabetizado sentimentos de bloqueio, medo, vergonha e rejeição que prevalecem pela ausência de habilidades necessárias à operacionalização de tecnologias de massa como

caixas de banco, celulares, terminais de auto-atendimento e muitos outros, levando esses não alfabetizados a desenvolverem estratégias próprias e mirabolantes como mecanismos para sobreviverem diante dessa problematização digital. Podemos identificar que a ideologia do capital é a verdadeira promotora da desigualdade que esconde-se no discurso da “inclusão” como possibilidade de elevar todos a mesma categoria de “consumidores digitais.”

As falas dos trabalhadores que permeiam toda esta pesquisa evidenciam o quanto o conhecimento necessário para estabelecer o contato imediato com o mundo digital está causando transtornos e implicações de cunho até mesmo psicológico, enquanto nenhuma concepção de acessibilidade para esta imensa parcela da população está sendo concebida ou sequer pensada, como revela a tática de guerra estabelecida por um dos entrevistados para conseguir usar os caixas eletrônicos dos bancos:

[...] eu fui aprender assim; um colega ficava na minha frente e ia me mostrando na máquina o que eu tinha que fazer, o cara só faltou pintar as teclas pra eu decorar, eu sabia que a verde era pra confirmar, aí eu via os pontinhos piscando e sabia que tava pedindo a senha, depois rodava e vinha um nome grande e aprendi que era pra enfiar o cartão, depois de um mês treinando com esse colega eu marquei todas as teclas na visão, mas se eu fosse num caixa de mais movimento eu tremia todo porque já sabia que se errasse três vezes o cartão bloqueava e aí é uma dor de cabeça danada... então quando a coisa complica eu aperto a tecla que anula e depois tento de novo [...] (Sr. Paulo).

Esses homens, que passaram por situações de grandes dificuldades desde a infância, lidam cotidianamente com o desafio da sobrevivência em uma sociedade letrada. Hoje, talvez, enfrentem o maior desafio imposto pela modernidade, que não levou em conta os séculos de segregação racial, interesses políticos e o descaso com a educação, em todos os níveis, especialmente, o legado do analfabetismo, que ainda representa uma enorme mazela para milhões de brasileiros. No máximo, esses não alfabetizados que consideram não saber ler uma “cegueira”, são contabilizados nos indicadores sociais, mas permanecem fora das pautas de políticas públicas efetivas que busquem superar o descaso, a inoperância do Estado e a ausência de iniciativas sociais suficientes para aplacar a sede de utilizar os recursos digitais disponíveis no seu entorno.

Autores, como Lévy (1998), ressaltam que a concepção das tecnologias está diretamente relacionada ao processo histórico em que se formularam essas concepções, assim como o caráter de não-neutralidade presente nessas técnicas. Os dispositivos tecnológicos de comunicação podem contemplar toda diversidade do social e não apenas reproduzir, como na mídia de massa, uma mensagem comum a todos. Elas podem favorecer o desenvolvimento da autonomia individual e dos diversos grupos.

[...] por mais perfeitamente ajustada que se encontre uma linguagem, o sentido das mensagens que implica só pode ser o produto da atividade hermenêutica dos destinatários. O sentido nunca é imanente à mensagem, mas a uma situação de comunicação que excede amplamente o domínio da linguagem propriamente dita (LÉVY, 1998, p.38).

Sobre essa questão, Castells (1999) faz uma importante reflexão sobre os fluxos de informação, quando possibilita a compreensão de que estes são fenômenos que dominam e moldam a sociedade em rede, demandando novas práticas sociais e conseqüentemente gerando novos procedimentos e organizações, diretamente vinculadas aos interesses dominantes da elite, como afirma: “a elite empresarial tecnocrática e financeira que ocupa as posições de liderança em nossas sociedades também terá exigências espaciais específicas relativas ao suporte material/espacial de seus interesses e práticas” (CASTELLS, 1999, p. 504).

A ausência de discussões que, verdadeiramente, incluam o homem, como ser pensante nas suas diversas representações sociais, nas pautas de políticas públicas, faz com que a máxima da Inclusão Digital seja “deglutida” como a oferta de condições de acesso às TIC e “abra o apetite” para o desejo de consumo imediato desses utensílios digitais. Isso ocorre sem passar por uma visão mais abrangente do que representa essa “enxurrada” de tecnologias disponibilizadas a cada dia, sem o tempo suficiente para processar cognitivamente as potencialidades desses recursos, pois mal se aprende determinadas funções, muitas sequer são experienciadas, e somos “convidados” a nos “adaptar” as novidades tecnológicas, sob o risco de sermos considerados “excluídos digitais”.

Duarte (2003) questiona que todas essas discussões que estão em voga e tidas como pertinentes à sociedade do conhecimento, têm como principal função ideológica reproduzir o capitalismo contemporâneo sob a ótica de uma sociedade que, ao seu ver, visa “enfraquecer as críticas radicais ao capitalismo” que estaria superado diante de preocupações mais atuais. Para explicitar o que ele chama de “sociedade das ilusões”, elenca cinco enunciados que apresentam idéias questionadoras da “sociedade do conhecimento”:

1. primeira ilusão: o conhecimento nunca esteve tão acessível como hoje, isto é, vivemos numa sociedade na qual o acesso ao conhecimento foi amplamente democratizado pelos meios de comunicação, pela informática, pela internet, etc;
2. segunda ilusão: a capacidade para lidar de forma criativa com situações singulares no cotidiano [...] pois já estariam superadas as tentativas de elaboração de grandes sínteses teóricas sobre a história, a sociedade e o ser humano;
3. terceira ilusão: o conhecimento não é a apropriação da realidade pelo pensamento [...] O que confere validade ao conhecimento são os contratos culturais, isto é, o conhecimento é uma convenção cultural;
4. quarta ilusão: os conhecimentos têm todos o mesmo valor, não havendo entre eles hierarquia quanto à sua qualidade ou quanto ao seu poder explicativo da realidade natural e social;
5. quinta ilusão: o apelo à consciência dos indivíduos, seja por meio das palavras, seja por meio dos bons exemplos dados por outros indivíduos ou por comunidades, constitui o caminho para superação dos grandes problemas da humanidade (DUARTE, 2003, p.14-15).

O autor conclui que, à medida que se faz necessário acabar com tais ilusões, também é preciso discutir com maior profundidade o porquê da existência da realidade que produz essa “sociedade de ilusões”. Neste sentido, uma melhor compreensão sobre inclusão digital requer uma análise de como indivíduos e grupos estão se apropriando das tecnologias como objetos sociais e necessários ao seu cotidiano, assim como não se pode ignorar a subordinação ao sistema simbólico/digital que todos somos “convidados” a experimentar nas práticas consumistas da sociedade contemporânea.

A percepção do trabalhador da Construção Civil quanto à importância da escola mostra-se mais urgente nos dias atuais, pois os saberes que dominavam e garantiam a sua permanência no mercado de trabalho e no uso da comunicação no cotidiano, hoje não são suficientes para enfrentarem as situações a que são

desafiados pelas tecnologias. Os depoimentos reafirmam as dificuldades encontradas e as situações de “vexame” diante do não domínio, ou precariedade, da leitura, e que, em meio digital, requer maior desenvoltura na apreensão e interpretação das informações.

Neste sentido, é preciso estar atento para o fato de que as tecnologias afetam as pessoas de formas diferentes, dependendo do contexto histórico e social, da sua compreensão sobre esses recursos e até mesmo dos “pré-conceitos” que têm em relação às TIC. Para Frigotto (2002, p.6), as potencialidades que as tecnologias têm para melhorar a vida das pessoas não são efetivadas e acabam por ampliar a distância social entre os que desenvolvem uma visão mais crítica com uso das tecnologias e aqueles que apenas têm acesso às formas mais simples de comunicação, resultando no domínio das tecnologias apenas por alguns “por gestarem e difundirem na lógica capitalista da apropriação privada”.

Quando questionados sobre quais recursos de comunicação possuem e como ocorre o seu uso, os trabalhadores responderam de forma positiva e enfática estarem supridos com as tecnologias de comunicação mais básicas, sendo que dentre os 13 entrevistados, todos possuem tv e rádio, 12 utilizam o próprio celular e apenas 1 tem computador em casa, segundo ele, por insistência do filho adolescente mas revela que nunca conseguiu entender o funcionamento deste equipamento.

[...] eu acho que nunca vou aprender a mexer com essas coisas, tem muita letra junta uma da outra e uns sinais embaralhados que só esse pessoal mais jovem consegue entender (Sr. Graciliano).

Nesse depoimento está explícito o quanto o processo de alfabetização de jovens e adultos encontra-se dissociado das práticas de leitura digital, pois como o teclado do computador não segue a lógica da ordem alfabética, ele não reconhece as letras como componentes do mesmo sistema de escrita. Esta “dissociação” que o não alfabetizado faz em relação aos símbolos digitais decorre, em grande parte, por não serem esses elementos comuns em seu cotidiano, a exemplo do que ocorre com

marcas de lojas, times de futebol e outros que apelam para os recursos da propaganda de massa.

Segundo Lemle (2005), a primeira noção que o alfabetizando faz em relação ao sistema alfabético é de que existe uma representação exata de cada som para cada letra, quando esta correspondência entre sons da fala e as letras do alfabeto não se apresentam nessa ordem, ele tem sérias dificuldades em compreender que nem sempre há uma regularidade nesta relação.

[...] as coisas que acontecem entre sons e letras são um pouco mais complicadas do que essa perfeição de casamento monogâmico entre uma letra e um som. Há poligamia, há poliandria, há rivalidades, há abandonos (LEMLE, 2005, p.16).

Na contemporaneidade, alfabetizar requer uma práxis concebida a partir dos próprios usos sociais da leitura/escrita presentes na sociedade, pois as necessidades do não alfabetizado atual não se conforma apenas com um simples aprendizado da mecânica subjacente à leitura/escrita, mas o uso dessa em diferentes situações de comunicação demandadas pela convivência com as TIC. Em síntese, significa partir de uma concepção mais abrangente, na qual está inserido o tratamento da língua como um meio de expressão/compreensão, que objetive a autonomia em relação à linguagem oral.

No que se refere a essa dificuldade sentida e “assumida” pelo trabalhador que não domina o código escrito, nem analógico, nem digital, podemos concordar com Castells (1999) e afirmar que o termo exclusão não se enquadra para indivíduos que fazem parte da sociedade, estando esses em uma posição determinada como “regulação”, diante de uma situação estrutural que pode vir a ser transformada. Nessa perspectiva, não seria possível considerar “excluídos”, esses profissionais que, literalmente, erguem o patrimônio almejado por todo ser humano, a sua moradia.

As discussões em torno desses termos carecem de um debate mais acentuado sobre o que neles está implícito, especialmente quando se atribui a uma palavra a significância de toda uma problemática que carrega as heranças de um passado

“descoberto” há mais de 500 anos e que considera como à parte da sociedade aqueles que não atendem aos discursos da mídia e aos padrões socioeconômicos. Trata-se, na verdade, de uma “exclusão” muito anterior ao digital. Enquanto o operário da Construção Civil não consegue passar o seu cartão de ponto eletrônico, a empresa comemora a “chegada da inclusão digital na obra”.

Para o sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira, em entrevista concedida ao site Observatório da imprensa,³ em 2001, o sujeito foi excluído sim, mas pelo sistema capitalista perverso em que vivemos, passando a viver uma época de miséria, em especial a miséria da informação, o que significa:

As pessoas estarem sendo privadas do direito de acesso ao que há de mais moderno nas tecnologias da inteligência. Hoje em dia, existe uma divisão muito grande entre aqueles que têm a possibilidade de trabalhar com uma quantidade de informações muito maior do que os sujeitos que não estão conectados em rede. E isso reproduz e amplia o distanciamento entre quem já tinha condições sociais melhores e as pessoas mais pauperizadas da nossa sociedade. Não é uma diferença qualquer, é uma questão de capacidade cognitiva. Por isso eu digo que a miséria na era da informação é a miséria da incapacidade de processar, visualizar e trabalhar com um conjunto de informações que possam virar conhecimento. Então, essa miséria, se não for estancada, ampliará muito mais a distância social das pessoas.

A imagem, a seguir, expressa essa preocupação de Sérgio Amadeu e a situação em que se encontra o trabalhador não alfabetizado, dependente de outro até para bater seu cartão de ponto, o que no campo desta pesquisa está circunscrito à Construção Civil. No entanto, essa é uma realidade enfrentada por 14,3 milhões de analfabetos no país que clamam por soluções urgentes, sob o risco de termos um novo tipo de *apartheid*:

Imagem 1 – Fiscal de obra batendo o cartão de ponto dos trabalhadores.

³

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/eno120920011.htm>



Foto: Arquivo pessoal da autora

Obtida em pleno século XXI, e resguardada as devidas proporções, a imagem possibilita uma análise que assemelha-se a uma situação de “subserviência” que nos remete a um período da sociedade escravista predominante no Brasil por mais de 300 anos. Os resultados desse passado de exploração e sofrimento, a que está subjugada a raça negra em nosso país, apresenta evidências de preconceito étnico e social que “excluiu” de uma série de acessos os que tiveram uma origem menos favorecida, como constatam os indicadores de pesquisas, quando apontam situações de desigualdade salarial e de ascensão profissional entre os descendentes afro-brasileiros.

Sem entrarmos na discussão antropológica, é fato que as barreiras discriminatórias existem no contexto contemporâneo, camufladas em uma linguagem moderna, assim como em forma de atributos necessários ao perfil do trabalhador atual. Quando a empresa “subordina” seus funcionários a entregarem o cartão de ponto para que um fiscal execute essa tarefa, também está atestando a sua incapacidade em favorecer o desenvolvimento da autonomia do trabalhador para algo tão corriqueiro, ou demonstrando “interesse” na manutenção de uma dependência

tecnológica desses trabalhadores. Isso afeta diretamente a percepção desses trabalhadores, que passam a entender que esses recursos representam algo “intocável” para eles, para não causar danos e prejuízos para a empresa. Essa mesma postura se reflete no uso de outros sistemas no seu cotidiano, já que ele encontra-se “impedido digitalmente” de utilizar o recurso que se encontra no ambiente de trabalho.

Por essa imagem, pode-se dizer que as TIC estão sendo implementadas através de métodos e ações bastante excludentes, à medida que não há acesso para a maioria da população aos serviços e benefícios proporcionados pelas tecnologias e criam-se situações de dependência, como se observa na imensa fila formada para que o cartão de ponto de cada trabalhador seja “batido”, não por ele, mas por uma pessoa que exerce a função de fiscal, sob o argumento de que “eles se atrapalham muito e não sabem passar o cartão”. Triste constatação de que as mãos calejadas que erguem prédios não conseguem lidar com algo “banal”, à luz dos olhos dos que sabem ler.

Nos capítulos seguintes, abordaremos as “agruras” sofridas pelos trabalhadores da Construção Civil diante da convivência com as TIC, para os quais os termos “exclusão digital” e “inclusão digital” constituem-se em expressões distantes da sua realidade, mas estão fortemente carregadas de imprecisões e insuficiências, especificamente no que se refere à situação em que se encontram os milhares de brasileiros não alfabetizados

CAPÍTULO 3

EMPREGO NA CONSTRUÇÃO CIVIL: A NÃO OPÇÃO DO TRABALHADOR

***“Além uma igreja, à frente
Um quartel e uma prisão:
Prisão de que sofreria
Não fosse eventualmente
Um operário em construção.”***

(Vinícius de Moares, 1981)

As questões que conduziram esta pesquisa permitiram identificar quem são os trabalhadores desse setor e as principais razões que os fizeram ingressar nos canteiros de obras. Em termos gerais, são pessoas que não tiveram alternativas para iniciar ou dar continuidade aos estudos, estabelecendo assim uma relação direta com o setor da Construção Civil, por ser esse mercado de trabalho um dos poucos onde a exigência de escolaridade ainda não se constitui em fator preponderante para a contratação de seus profissionais.

O emprego na Construção Civil apresenta elementos singulares que se contrapõem às outras categorias profissionais, que normalmente são constituídas no ambiente acadêmico ou de formação profissional. Quando buscamos respostas para questões como: Quem forma o pedreiro? Onde o carpinteiro adquire as habilidades necessárias para sua função? Como se definem os critérios para a elevação profissional da função de servente a ajudante prático e posteriormente a de pedreiro? As perguntas permanecem sem respostas ou são atribuídas ao “saber fazer” de cada profissional, ou seja, como competências inatas do trabalhador.

Em busca do esclarecimento dessas e outras questões, consultamos o documento normativo do Ministério do Trabalho e Emprego sobre as profissões regulamentadas no Brasil, a CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, onde encontramos uma descrição sucinta relativa aos trabalhadores da Construção Civil, que foram categorizados como “Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria”. Tomando-se, como

exemplo, o pedreiro, segundo esse documento, a principal atividade e requisito para esse profissional seriam:

Descrição sumária

Organizam e preparam o local de trabalho na obra; constroem fundações e estruturas de alvenaria. Aplicam revestimentos e contrapisos.

Formação e experiência

O grau de escolaridade exigido para atuar como profissional dessa área é o ensino fundamental. O aprendizado, geralmente, ocorre no canteiro de obras ou ainda pode ser obtido em escolas de formação profissional da área de construção civil. Para o pleno desenvolvimento das atividades requer-se experiência entre um e dois anos.

Fonte: MTE/CBO2000

Diante desta análise, fica evidente que o próprio Ministério do Trabalho reconhece que a formação profissional destes trabalhadores, normalmente, acontece no próprio ambiente de trabalho. Com isso, o Ministério assume a não existência de políticas públicas para formação dessa importante categoria profissional, ao tempo em que a exigência do Ensino Fundamental, que compreende da 1ª a 8ª série, não corresponde aos dados apresentados tanto nesta pesquisa, quanto nos índices constantes em diversas instituições que analisam regularmente essas questões.

Em contrapartida, ao mesmo tempo em que as estatísticas apontam para uma maior oferta no número de vagas para a educação básica, o lócus de aprendizagem nos canteiros de obras não é reconhecido como um estabelecimento educacional a que esses trabalhadores da Construção Civil ficam restrito. Torna-se evidente que os canteiros de obras não são mencionados nos registros do Ministério da Educação ou do Trabalho como espaços oficiais de ensino, assim como não há um recorte específico que apresente dados sobre os cursos de qualificação existentes para os profissionais dessa categoria e que são ministrados no próprio ambiente de trabalho.

Ou seja, constata-se a ausência de políticas públicas efetivas, tanto para alfabetizar milhares de trabalhadores que constroem este país, quanto para possibilitar uma carreira profissional a estes trabalhadores, relegando os mesmos à busca de

alternativas em forma de cursos de suplência ou a comporem o discurso de “responsabilidade social” comumente propalado pelas empresas privadas que assumem a formação de seus profissionais.

[...] boa parte do esforço de escolarização dos trabalhadores incluídos tem sido assumido pelas empresas, em face da insuficiência das políticas públicas. O resultado tem sido a manutenção de uma grande massa de excluídos do sistema de educação regular e profissional, que tende a crescer, caso não haja políticas públicas mais incisivas, com relação ao acesso e à permanência, particularmente de jovens e adultos (KUENZER, 1999, p.5).

Essa perspectiva abre questionamentos para analisarmos até que ponto há interesse das empresas em continuarem alimentando a “carência escolar” desses trabalhadores, enquanto outros profissionais com maior grau de escolaridade, dificilmente ingressariam nesse setor por não possuírem as habilidades manuais, ou “aptidão” para a natureza do trabalho característico da Construção Civil. Ao mesmo tempo, há de se perguntar se um trabalhador escolarizado se submeteria às condições precárias do ambiente da Construção Civil, assim como estaria sujeito às demissões periódicas e acidentes de trabalho que ocorrem frequentemente nesse ramo de atividade.

Estas considerações têm como referência as estatísticas que apontam ser a Construção Civil um local com altos índices de ocorrências em acidentes de trabalho, como constatamos neste histórico relativo aos últimos dez anos, apenas no Estado da Bahia.

QUADRO ESTATÍSTICO

TIPO ANO	QUEDA	CHOQUE ELÉTRICO	SOTERRAMENTO	ACIDENTE C/MATERIAL	ACIDENTE C/ VEÍCULO	OUTROS	TOTAL ACIDENTADOS	ÓBITO
1998	16	6	4	17	1	8	52	8
1999	10	1	7	18	7	12	55	10
2000	16	3	3	30	7	10	69	4
2001	25	2	4	24	4	7	66	9
2002	18	1	4	22	1	11	57	7
2003	21	3	8	62	14	16	124	7
2004	15	0	0	29	8	10	62	6
2005	15	1	0	26	0	15	57	6
2006	7	1	-	7	-	6	21	5
2007	6	1	-	13	-	4	24	4
TOTAIS	149	19	30	248	42	99	587	66

Atualizado até o dia 04/12/2007. Obs: Os números de acidentes são bem maiores, visto que muitos trabalhadores e empresas não enviam as CATs para o sindicato.

FONTE: SINTRACOM – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e da Madeira da Bahia. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/saude>. Acesso em 23/08/08

Como menciona a ressalva do sindicato, esses dados não conferem com a realidade que se constata nos canteiros de obras devido ao grande número de trabalhadores que prestam serviços à empreiteiras terceirizadas dentro de uma mesma obra, assim como não há indicadores que correlacionem os acidentes ao perfil profissional do acidentado. Essa estatística abre um questionamento: até que ponto um trabalhador, com maior especialização, sofreria tantos acidentes quanto um não alfabetizado durante a execução de uma construção?

Conforme relato do diretor de imprensa da entidade representativa dos trabalhadores, SINTRACOM, Sr. Luís Belon, a luta do sindicato é para “expurgar” a terceirização das obras e isso tem sido constante. Afirma que, embora não tenha dados de pesquisa que demonstrem essa estatística, considera que hoje a média de contratações temporárias através das empreiteiras em Salvador está em torno de 30%. Segundo o mesmo, esse índice já foi muito maior e esta foi uma vitória conseguida pelo sindicato, que hoje admite apenas algumas contratações terceirizadas para a realização de serviços específicos e rápidos a exemplo de gesseiros e eletricitas.

Essa problemática da terceirização e outras presentes nas discussões relacionadas ao trabalho no Brasil é discutida com maior propriedade por diversos autores que debatem sobre as dinâmicas sociais e trabalhistas da sociedade contemporânea, onde conceitos atribuídos a precarização, competência, qualificação, terceirização, flexibilização e outros amplamente disseminados, recebem os mais diversos significados. Como essas discussões não se constituem no tema central desta pesquisa, atemo-nos apenas em situar o leitor sobre esse cenário presente nas relações do mercado de trabalho atual.

Para Manfredi (2002), está havendo um fenômeno global denominado como “padrão de qualificação” que se apresenta como um conjunto de atributos distintos, onde o

nível de escolaridade é apenas um dos requisitos que regulam o mercado de trabalho. Segundo a autora, “movimentos de inovação e de crescente complexidade têm sido acompanhados de movimentos de desqualificação e precarização do trabalho, de aumento do desemprego”. (MANFREDI, 2002, P.55)

Depresbiteris (2000) atribui ao conceito de competência algo tão amplo, que requer metodologias muito específicas para definição do que venha a ser considerada uma competência profissional. Para a autora, essa competência demandada pelas empresas, é um conjunto de atributos que “refere-se mais ao indivíduo que ao próprio posto de trabalho”.

[...] a noção de competência abarca diferentes visões, como por exemplo: capacidade de uma pessoa para desenvolver atividades de maneira autônoma, planejando, implementando e avaliando; capacidade de utilizar os conhecimentos e as habilidades adquiridas para o exercício de uma situação profissional (DEPRESBITERIS, 2000, p.34).

Sobre essa mesma temática, Druck e Franco (2007), constataam que, sob o argumento dos avanços dos processos automatizados, as empresas diminuíram seu quadro efetivo de trabalhadores e passaram a adotar práticas de gestão “fléxiveis” quanto às formas de contratação e remuneração.

[...] um quadro revelador de um processo de precarização dos trabalhadores efetivos que, na condição de “estáveis desestabilizados”, deixam de representar a melhor situação de um assalariado na Região Metropolitana de Salvador, em termos de padrão salarial e de benefícios, e entram para uma condição de vulnerabilidade, pela insegurança no emprego, com a ameaça permanente de demissão ou pela pressão para mudar o seu estatuto de emprego, passando à condição de terceirizado. (DRUCK e FRANCO, 2007, p. 103)

Trazendo para o contexto da Construção Civil, podemos identificar nesta pesquisa que os mecanismos tecnológicos que foram incorporados ao trabalho nos canteiros de obras nos últimos tempos, não vieram acompanhados de um processo formativo para auxiliar a força de trabalho desse setor às mudanças necessárias que resultassem em maior segurança para o trabalhador ou em uma formação mais ampla para acompanhar essas demandas de qualificação profissional.

Também, constata-se nos últimos anos um aumento considerável de empregos terceirizados nos mais diversos ramos de atividades produtivas, resultando em um afastamento da legislação trabalhista e conseqüente perda de direitos básicos que foram conquistados pela classe trabalhadora. Para Antunes (2007):

[...] em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal e digital, estamos conhecendo a época da informalização do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, do cyberproletariado". (ANTUNES, 2007, p.16).

No que se refere ao público participante desta pesquisa, o canteiro de obra tornou-se o espaço educativo que acolhe esses trabalhadores, formalizando uma estrutura de educação que não é avaliada ou acompanhada, efetivamente, por nenhum órgão governamental. Quanto ao currículo escolar e formação deste trabalhador, a entidade responsável por essa tarefa, o SESI – Serviço Social da Indústria possui total autonomia para exercer funções inerentes à escola, mas vinculadas aos padrões e diretrizes empresariais, no que se refere à definição de objetivos e implementação de cursos, de acordo com metas ou convênios estabelecidos com as empresas atendidas pelo “sistema S” (SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE, SENAR, etc).

Esse cenário de escola-empresa, criado na década de 70, na tentativa de suprir a carência de mão-de-obra, adequando a educação regular aos requisitos do mercado de trabalho, perdura até os dias atuais, mesmo com o fim da lei 5.692/71, que pretendia universalizar a profissionalização no âmbito escolar através de um único itinerário curricular no ensino. No contexto atual, o principal argumento empreendido pelas empresas para investirem na formação de seus trabalhadores está no discurso dos programas de “Controle de Qualidade Total” – CQT, que vem caracterizando as gestões empresariais recentes.

Souza (2005) afirma que este “estreitamento” entre os vínculos empresa e escola, tendem à adoção de padrões de controle industriais em “práticas pedagógicas”, resultando em um processo de subordinação do trabalhador aos interesses e critérios dos parâmetros de qualidade definidos pela empresa.

[...] a gestão da educação e a organização dos processos de ensino-aprendizagem passam a ser submetidas a novas formas de racionalidade, também impregnadas pelo pragmatismo e tecnicismo, quer no plano administrativo, quer no pedagógico, aprofundando ainda mais as tensões relacionadas à constituição da escola como empresa. (SOUZA, 2005, p.234)

Especificamente para esta dissertação, durante o levantamento de informações da pesquisa, realizada junto às entidades que ministram cursos profissionalizantes, evidenciou-se que todas exigem algum nível de escolaridade como requisito necessário para ingresso em um processo de qualificação profissional, em qualquer área de trabalho. Interessante é perceber que ao tempo em que há uma exigência de escolaridade para atividades básicas da Construção Civil, essas mesmas entidades atribuem determinados requisitos que não são possíveis de serem alcançados em nenhum espaço escolar, como se constata nesta descrição profissional.

Ajudantes de Obras Civis

• Onde poderá atuar

De um modo geral, desenvolvem atividades ligadas à indústria de construção civil.

• Que tipo de atividades irá desempenhar

O dia-a-dia dos ajudantes de obras civis não é nada fácil. Os ajudantes de obras civis trabalham auxiliando pedreiros, carpinteiros e operadores de equipamentos pesados. Carregar e descarregar materiais de construção, bem como preparar canteiros de obras e limpar áreas de trabalho reflete um pouco da rotina desses profissionais. Para executar essas atividades, costumam demolir estruturas de concreto e alvenaria e remover revestimentos, esquadrias, coberturas, instalações elétricas e hidráulicas, bem como escavar poços, cisternas, fossos e valas. Além disso, é atribuição dos ajudantes de obras civis alimentar máquinas e equipamentos, tais como misturadoras, compressores e bombas. Por vezes, chegam a realizar pequenas manutenções nos equipamentos, sendo também de sua responsabilidade limpar máquinas e ferramentas, verificando condições de uso e reparando eventuais defeitos mecânicos nas mesmas.

• O que as empresas esperam de você

- Que mantenha o local de trabalho limpo e organizado, pois um ambiente de trabalho desorganizado pode acarretar acidentes de trabalho ou o atraso nos prazos para a entrega das solicitações.
- Que tenha resistência para trabalhar em posições desconfortáveis durante longos períodos, o que pode levá-los à situação de estresse.
- Que saiba trabalhar sob pressão e demonstre autocontrole, pois o bom profissional é aquele que sabe lidar com as dificuldades do dia-a-dia e apresenta um bom rendimento nas atividades executadas.

• Como deve se preparar

Para ser um ajudante de obras civis é necessário ter concluído, pelo menos, entre a quarta e a sétima séries do ensino fundamental, além de fazer um curso básico de qualificação profissional com até 200

horas/aula. Vale ressaltar que as empresas estão preferindo contratar profissionais com o ensino médio concluído.

Fonte: [SENAI](#) – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Em suma, trata-se mais de um manual de “boa conduta” que propriamente de requisitos profissionais, pois os trabalhadores desenvolvem funções bastante amplas. Exige-se da limpeza de áreas até a realização de manutenções em equipamentos, ao tempo em que devem “ter resistência para trabalhar em posições desconfortáveis”. No entanto, onde se aprenderia tal habilidade? Como é avaliada esta resistência? Quem define este parâmetro? Seria pela quantidade de sacos de cimento que o trabalhador consegue carregar? São critérios absolutamente sem um balizamento legal ou trabalhista e que merecem maior atenção das autoridades responsáveis.

Diferentemente do caminho trilhado pela maioria dos trabalhadores da Construção Civil, que primeiro se inserem no mercado de trabalho e só depois buscam uma formação escolar, vivemos em uma sociedade em que a carreira profissional está diretamente vinculada à perspectiva da empregabilidade. Neste contexto, os conceitos de habilidades e competências assumem as mais variadas interpretações, que coadunam com a ideologia capitalista de que o trabalhador precisa estar apto a desenvolver as tarefas mais diversificadas e amplas possíveis, como elemento necessário para ingressar e manter-se no emprego. Como constata Filgueiras (1998), “um novo exército industrial de reserva”.

Em suma, deve possuir um elevado grau de flexibilidade profissional, que lhe possibilite uma rápida adaptação às transformações tecnológicas e organizacionais e às flutuações do mercado de trabalho, em termos de novas qualificações e especializações. Para alguns, nessa nova realidade, o trabalhador passaria a ser o principal, quase único responsável pela sua própria empregabilidade⁴. (FILGUEIRAS, 1998, p.5)

⁴ A empregabilidade é a capacidade profissional, do trabalhador, individualmente, de conseguir e manter um emprego, adaptando-se às novas exigências tecnológicas e organizacionais. (FILGUEIRAS, 1998, p.7)

Neste sentido, não se pode continuar atrelando as oportunidades educacionais, profissionais ou de acesso às tecnologias digitais dos trabalhadores a uma formação passiva e subordinada aos processos de entidades setoriais ou às questões do mercado de trabalho. A LDB 9394/96 estabelece que a vinculação entre educação e trabalho deve contemplar uma série de abordagens e não estar restrita ao aspecto profissional: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. No entanto, não é isso que ocorre, especialmente, com os trabalhadores da Construção Civil.

Autores como Castells (2003) e Corrêa (2004) consideram que toda tecnologia é essencialmente uma relação social. Portanto, se por um lado, o paradigma taylorista-fordista caracteriza-se pela fragmentação do processo de trabalho, por outro, o contexto tecnológico atual é fortemente marcado pelo nível de informação global necessário para o desenvolvimento de atividades nas diversas áreas da sociedade. Passa-se a exigir não apenas uma escolaridade básica, mas uma formação mais abrangente, resultando em um quadro de incertezas e contradições tanto para os trabalhadores que não conseguem antecipar que “competências” a empresa espera que ele tenha, quanto para a escola, que vem assumindo funções de agência certificadora para o ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Diante desse cenário, resulta uma profunda acentuação das desigualdades sociais, perante uma exigência de escolaridade e saberes profissionais que poucos estarão aptos a cumprir, culminando em mais um processo excludente diante das diferenciações entre trabalhadores “sem qualificação”, “semi-qualificados”, “qualificados” e “super qualificados”, tal como ocorre atualmente com os níveis de alfabetização que compreende do analfabeto ao alfabetizado pleno, como descreveremos no capítulo sobre a educação de jovens e adultos.

3.1 – NÃO ESCOLARIDADE COMO DETERMINANTE PROFISSIONAL

A ausência de escolaridade elevada, como fator determinante para o ingresso do trabalhador na Construção Civil, torna-se evidente nesta pesquisa quando os

entrevistados reconhecem que essa foi a “única porta aberta que encontraram” e percebem a volta aos estudos, não como uma perspectiva de ascensão na carreira profissional, mas, sobretudo, como uma possibilidade de resgate da sua identidade e realização. Os entrevistados vêem na escola implantada no canteiro de obras a possibilidade, não apenas de alcançarem os conhecimentos necessários para suas atividades de leitura e escrita em situações cotidianas, mas, principalmente a aquisição das habilidades necessárias para aprenderem a linguagem digital.

Os dados apontam o setor da Construção Civil como o grande receptor daqueles que não têm, ou possuem pouca, escolaridade. É para essa área da economia brasileira que esses trabalhadores foram “empurrados”, e “acolhidos”, resultando, em sua grande maioria, em homens que reconhecem a importância do trabalho atual em sua vida, mas que ao mesmo tempo, sentem-se “frustrados” por não terem seguido uma carreira idealizada ainda na infância ou juventude, como revela este depoimento que sintetiza a dos demais entrevistados:

[...] assim, por exemplo, hoje, se eu tivesse um ano ou dois anos de estudo, eu tava em outro trabalho melhor, por exemplo, na polícia, numa prefeitura como fiscal, tinha um emprego de concurso, um fiscal... eu tinha vontade, mas o estudo foi pouco, minha paixão era ser polícia, era ser polícia...então minha paixão foi por água abaixo porque eu não tive estudo. (Sr. Paulo)

A aparente frustração descrita acima, demonstra a percepção clara do trabalhador de que a Construção Civil foi a alternativa possível para que hoje ele esteja empregado, ao tempo em que não vislumbra perspectiva de mudança de atividade profissional ou atrativos dentro da própria carreira na Construção Civil. Aos olhos do trabalhador, este é um setor onde há pouca mobilidade profissional para cargos mais “altos”, pois, efetivamente, só há duas categorias de trabalho nos canteiros de obras: a dos que executam, como os pedreiros, carpinteiros, serventes e a dos que mandam executar, como os engenheiros, encarregados ou mestre-de-obras.

Essa distinção de atividades profissionais, entre funções manuais e intelectuais, torna-se mais explícita na Construção Civil, onde há uma forte hierarquia delimitada pelo nível de escolaridade entre as profissões exercidas nos canteiros de obras, resultando em uma formação praticamente empírica entre os que desempenham

funções manuais e repetitivas, diferentemente daqueles que delegam as atividades no ambiente de trabalho.

Dentre os treze trabalhadores que compuseram a amostra deste trabalho, sete encontravam-se exercendo a atividade de ajudante, sendo que cinco destes estão categorizados, conforme diagnóstico realizado pelo Programa SESI Educação do Trabalhador, como primeira etapa, ou seja, estão ainda no nível silábico da escrita e conseguem fazer leituras apenas de pequenas palavras. Os outros dois apresentavam o nível correspondente a segunda etapa do processo de alfabetização, equivalente a 1ª ou 2ª etapa do curso em andamento no canteiro de obras quando ocorreu a pesquisa de campo.

Nessa condição, também se encontra o trabalhador entrevistado que se declara servente, função similar a de ajudante, enquanto as demais categorias profissionais estão equiparadas ao que corresponderia a 3ª e 4ª série do Ensino Fundamental. Esse “enquadramento”, por séries, é realizado de acordo com um teste diagnóstico aplicado durante a primeira semana de aula pelo docente do Programa SESI Educação do Trabalhador. É através deste instrumento de avaliação que se define em que nível de escolaridade o trabalhador se encontra, mesmo que ele nunca tenha freqüentando uma escola em sua vida.

Diante da sociedade contemporânea, de franco desenvolvimento tecnológico, esses trabalhadores percebem a necessidade de acompanhar e ampliar sua visão de mundo, especialmente no que se refere às tecnologias, pois não se pode mais prever por quanto tempo o seu “saber-fazer”, em detrimento da escolarização, será suficiente para garantir sua permanência neste setor. Tanto os depoimentos coletados para esta pesquisa, quanto os dados estatísticos de outras fontes, apontam que nos últimos anos houve uma mudança substancial no perfil do trabalhador da Construção Civil, especialmente no que se refere à escolaridade, como consta nesta análise do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

[...] ocorreu melhora significativa na escolaridade média dos ocupados na Construção Civil, embora a baixa escolarização continue representando

uma característica marcante do setor. Cabe ressaltar que este movimento é resultado principalmente da exclusão dos menos escolarizados do mercado de trabalho. (DIEESE, 2006)

Diríamos então que está havendo uma elevação da escolaridade no perfil dos trabalhadores da Construção Civil, mas isso não ocorre por conta das iniciativas de escolas nos canteiros de obras, e sim devido ao número crescente de desempregados com maior nível de escolaridade disponíveis no mercado trabalho. Os dados estatísticos do DIEESE encontram fundamentação teórica nas publicações de diversos autores que fazem uma análise crítica sobre o mercado de trabalho brasileiro.

[...] na perspectiva empresarial, quanto maior for o número de trabalhadores qualificados ou com escolaridade superior, disponíveis no mercado, melhor se poderá aproveitar esses trabalhadores em funções/postos de trabalho de baixos salários sem a necessidade dessa qualificação. É muito comum hoje no Brasil, empresas exigirem curso superior para postos que não requerem tal instrução, a exemplo dos caixas de supermercado. (DRUCK, 2001, p.89)

Em entrevista para esta pesquisa, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Salvador e Região Metropolitana, Florivaldo Matos, demonstra preocupação com a categoria profissional por ele representada, afirmando que uma iniciativa mais estrutural para a formação destes trabalhadores precisa ser implementada “urgentemente” e seu grande desejo é de que “a classe de trabalhadores da Construção Civil não seja composta apenas por analfabetos.”

Com isso, o representante da classe trabalhadora reconhece que o sindicato investe em programas de qualificação profissional, mas que não tem como atuar em nível de educação básica para este público, pois demandaria altos custos, que a entidade não teria condições de arcar. Afirma ainda que está empreendendo esforços para sensibilizar órgãos do governo para a situação do trabalhador dessa categoria, ao tempo em que reconhece ser essa uma questão de difícil solução.

Em todos os depoimentos dos trabalhadores que compuseram esta pesquisa, identificamos um único percurso que os conduziram ao trabalho atual; as histórias de vida apresentam elementos únicos, mas fortemente marcados por sofrimentos e

superações. São relatos de luta pela sobrevivência, como descrito no capítulo sobre história de vida, sendo que, a sua chegada à Construção Civil, apresenta uma trajetória que, na maioria dos relatos, tem início ainda na infância. Essa confluência de fatores entre uma infância sofrida, ausência escolar e dificuldades de subsistência levaram esses homens aos canteiros de obras e, hoje, a maioria deles reconhece a importância da oportunidade de trabalho que tiveram ao ingressar na Construção Civil, aonde chegaram por vias que diferem em muito de outros processos em busca de emprego, como exemplifica este depoimento:

[...] eu vim pra Salvador morar com um irmão mais velho pra arrumar trabalho, aí eu comecei a namorar uma menina e a mãe dela era casada com um mestre-de-obras, aí ele me indicou pra trabalhar na obra que ele tomava conta. De lá pra cá não saí mais da Construção Civil e agradeço a Deus até hoje a chance que ele me deu (Sr. Ademilson).

Sobre essa questão, os trabalhadores discorrem os fatos que os levaram a essa categoria profissional, fazendo relatos que apresentam características únicas neste setor, ou seja, o ingresso, na empresa, dá-se por indicação do mestre-de-obras, parentes ou conhecidos que já trabalham no ramo e não por um processo seletivo, que normalmente ocorre em outros ramos de trabalho. Segundo os depoimentos, a empresa contratante, às vezes, manda o candidato executar determinadas tarefas para averiguar a qualidade do serviço. Isto ocorre ainda por conta da natureza do trabalho, que, historicamente, requer mais habilidades manuais e disposição física para o “saber fazer”.

No contexto das tecnologias contemporâneas, o trabalho extrapola as funções motoras e apresenta-se de forma articulada com a percepção mental e com o conjunto de ferramentas presentes nas TIC, o que se diferencia de outros mecanismos que marcaram a história, predominantemente analógicos, enquanto os atuais componentes são essencialmente digitais. Pesquisadores como Warschauer (2006, p.275) afirmam que “os domínios tecnológico e social estão muito entrelaçados, e, continuamente, co-constituem um ao outro de diversas maneiras. Essa co-constituição ocorre dentro das organizações, das instituições e da sociedade em geral”.

Para situar-se nesse novo contexto, em que o uso das tecnologias foram disseminadas de forma tão ampla, o trabalhador que sobreviveu a era analógica, agora precisa desenvolver as habilidades de leitura e da escrita em caráter de urgência, pois a concepção tecnológica estabelecida no país, até o presente momento, não foi concebida para os milhões de brasileiros que não dominam os códigos da leitura e escrita, assim como não reconhecem os comandos e interfaces necessários para realização de determinadas operações digitais. O fato é que o mercado de trabalho não irá esperar que este trabalhador alcance um nível pleno de alfabetização analógica, depois digital e esteja “qualificado” para operar os equipamentos que foram incorporados à rotina de trabalho.

Segundo Salm (1979), as relações entre escola e capital estão estabelecidas de forma extremamente vinculadas, resultando em uma tendência em se utilizar a escola como “veículo de transmissão de uma pedagogia capitalista”. O autor faz uma ressignificação de Marx ressaltando incoerências entre o que aponta a teoria do capital humano e o papel da escola, destacando que o mundo do trabalho e da educação permanecem separados ou atendem as demandas específicas do mercado.

O capital, que libertou-se das limitações impostas pelo tamanho da população, que internalizou suas fontes de financiamento resolvendo também os problemas da mobilidade desses recursos, que controla seus mercados, que regula e orienta o fluxo de inovações tecnológicas, enfim, o capital que vai dominando (e destruindo) a própria natureza, dependeria dessa instituição pesada chamada escola para resolver seus problemas com a força de trabalho (SALM, 1979, p.25).

Na concepção de Ricardo Antunes (2007), a noção de força de trabalho na contemporaneidade é mais abrangente, sendo composta por “a classe-que-vive-do-trabalho”, contemplando assim a totalidade dos trabalhadores, inclusive os que se encontram desempregados. Para os profissionais da Construção Civil essa categorização se enquadra na situação com a qual sempre conviveram, ou seja, quando não estão no exercício da sua força de trabalho, encontram-se desempregados, pois a alta rotatividade é a característica predominante entre os trabalhadores desse setor.

Essa “flutuação” de trabalhadores entre as obras é um dos motivos justificados pelas empresas para a não efetivação de uma proposta de formação para os seus trabalhadores. Com isto, as empresas isentam-se em assumir um compromisso coletivo pela escolaridade ou formação profissional dos mesmos, sem levar em conta que esse profissional “circula” em um único ramo de atividade por muitos anos.

Em suma, constatamos no que se refere a esta pesquisa que não há políticas públicas, iniciativas sindicais ou empresariais que garantam uma oportunidade de formação educacional estruturada para essa categoria profissional, que tem seu aprendizado baseado apenas na experiência cotidiana, ao tempo em que agora convivem com uma série de situações onde precisam ler telas, teclar, interagir com comandos eletrônicos e compreender expressões difundidas culturalmente pelas TIC.

3.2 – A CHEGADA DAS TIC AOS CANTEIROS DE OBRAS

Nos últimos anos, alguns processos da Construção Civil, que demandavam um tempo considerável para serem executados, foram substituídos por mecanismos implantados nos canteiros de obras, sem qualquer “aviso prévio” para a preparação dos trabalhadores. Hoje observa-se a instalação de “mini indústrias” nas obras, que possibilitam uma auto suficiência para a produção de materiais, antes adquiridos no mercado. São lajes, blocos de concreto, materiais pré-moldados, fabricação de concreto e peças cerâmicas de encaixe para a edificação, dentre muitos outros.

A indústria da Construção Civil apresenta características próprias em relação à indústria de transformação. Dentre algumas peculiaridades destaca-se: a imobilidade do produto produzido, forte dependência de habilidades motoras do trabalhador e alta rotatividade da mão de obra. Articulam-se a estes fatores a precarização do trabalho, aumento das desigualdades sociais que levam o trabalhador a um estado em que a ausência dos saberes tecnológicos, dentre outras ausências, são percebidos como uma condição pessoal e não como conseqüências socioeconômicas e estruturais promovidas no capitalismo.

Nesse sentido, o aumento da produtividade no setor da Construção Civil se organiza de forma distinta no que se refere à preparação dos profissionais para operacionalizar processos, antes manuais, agora com uso de tecnologias. O resultante é uma força motriz trabalhadora que se torna excedente devido ao aumento considerável do número de desempregados escolarizados. Essa afirmativa encontra respaldo nos dados do PNAD/2006, quando constata que os trabalhadores menos escolarizados, com até 3 anos de estudo, estão perdendo espaço no contingente de ocupados, reduzindo sua participação de 25,6% em 1992, para 19,7% em 2006.

Segundo Martins (1997, p.30), existe um processo de exclusão que é inerente à lógica da sociedade capitalista de “tudo desenraizar e a todos incluir porque tudo deve ser lançado no mercado”. Nesse bojo, as relações entre trabalho e educação são partes importantes dessa contradição, uma vez que estão associadas às exigências da produção industrial, onde uma nova forma de organização e gestão se configura como um modelo onde o trabalhador precisa ser altamente qualificado e polivalente, sem que isto venha a acarretar custos para a empresa.

Acrescenta-se a estes dados o fato que muitos dos trabalhadores incluídos na categoria de menos escolarizados, dificilmente conseguirão alcançar o índice de apropriação digital demandado pelo mercado de trabalho atual. Na Construção Civil, o conceito de “exclusão” está diretamente relacionado ao de “alta produtividade”, ou seja, está passível de ser “excluído” todo trabalhador que não conseguir adequar-se ao modo de produção predial em larga escala, resultando em um contingente de desnecessários sob o ponto de vista econômico. Ainda, segundo Martins (1997, p.30-32), essa é uma marca que se denomina como “população sobranete” criada pelas relações assimétricas entre capital e trabalho.

Durante a entrevista concedida para esta pesquisa, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção, Florisvaldo Bispo dos Santos, também afirma que as tecnologias estão “chegando com vontade na Construção Civil” e exemplifica que determinados serviços que antes eram executados em três dias, por

muitos homens, agora são realizados pela grua⁵ em questão de horas. Lembra que a betoneira mecânica desempregou muita gente porque o uso de material pré-moldado causou uma grande revolução no setor e hoje exige que o trabalhador saiba identificar as placas de concreto a partir das informações da planta arquitetônica da obra, o que requer muito mais cuidado e leitura do trabalhador para não errar o projeto.

IMAGEM 2 – FABRICAÇÃO DE BLOCOS E LAJES DE CONCRETO NA OBRA



Foto: arquivo pessoal da autora

Ainda em seu relato, o presidente destaca a instalação, na Bahia, de empresas da Construção Civil vindas da região Sudeste do país, onde os processos e as exigências são distintos dos que se encontram no mercado baiano:

[...] lá eles usam tudo que há de mais avançado em tecnologias e padrão de qualidade, além de não contratarem pessoas analfabetas e, quando chegaram aqui, tiveram que contratar essas pessoas porque não encontraram profissionais bons e com experiência que estejam alfabetizados, aí tiveram que se render. (Florisvaldo Bispo dos Santos).

Sobre essa realidade, a matéria publicada na página do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado da Bahia traduz a acirrada

⁵ Grua é um equipamento utilizado para a elevação e a movimentação de cargas e materiais pesados, usando uma ou mais máquinas simples para criar [vantagem mecânica](#) e então mover cargas além da capacidade humana. (wikipedia.org)

concorrência do mercado imobiliário, o que requer uma mudança necessária no cenário da Construção Civil da Bahia, onde a maioria dos indicadores sociais difere, negativamente, dos resultados das demais regiões do Brasil. A chegada de empresas de outras regiões à Bahia requer uma tomada de decisão diante da competitividade e uso das tecnologias na Construção Civil.

[...] A busca incessante por novidades e avanços tecnológicos, seja nas técnicas construtivas, nos métodos gerenciais ou na comunicação com a sociedade, fez da construtora Norcon, empresa sergipana com quase 50 anos de atuação no mercado, a segunda maior construtora do Norte e Nordeste. De acordo com pesquisa realizada recentemente pela revista O Empreiteiro,⁶ de 24/10/2007, a Norcon, que nos últimos dois anos também atua em Alagoas e na Bahia, subiu duas posições em apenas um ano. [...] De acordo com Caroline Teixeira, diretora de Marketing da Norcon, o bom desempenho da construtora tem acontecido ainda pelo domínio da tecnologia de ponta aliado ao contínuo investimento na qualificação e motivação dos seus colaboradores. “Isso resulta em um trabalho bem estruturado, que prima pela inovação e satisfação das expectativas dos clientes.

Na perspectiva dos trabalhadores, sobre as mudanças que ocorreram na Construção Civil, com a chegada de máquinas e equipamentos com recursos digitais, eles mostram-se ainda surpresos com os avanços, ao tempo em que consideram positivas essas mudanças. Os profissionais entrevistados identificam como principal vantagem a diminuição do esforço físico necessário para realizar determinadas tarefas: **“antigamente, pra medir a massa, era numa padiola de madeira, hoje tem um carrinho que já vem com a medida certa do que vai ser usado no serviço. Isso melhorou muito as condições de trabalho na obra”** (Sr. Armando, grifos nossos).

O que se questiona na atualidade é até quando o mercado da Construção Civil, reconhecido como o maior empregador de trabalhadores com menor escolaridade, continuará a absorver esses profissionais, visto que os processos de transformações produtivas também estão chegando a esse setor. Um exemplo dessa transformação tecnológica são as construções mais modernas, identificadas como “edifícios inteligentes”. Vários equipamentos, antes manuais, agora são automáticos, e alguns materiais estão sendo preparados no próprio canteiro de obras (pré-moldados, blocos, argamassa), demandando maior apropriação de conhecimentos por parte do

⁶disponível em <http://www.sintracom.org.br/noticias.php?cod=1482>

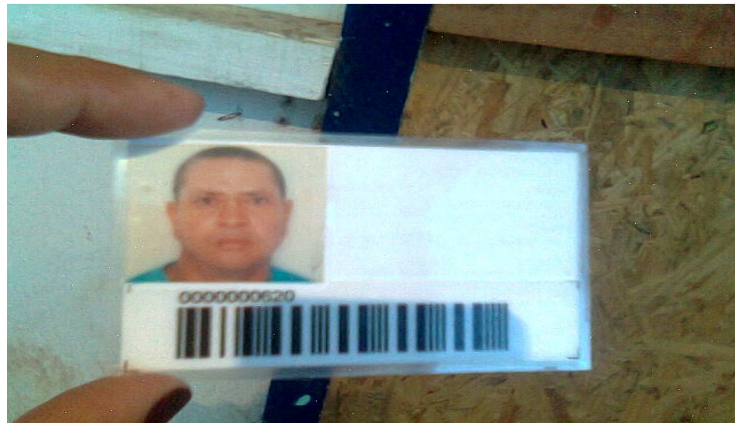
trabalhador, especialmente os relacionados à aquisição de práticas necessárias à operação dos equipamentos recém chegados à obra.

Dentre os exemplos de tecnologias presentes nos canteiros de obra, citados pelos entrevistados, foram mencionados e traduzidos, de acordo com a fala do trabalhador, os seguintes equipamentos, considerados por eles importantes na construção: a máquina que jateia direto na parede e o pedreiro apenas sarrafeia⁷, o elevador de carga, o computador onde eles podem ver a planta completa da construção através de software específico, a betoneira automática e o relógio de ponto digital que deixou de ser através de uma alavanca como lembra a figura abaixo

IMAGEM 3 – ANTIGO RELÓGIO DE CARTÃO DE PONTO E O CRACHÁ DIGITAL



O velho relógio de ponto do Dinap, ainda no laboratório



FONTE: arquivo pessoal da autora

No entanto, a chegada de recursos tecnológicos ao canteiro de obras, resultou em uma “não autonomia” do trabalhador para utilizar estes mecanismos digitais disponibilizados pela empresa, a exemplo do cartão de ponto eletrônico. E assim, ele fica dependente de um “fiscal” para atestar que o seu dia de trabalho seja contabilizado. Durante a pesquisa de campo identificamos que essa é uma prática constante, sob o argumento de que, por não terem habilidades para manusear tais

⁷ Ato de espalhar a massa e alisar a parede com uma tira fina de madeira ou metal, conforme descrição do entrevistado.

equipamentos, isso poderia acarretar em quebra ou perda de qualidade do produto. Na percepção empresarial é mais eficaz “excluir” o profissional de determinadas atividades, que lhe possibilitar as condições necessárias para efetuar até mesmo as operações de cunho pessoal, a exemplo do uso do cartão de ponto.

Para Bonilla (2005), as discussões sobre inclusão digital transcendem a mera possibilidade de acesso e aponta para a necessidade da discussão sobre um conceito mais abrangente e coerente com uma ação política:

Não basta a universalização do acesso às tecnologias. Esta é uma condição necessária, mas insuficiente. É preciso investir na democratização do uso, ou seja, na participação efetiva da população, de forma que tenha a capacidade não só de usar e manejar o novo meio, mas também de aprender, prover serviços, informações e conhecimentos, articular redes de produção que permitirão e potencializarão a emergência do novo, a proposição, a efervescência da diversidade. (BONILLA, 2005, p.62).

Portanto, é preciso promover a aquisição de habilidades básicas para o uso, principalmente, do computador e internet, mas, sobretudo, é preciso conceber a utilização desses recursos em favor dos interesses e necessidades individuais e coletivas de todo cidadão. Torna-se imprescindível formular estratégias e ações efetivas para que as salas de aulas implantadas nos canteiros de obras, tanto através do SESI – Serviço Social da Indústria, quanto por outras entidades, promovam uma alfabetização em consonância com uma perspectiva de inclusão digital voltada para o exercício da cidadania, pois essa se constitui em um fator essencial para inserir os adultos em uma inclusão social mais ampla.

Diante deste contexto, é fundamental que as políticas públicas para a EJA se mantenham estáveis e com isso possam não apenas possibilitar a alfabetização desse público, mas o processo de alfabetização precisa estar em consonância com uma perspectiva de continuidade. Para tanto, é preciso conceber uma educação que contemple e articule a elevação da escolaridade com a profissionalização dos sujeitos e assim possa, efetivamente, inserir as TIC na vida desse imenso contingente de cidadãos que, hoje, encontram-se cerceados, não apenas do direito aos códigos da leitura e da escrita, mas impedidos digitalmente de exercerem

práticas profissionais, sociais, culturais e econômicas que estão presentes na sociedade contemporânea.

Essa constatação torna-se ainda mais preocupante, quando até mesmo as exigências por trabalhos manuais estipulam saberes que ainda não foram alcançados por uma imensa parcela da população em tempos de “ciberalfabetização”. Com isso, as conformações atuais da classe trabalhadora responsabilizam os indivíduos por não se adequarem às novas performances do mundo produtivo ou não conseguirem desenvolver as aptidões e habilidades requeridas pelas mudanças tecnológicas. Segundo Druck (2001), esta separação entre trabalho manual e intelectual desenvolve-se de forma a subordinar o trabalho ao capital e conseqüentemente, extrair a mais valia.

Assim, as inovações tecnológicas, que caminham a passos largos em diversas áreas do mercado de trabalho, começam a se fazer presentes também nos canteiros de obras, sem que antes tenham havido qualquer tipo de preparação para os profissionais envolvidos conseguirem se apropriar dos mecanismos de funcionamento. Apenas se impõem novas rotinas de trabalho com o uso de tecnologias de automação, resultando em um processo que pode aprofundar ainda mais o fosso entre o homem e sua relação com os saberes necessários na contemporaneidade.

CAPÍTULO 4

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A SALA DE AULA NOS CANTEIROS DE OBRAS

“Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação !
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer sua profissão”.

(Vinícius de Moraes, 1981)

Os índices de analfabetismo no Brasil, segundo o CENSO do IBGE em 2006, apontam uma queda em relação a 2005 de 0,7% na taxa de analfabetismo entre os brasileiros com mais de 15 anos de idade. No entanto, essa leve redução não foi suficiente para tirar o Brasil do incômodo ranking de países com elevados índices de analfabetismo. Conforme apontam os dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o percentual de brasileiros acima dos 15 anos de idade, que não sabem ler e escrever é de 10,4% e de 14,9% para pessoas na faixa etária dos 10 aos 14 anos.

Dentre esse percentual, 90% dos analfabetos do país todo encontram-se na faixa etária acima dos 25 anos, conforme revelam dos dados do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2006. Na região Nordeste essa situação apresenta um quadro que distoa das demais regiões do Brasil, visto que a taxa de analfabetismo situa-se acima de 20% da população, enquanto nas regiões Sul e Sudeste esse número não ultrapassa os 6% de analfabetos.

O indicador que chama mais à atenção, a nosso ver, quando analisamos o contexto de uma sociedade com uso intensivo das tecnologias e imersa em múltiplas linguagens digitais, é o índice de analfabetismo funcional que se situa em 23,6%. O

que significa um número alarmante de pessoas que não conseguem escrever um bilhete simples ou estabelecer contato com os meios de comunicação escritos que são mais demandados na atualidade, a comunicação digital. Sobre as características dos analfabetos funcionais e os demais níveis do analfabetismo discutiremos no transcorrer deste capítulo

Os dados específicos do público constituente desta pesquisa, conforme relato do presidente da entidade sindical – SINTRACOM – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira do Estado da Bahia, correspondem a 300 mil profissionais no mercado de trabalho envolvendo as várias funções da categoria (servente, pedreiro, carpinteiro, armador, ajudante...). Desses, 50% são analfabetos, segundo a entidade, o que reflete também na baixa remuneração desses trabalhadores.

A Construção Civil responde por 58 mil postos de trabalho na Região Metropolitana de Salvador, conforme pesquisa realizada pelo DIEESE em 2004, o que representa todas as atividades relacionadas a este setor, como construções, reformas, infraestrutura e reparações em edificações. A pesquisa aponta que embora tenha havido melhora na escolaridade desses trabalhadores, **“a baixa escolarização continua representando uma característica marcante do setor”** (grifos nossos).

Esses dados apresentam um panorama dramático ao nos darmos conta de que estamos vivendo em uma sociedade plugada em múltiplas linguagens e meios de comunicação, ao tempo em que convivemos com pessoas que não conseguiram sair da fase histórica em que a comunicação oral ou reproduções de ideogramas eram suficientes para o homem conviver com seus semelhantes. Séculos após a invenção da escrita, um contingente imenso da população brasileira permanece sem conseguir estabelecer contato com a leitura e escrita em plena era do uso das tecnologias como principal via de comunicação na sociedade.

Ao se analisar esse contexto, precisamos considerar os antecedentes históricos da nossa colonização, que priorizaram uma educação voltada para atendimento aos anseios da elite vigente e não para as necessidades da população em geral,

resultando na formação de estigmas e marcas que até os dias atuais recaem sobre os jovens e adultos não alfabetizados.

No decorrer da história da educação no Brasil, o termo analfabetismo esteve vinculado a expressões nitidamente pejorativas, quando não humilhantes. Comumente se atribuem termos como “um mal a ser combatido”, “erradicação do analfabetismo”, “chaga do analfabetismo”, o que denota uma completa insensibilidade para com as pessoas que não foram acolhidas em suas necessidades e especificidades pelo sistema da educação brasileira, ocupando, ainda hoje, um lugar de apêndice dentre as demais modalidades de ensino, sem articulação com a educação básica, assim como ausência de recursos orçamentários que garanta a consolidação da Educação de Jovens e Adultos no país.

O não acesso à educação em nosso país representa um fenômeno histórico, demarcado de acordo com o modelo de desenvolvimento socioeconômico predominante em cada período. As classes que se alternaram no poder, desde os primórdios do Brasil colônia até a república, fizeram prevalecer uma série de determinantes sociais que reforçam a segregação das classes no contexto educacional e social brasileiro, como retrata Romanelli (1989):

[...]Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar.” (ROMANELLI, 1989, p.35):

No entanto, não podemos atribuir à nossa origem histórica o único fator que conduziu o Brasil a condições e índices tão desiguais. É preciso considerar que as inovações tecnológicas, também, não foram democraticamente difundidas e implementadas, resultando em um processo de cristalização de determinadas práticas sociais excludentes, à medida que passam automaticamente a dificultar as possibilidades de acesso para uma parcela considerável da população aos benefícios proporcionados pelas tecnologias contemporâneas.

As circunstâncias que ainda hoje se fazem presentes para a não alfabetização de milhares de adultos no país remetem-nos a um breve retrospecto sobre a colonização brasileira, onde se identifica que a vida escolar era reservada a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que compunha a camada detentora dos bens materiais e do poder político local, ficando os demais alheios a qualquer tipo de experiência educacional formal, como reconhece o próprio governo através do Parecer nº 11, de maio de 2000, emitido pelo Conselho Nacional de Educação que reconhece a EJA como.

[...] uma dívida social não reparada com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela (...), em que a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto. (MEC, BRASIL. PARECER nº 11 de maio de 2000 e, RESOLUÇÃO CNE/CEB, n.1 de 05 de julho de 2000)

Nesse sentido, podemos associar o sistema educacional estabelecido no país no decorrer dos séculos com o processo que estamos vivenciando na contemporaneidade, marcado pela ausência de políticas públicas efetivas para inserção e apropriação das tecnologias no cotidiano das classes menos favorecidas. Para Santos (2000) o processo contemporâneo é perpassado por duas mutações: a tecnológica e a filosófica, como construção de sentido à existência humana.

“A grande mutação tecnológica é dada com a emergência das técnicas da informação, as quais – ao contrário das técnicas das máquinas – são constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas, ainda que seu uso perverso atual seja subordinado aos interesses dos grandes capitais. Mas, quando sua utilização for democratizada, essas técnicas doces estarão a serviço do homem”. (SANTOS, 2000, p.174)

No que se refere à mutação filosófica, o autor aponta que diante do processo de globalização, as técnicas advindas com esse podem ser irreversíveis, mas este mesmo conjunto de recursos e técnicas avançadas, decorrentes das tecnologias, podem possibilitar a construção de “um novo sentido à existência de cada pessoa e, também, do planeta”.

A convivência com as tecnologias para os jovens e adultos não alfabetizados representa uma situação de uso da leitura e da escrita em um contexto de

letramento, ou seja, as práticas comunicativas ocorrem a partir de situações reais quando o sujeito se depara com demandas em que apenas a decodificação de letras não é suficiente para interagir com as práticas sociais em diferentes contextos. Marcuschi (2002, p.25) afirma que o indivíduo letrado é aquele que participa de forma significativa em eventos onde se faça necessário a leitura e escrita, ou seja, as demandas de letramento atuais estão em um contexto digital, enquanto as tecnologias não estão sendo direcionadas para alterar o cenário do analfabetismo no país.

4.1 – HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Para esta pesquisa, atemo-nos a percepção do não alfabetizado em tempos de uma sociedade em expansão e desenvolvimento tecnológico, onde a multiplicidade de sentidos diante de tantos códigos afeta diretamente as práticas sociais no cotidiano do cidadão que vive em meio a diferentes recursos tecnológicos. No entanto, milhares de brasileiros não usufruem dos benefícios e comodidade proporcionados pelas tecnologias, sujeitando-se aos mais diversos riscos por não estarem contemplados no processo de concepção e implementação de políticas públicas ou adequações às ferramentas tecnológicas disponíveis no mercado.

Ao analisarmos os projetos e programas de alfabetização desenvolvidos para essa população ao longo do tempo, deparamo-nos com um conjunto de ações completamente distintas e descontínuas que conduzem para uma ausência de políticas públicas realmente efetivas. Do contrário, não teríamos, nos dias atuais, uma legião de pessoas ainda não alfabetizadas. Para melhor situar as experiências educacionais implementadas para jovens e adultos no Brasil, sintetizamos, em um breve histórico, as concepções, projetos e propostas desenvolvidas nas últimas décadas, ressaltando que cada período representa seu contexto político e social vigente.

Até o final da década 1950, as atividades econômicas exercidas pela maioria da população concentravam-se na área rural, não exigindo necessariamente o domínio da cultura letrada para exercer o trabalho ou lidar com situações do cotidiano. Os

meios de comunicação estavam concentrados basicamente na oralidade e o fato de ser “analfabeto” não se constituía efetivamente em um problema econômico e social para os dirigentes do país, uma vez que a economia baseava-se no setor agrário.

Com o processo de urbanização, a partir dos anos de 1960, observa-se na sociedade um emprego maior da linguagem escrita e uma forte presença dos meios de comunicação audiovisuais. Para as situações de comunicação social já não eram suficientes a *palavra de honra* – característica da cultura oral. Passa-se a conviver com a necessidade de assinaturas nos contratos e outras necessidades de conhecimentos de leitura e escrita para uma participação social mais efetiva.

Como constata Gadotti (2000, p.35), ainda na década de 60, começam a aparecer campanhas para a educação de adultos patrocinadas pelo governo, onde as chamadas “cruzadas” contra o analfabetismo tinham como objetivo combater uma “chaga”, “uma doença como a malária.”, reproduzindo o caráter “doentio” e “sem diagnóstico” do analfabetismo. Assim, a Educação de Jovens e Adultos só aparece em forma de ação governamental na Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que estabelece dentre seus fins:

Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a)** a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b)** o respeito à dignidade e as liberdades fundamentais do homem;
- c)** o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d)** o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e)** o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio.

Observa-se nesse último item, uma atenção especial, que em pleno período de 1960, já antevia a necessidade de uma preparação para a convivência com recursos científicos e tecnológicos. Passados quase cinquenta anos, preparar o indivíduo para o uso desses recursos, permanece como um propósito genérico para a

educação. Do contrário, não estaríamos hoje constatando os alarmantes índices de analfabetismo no país, apesar do grande avanço das tecnologias na sociedade contemporânea, resultando em um imenso contingente da população que permanece sem conseguir dominar os recursos mais básicos da tecnologia digital.

Assim como em outros processos, não basta a promulgação de uma lei para que determinações sejam cumpridas. Na redação da Lei 4.024 de 1961, há uma grande subjetividade de intenções, que acabam desobrigando o Estado de assumir a responsabilidade pela educação básica, ficando o poder público isento de assegurar as reais condições para efetivação do estabelecido em uma diretriz e que seja eficaz para a educação de jovens e adultos no país.

A mesma Lei 4.024/61 não contemplou questões fundamentais para a época, como a democratização do sistema educacional, e nem estabeleceu referências para os problemas sociais e para o mundo do trabalho. Isso resultou em debates que criticavam a referida Lei e apontavam como emergência a expansão do ensino via abertura de um número maior de escolas.

Como marco efetivo de uma luta pela Alfabetização de Jovens e Adultos, podemos tomar a experiência desenvolvida por Paulo Freire em Angicos, interior do Rio Grande do Norte, em 1963, quando teve início uma verdadeira revolução para a educação popular cujos princípios teóricos e epistemológicos repercutem até os dias atuais através da contribuição e legado ideológico do educador Paulo Reglus Neves Freire.

A partir da experiência pedagógica em Angicos, estabeleceu-se um novo ideal de que para alfabetizar jovens e adultos era necessário partir das reflexões e consciência da realidade em que essas pessoas estavam inseridas, promovendo o que Paulo Freire caracterizou como um processo pedagógico em que “tentássemos a promoção da ingenuidade em criticidade, ao mesmo tempo em que alfabetizássemos.” (FREIRE, 1975, p. 112)

Sobre a experiência de alfabetização de adultos ocorrida em Angicos, Pelandre (2005) fez um resgate histórico da proposta desenvolvida por Freire e sua equipe, retornando a esse local quarenta anos após o acontecimento e detalhando como esse processo se deu. Ela aplicou avaliações entre os que participaram da experiência em 1963, para constatar a proficiência em leitura de alguns ex-alunos alfabetizados conforme a metodologia proposta por Freire, a partir das palavras geradoras, concluindo, dentre outros aspectos que:

[...]o sucesso da experiência de Angicos constitui um desafio a todo educador – é possível transformar sonhos em realidade quando se é movido por atitude de curiosidade e pesquisa e se opta por uma prática pedagógica democrática, radical e progressista, rompendo criticamente com as amarras da acomodação, do silenciamento, da discriminação, para a superação dos desequilíbrios do mundo. Angicos não foi apenas um curso de alfabetização, mas, sim, a mudança para uma nova vida, em que as letras deixaram de ser incógnitas e inseriram-se no cotidiano de cada um daqueles cidadãos e cidadãs angicanos (PELANDRE, 2005, p.39).

No entanto, o Golpe de Estado, em 1964, impôs forte repressão ao movimento de educação popular e extinguiu todos os Centros Populares de Cultura, que se constituíam em pontos de referência para discussão e disseminação das idéias de Paulo Freire, normalmente, implantados em Associações Comunitárias. Esse movimento foi substituído por uma alternativa completamente oposta aos princípios defendidos por Freire. Uma nova corrente de educação voltada para a alfabetização passa a ser adotada oficialmente e torna-se conhecida como MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, caracterizando-se mais como um sistema que visava ao controle das camadas populares pelo governo militar, que propriamente como uma concepção de educação. O Mobreal ateve-se a uma tentativa de educação de massa, com farta publicação de recursos didáticos, e que se estendeu até 1985, mas em nada lembravam as palavras geradoras que desencadeavam o processo de alfabetização pregado por Freire. Com o tempo, o Mobreal passa a se constituir em mais uma denominação pejorativa atribuída aos que não sabiam ler.

Os programas que se seguiram ao Mobreal foram muitos e sem garantia de continuidade, e com um processo de repasse dessa tarefa para diversas instituições do terceiro setor ou de direito privado. Dentre os programas conduzidos por instituições, destacam-se a Fundação Educar que interrompeu suas atividades em

1990, quando o governo isenta-se da condução de programas específicos para a EJA e começa a “terceirizar” as ações educacionais. Surge então o programa Alfabetização Solidária e outros voltados para atendimento ao público, mas em parceria com governos municipais, organizações da sociedade civil e ONG. O resultado dessa disseminação de parcerias é um processo cujas ações e resultados quanto à alfabetização de jovens e adultos ficaram restritos à cada entidade, não se constituindo em uma referência nacional sobre a EJA.

O fato dos programas voltados para a educação de jovens e adultos no país, em sua grande maioria, não serem assumidos pelo governo é alvo de muitas críticas devido a efemeridade dos mesmos, que são repassados à iniciativa privada ou estabelecem convênios com entidades do terceiro setor, para que alfabetizem milhares de pessoas através de práticas solidárias. Ou seja, a problemática do analfabetismo vem sendo tratada nos últimos anos como um ato de solidariedade empresarial, enquanto o Estado isenta-se do cumprimento de seu dever estabelecido na constituição brasileira.

Em seu artigo intitulado “Debite um analfabeto no seu cartão: a solidariedade como estratégia para alfabetizar a população e desresponsabilizar o Estado”, Traversini (2005) traça um panorama sobre as principais iniciativas governamentais para alfabetizar jovens e adultos no país, constatando que essas se pautaram em um modelo neoliberal em que as instituições privadas responsabilizam-se pela educação sob a tutela do Estado, sob o argumento de uma ação solidária da classe empresarial.

[...] Assumindo tal responsabilidade, cada parceiro passa a integrar a rede solidária, pertencendo a uma “comunidade solidária”, ou seja, ele passa a pertencer a uma comunidade que se sente comprometida em auxiliar o Estado na solução dos problemas sociais. Esses parceiros praticam a solidariedade por meio da adoção de analfabetos. A adoção pode ser efetivada pelas empresas e por qualquer indivíduo por meio da destinação de recursos financeiros para viabilizar os cursos de alfabetização nos municípios com elevados índices de analfabetismo (TRAVERSINI, 2005, p.5).

Esse modelo de parcerias para EJA, iniciado na década de 90, perdura até os dias atuais e constituiu-se em ponto importante da pauta das discussões em 1996,

quando aconteceram uma série de reuniões preparatórias para a V Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA, convocada pela UNESCO e realizada na Alemanha em 1997. Desta conferência surgiu a Declaração de Hamburgo, que recomenda e sugere alguns eixos que se constituíram na centralidade das propostas para a Educação de Jovens e Adultos nos anos seguintes.

A importância da Declaração de Hamburgo deve-se ao objetivo de incentivar os compromissos com a educação de adultos, em escala planetária, representando um avanço em relação às anteriores, mais centradas na educação de adultos como subsistema educacional. A Declaração de Hamburgo assegura que “a educação de adultos ganhou mais profundidade e amplitude e tornou-se um imperativo no local de trabalho, no lar e na comunidade, à medida que homens e mulheres se esforçam por criar novas realidades em todas as etapas da vida” (UNESCO, 1998, p. 15).

Observa-se que mesmo apontando diretrizes futuras no período em que as tecnologias já estavam em pleno desenvolvimento, a Declaração de Hamburgo não faz menção ao uso desses recursos para a educação de jovens e adultos, ou mesmo evidencia preocupações sobre como essas pessoas, que não dominam o código escrito, irão se comportar frente a esse novo contexto.

Em termos nacionais, a Educação de Jovens e Adultos se apresenta com mais evidência na Lei 9394/96 (Brasil1996), quando é incluída em um capítulo específico da Educação Básica e não mais como um “aparte” para essa modalidade de ensino. Segundo a lei, essa modalidade “será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria” (MEC,1996, p.37). Observa-se mais uma vez que não há indicativos para uso das TIC na Educação de Jovens e Adultos.

Com a dissolução da Alfabetização Solidária em 2003, o governo cria, no mesmo ano, o Programa Brasil Alfabetizado, que mantém a mesma estratégia de parcerias com entidades do terceiro setor, Ong e prefeituras para execução das ações educacionais, e que, segundo consta nos documentos oficiais “representa um portal

de entrada na cidadania, articulado diretamente com o aumento da escolarização de jovens e adultos e promovendo o acesso à educação como um direito de todos em qualquer momento da vida”. (MEC /SECAD, 2003)

Portanto, em todos os programas desenvolvidos para a Educação de Jovens e Adultos não se identificam mecanismos ou estratégias públicas que garantam aos que não tiveram oportunidade de estudo, uma continuidade ou adequações necessárias para receber e manter esse aluno adulto na escola, constituindo-se apenas em mais uma modalidade de ensino. Os sujeitos que procuram a EJA fazem parte de um segmento de trabalhadores-alunos que precisam ter suas necessidades de aprendizagens valorizadas e atendidas, dispendo de uma organização de ensino que lhes possibilite uma alfabetização plena para a sua inserção, tanto na cultura textual, quanto na digital.

4.2 – CONCEPÇÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A definição para o que seja alfabetização de jovens e adultos decorre de uma postura teórica e da concepção que se tenha sobre educação. Por isso, seu conceito não é unânime, apresenta um número significativo de variações de acordo com o contexto histórico em que está inserido.

Enquanto concepções de alfabetização, essas, normalmente, são traduzidas no que se convencionou como métodos analíticos ou sintéticos, que constam nas diversas propostas educacionais para a EJA nos últimos anos. Apresentam variáveis em seus processos e concebem desde a alfabetização como a aquisição do sistema convencional de escrita, ou seja, aprender a ler decodificando, e a escrever em forma de codificação, até o conceito mais recente, identificado como letramento, cujas discussões acirram debates entre diversos autores sobre estratégias de alfabetização e compreensão das funções da escrita.

Dentre a multiplicidade de aspectos e divergências sobre o uso dos termos alfabetização, letramento, analfabeto, analfabetismo, analfabeto funcional, digital e outros, optamos em trazer neste capítulo não uma discussão teórico-metodológica

desses conceitos, mas uma visão do conjunto e da magnitude desse problema que se estende por toda a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

No contexto atual, compreendemos que a alfabetização é sobretudo um conceito diretamente relacionado às questões sociais e torna-se condição essencial para o desenvolvimento e amplitude de capacidades cognitivas, políticas e econômicas, visando a uma maior inserção do homem nas várias dimensões da sociedade. Segundo Sampaio (1999):

[...] toda a importância dada ao processo de alfabetização não significa que se considere o indivíduo não alfabetizado um cidadão inferior, mas torna claro que, em um mundo onde o registro escrito é uma ferramenta, uma tecnologia que contribui para a organização da sociedade, aqueles que não a dominam provavelmente terão dificuldades em participar plenamente da construção desta realidade. (SAMPAIO, 1999, p.59)

Recentemente, alguns conceitos foram inseridos nas discussões sobre a alfabetização de jovens e adultos, especialmente, quanto ao caráter social do uso da leitura e da escrita, ao que alguns autores reconhecem como letramento. Esse conceito não foi evocado por Paulo Freire, mas podemos afirmar que o autor já trazia para a discussão a dimensão social do processo. O alfabetizado, com a aquisição da leitura e da escrita, teria uma visão mais crítica do mundo e, conseqüentemente, passaria a ter uma maior interferência na sociedade.

Marcuschi (2003, p.22) distingue letramento, alfabetização e escolarização. Para o autor, “letramento é um processo de aprendizagem social e histórico da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários”. O autor compreende que alfabetização é uma habilidade de ler e escrever que se pode dar à margem da instituição escolar, ou seja, é algo aprendido mediante qualquer processo de ensino. Quanto a escolarização, essa se constitui como uma prática formal das instituições de ensino com vistas a uma formação integral do indivíduo, sendo a alfabetização apenas uma das etapas atribuídas à escola.

Para Soares (2003, p.93), as concepções de alfabetização e letramento são processos de natureza diferentes, mas interdependentes e indissociáveis, pois a

alfabetização não precede e nem é pré-requisito para o letramento. Segundo a autora, pessoas analfabetas estão inseridas em um contexto letrado e possuem algum nível de letramento, devido a exposição freqüente a determinadas práticas de leitura e escrita.

Diante da complexidade do tema, que é objeto de outros estudos específicos, neste trabalho daremos um breve panorama sobre alguns conceitos de alfabetização e letramento amplamente difundidos na sociedade e abordaremos os conceitos e termos adotados em instituições que concentram maior abrangência de informações sobre essa discussão. Ressaltamos que não nos propomos a discutir nesta pesquisa as divergências e convergências entre autores dessa temática.

No que concerne ao termo utilizado nesta pesquisa, atemo-nos a chamá-los de “não alfabetizados” por constituírem uma amostra de classe composta por alunos da 1ª a 4ª série de um programa específico para jovens e adultos, que adota como princípio que todos estão ainda em processo de alfabetização, embora apresentem níveis de leitura e escrita diferenciados, mas que convergem para o fato de que não desenvolveram ainda as habilidades de leitura e escrita com autonomia suficiente para saberem executar operações e comandos digitais, como mostram os dados desta pesquisa.

O principal critério de avaliação para conhecer o número de analfabetos e alfabetizados que prevaleceu durante muito tempo no país, era baseado principalmente no domínio da coordenação motora para ler e escrever o próprio nome. Atualmente, a maioria dos critérios estabelece como alfabetizados os indivíduos que conseguem ler e escrever um bilhete simples e com autonomia suficiente para conseguirem expressar uma comunicação.

O IBGE em 2006 adota o critério similar ao descrito como bilhete, incorporando a definição de que o processo de alfabetização somente se consolida quando um aluno conclui a quarta série do Ensino Fundamental e considera como analfabeta; “a pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece”.

Nos documentos mais recentes da UNESCO, deixa de existir a dicotomia alfabetizado/analfabeto e apontam para a conclusão de que “todos de alguma maneira somos analfabetos frente a alguns tipos de informação, o que se faz mais patente em sociedades de grande desenvolvimento tecnológico” (UNESCO, 1999, p.17).

A V Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos, realizada em Hamburgo, não define um conceito para a alfabetização, mas compreende que:

A alfabetização, concebida como o conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação em sentido amplo, é um direito humano fundamental. Em toda sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesmo e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades (UNESCO-UIE, 1999, p.23).

É importante registrar o que determina o Plano Nacional de Educação – PNE, no ano de 2000, que considera, em seu texto, vinte e seis metas e objetivos a serem cumpridos nos próximos dez anos em relação a EJA. Transcrevemos aqui apenas os relativos à alfabetização:

- Estabelecer, a partir da aprovação do Plano Nacional da Educação, programas visando alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos no prazo de cinco anos e, até o final da década, “erradicar o analfabetismo”.
- Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos ou mais que não tenha atingido este nível de escolaridade.
- Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população de 15 anos ou mais.

Apesar de ousadas e atuais, as metas ainda trazem implícitos o mesmo conceito do analfabetismo impregnado na sociedade ao longo do tempo, visto como uma praga a ser eliminada, sem maiores considerações sobre como deveria ocorrer um processo de alfabetização com uma visão integrada sobre os processos metodológicos para aquisição das habilidades de leitura e escrita, estabelecendo

nexos com as tecnologias contemporâneas. Ao contrário, enfatiza a erradicação de um fenômeno sem questionar a sua causa. “É equivocada a imagem da alfabetização como uma vacina, que uma vez aplicada na criança ou no adulto erradica para sempre o mal do analfabetismo.” (WAGNER, 2000, p.29).

Em 2005 com a criação do INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional, entidades como a Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro avaliaram o conceito de analfabetismo funcional, categorizando-o em quatro níveis:

ANALFABETO – Não consegue realizar tarefas simples que envolvem decodificação de palavras e frases.

ALFABETIZADO NÍVEL RUDIMENTAR – Consegue ler títulos ou frases. Localizando uma informação explícita.

ALFABETIZADO NÍVEL BÁSICO – Consegue ler um texto curto, localizando uma informação explícita ou que exija uma pequena inferência.

ALFABETIZADO NÍVEL PLENO – Consegue ler textos mais longos, localizar e relacionar mais de uma informação, comparar vários textos, identificar fontes.

A UNESCO define analfabeto funcional como a pessoa que sabe escrever o próprio nome, ler e escrever frases simples, efetuar cálculos básicos de Matemática, mas não consegue interpretar a leitura e utilizar a escrita em atividades do cotidiano. Ou seja, o analfabeto funcional não expressa idéias por escrito ou atribui significância ao que lê.

No Brasil, o índice de analfabetismo funcional é medido entre as pessoas que não completaram os quatro anos de estudo do Ensino Fundamental, mas esse conceito apresenta variações de acordo com cada país.

Tabela 1 – Evolução dos níveis de alfabetismo (Inaf 2001 – 2005)

	Leitura e escrita				Habilidades Matemáticas		
	2001	2003	2005	Diferença	2002	2004	Diferença
Analfabetismo	9%	8%	7%	-2 pp	3%	2%	-1 pp
Alfabetismo – Nível Rudimentar	31%	30%	30%	- 1 pp	32%	29%	-3 pp
Alfabetismo – Nível Básico	34%	37%	38%	+ 4pp	44%	46%	+ 2 pp
Alfabetismo – Nível Rudimentar	26%	25%	26%	-	21%	23%	+ 2 pp

Fonte: Instituto Paulo Montenegro

O INAF identificou, em 2005, 7% de pessoas na condição de analfabetismo absoluto e um percentual menor ainda quando se analisam as habilidades matemáticas, que ficou em 2%. O que se observa nos dados apresentados é que para ambos os domínios, aproximadamente 30% de pessoas demonstram um domínio rudimentar das habilidades. Nessa perspectiva, as pessoas com menos de quatro anos de estudo e mesmo as que sabem ler e escrever frases simples, não possuem as habilidades necessárias para satisfazer as demandas de leitura e escrita que exigem hoje uma alfabetização mais proficiente e crítica.

A concepção de alfabetização constante na proposta pedagógica da turma que se constituiu em amostra para esta pesquisa, descreve esse processo de forma bastante ampla e definida entre um conjunto de princípios norteadores da prática educativa e em consonância com o estabelecido em documentos mais recentes, que referendam a alfabetização como um processo ao longo da vida. Para o PSET - Programa SESI Educação do Trabalhador, que, em parceria com as empresas, mantém salas de aula nos canteiros de obras e em outros locais de trabalho, a alfabetização é entendida na perspectiva do letramento e descrita como.

a superação da prática de alfabetização, como exercício de codificação e decodificação de símbolos, é algo relevante para o professor que atua no Fundamental I do PSET. A função social da leitura e da escrita deve oportunizar a ampliação do aprendizado do código contribuindo, assim, para a formação de cidadãos leitores e capazes de produzir textos com autonomia (SESI 2005, p.25).

Embora essa formulação apresente avanços quando se dispõe a conduzir uma aprendizagem para além dos códigos lingüísticos, essa mesma concepção parece-nos estreita quando analisamos os discursos dos alunos desse programa que demandam necessidades de aprendizagens que transcendem a capacidade de leitura e produção de textos. Eles querem, em caráter de urgência, ler telas e acionar comandos com a mesma competência com que conseguem erguer tijolo por tijolo em suas obras, como expressa este trabalhador quando questionado sobre a motivação para voltar à sala de aula:

[...] é o padrão do dia a dia, a gente tem que acompanhar a mudança, eu já estudei um pouco antes, mas é como se fosse analfabeto de novo porque as coisas estão muito aceleradas. Tudo a gente tem que saber digitar ligeiro e ninguém entende que nossa leitura é fraca...eu quero estudar pra aprender a mexer com essas máquinas porque elas vieram pra facilitar a vida da gente né? Mas se não tiver estudo fica difícil (Sr. Sidney).

Podemos concluir então, que para os alunos estarem alfabetizados na contemporaneidade, seria necessário que os mesmos não tivessem nenhum empecilho digital, pois a partir do momento que precisam se envolver em práticas sociais, como utilizar um caixa eletrônico do banco, votar nas eleições, consultar um terminal de auto atendimento e outras situações, eles devem estar em plena condição para usar a leitura e escrita também em contextos da cibercultura.

Assim, o conceito de letramento, que surge no final da década de 1980, e vem sendo fartamente adotado, é entendido no contexto de leitura digital, como um conjunto de práticas sociais em que são utilizados os códigos escritos, verbais, não verbais de outros sistemas simbólicos. Ou seja, requer uma compreensão e domínio dos códigos para uso efetivo na sociedade, especialmente com as tecnologias digitais, onde as demandas por leituras se fazem mais presentes no cotidiano das pessoas, que propriamente em formato de portadores textuais.

Para Warschauer (2006, p.74-5), letramento se apresenta não apenas como recurso cognitivo, ou de cultura, mas é, sobretudo, uma questão de poder e política. Esse autor identifica a existência de formas diferenciadas de aquisição do letramento de acordo com o seu significado e contexto, ao tempo em que aponta para algumas conclusões sobre letramento e acesso às TIC:

- Não existe apenas um tipo de letramento, mas diversos tipos;
- O significado e o valor do letramento variam em contextos sociais específicos; as aptidões referentes ao letramento existem em gradações e não numa oposição bipolar entre letrado e iletrado;
- O letramento sozinho não gera benefício automático fora das suas funções específicas;
- O letramento é uma prática social que envolve acesso a artefatos físicos, conteúdo, habilidades e apoio social;
- A aquisição de letramento não é uma questão apenas de educação, mas também de poder.

As considerações de Warschauer (2006) apontam não para uma polarização entre alfabetização e letramento, mas para os aspectos sócio-históricos presentes nas interações e demandas sociais para ler e escrever, independentemente de qual formato a escrita se apresente. Ou seja, no contexto atual, estar alfabetizado é ser capaz de mobilizar um conjunto de habilidades cognitivas, motoras e lingüísticas em diferentes práticas de leitura e escrita.

Portanto, especificamente quanto a alfabetização para desenvolvimento da autonomia digital dos sujeitos, esta constitui-se em um valoroso instrumental para compreensão das novas formas de interação com a sociedade contemporânea, ao tempo em que precisa ter uma dinâmica de continuidade e deve ser apoiada não por programas esporádicos, mas como prioridade nacional. Como discutimos neste capítulo, a educação formulada e implementada para essa população, até o presente, tem sido promovida a partir de uma concepção compensatória, do ponto de vista das propostas oficiais, ou tomadas como ações de solidariedade, excluindo o dever do Estado como promotor de políticas públicas e, sobretudo, negando a perspectiva da educação como um direito estabelecido pela constituição.

4.3 – O CANTEIRO DE OBRA COMO *LÓCUS* DE APRENDIZAGEM

Conforme explicitamos no capítulo introdutório desta pesquisa, atemo-nos em analisar o ambiente da sala de aula implantada em um canteiro de obra na orla marítima de Salvador, promovida pelo SESI – Serviço Social da Indústria, que desenvolve um programa específico para EJA em parceria com as empresas dos diversos setores da indústria.

É importante ressaltar que esse tipo de programa mantém coerência com o histórico das entidades do sistema S (SENAI, SENAC, SENAT, SENAR) que integram as representações das indústrias desde a década de 40, quando a acumulação de capital nos grandes centros urbanos impulsionou o processo de industrialização do país. Com isso, as indústrias assumiram o papel de preparar sua própria mão-de-obra para o mercado, por conta da emergência de qualificações profissionais no menor tempo possível.

Diante da expansão do setor industrial brasileiro, ainda na década de 40, a mão-de obra especializada era importada dos países europeus, devido a não existência de uma política de formação profissional para as indústrias. Para dar conta dessa demanda por trabalhadores qualificados, o governo decreta, entre os anos de 1942 a 1946, a criação das entidades de formação profissional, que deveriam manter escolas de aprendizagem localizadas no interior das fábricas ou no entorno da área industrial. Segundo Romanelli (1989, p.169), “as escolas de aprendizagem acabaram por transformar-se, ao lado das escolas primárias, em escolas das camadas populares.”

No âmbito desta pesquisa, identifica-se uma forte demanda para que as empresas implantassem salas de aula no local de trabalho. Em sua grande maioria, são iniciativas atreladas aos processos de certificação de qualidade, ou como normalmente se denominam, os programas da ISO 9000 ou similares, que buscam a padronização do trabalho e fim do desperdício como metas a serem alcançadas. Em alguns casos, a conquista destas normas certificadoras é determinante para a permanência das empresas no mercado, sob pena de não atenderem aos requisitos de concorrências licitatórias ou restrições quanto a não padronização dos critérios de qualidade determinados pelo setor imobiliário.

Na Construção Civil as três letrinhas da ISO⁸, têm um peso considerável visto que para manutenção e destaque no meio empresarial, a obtenção deste tipo de certificado conta como um atestado de qualidade dos serviços oferecidos pela empresa. Essa certificação adquire significância quando se trata de um ramo

⁸ Certificado que atesta a conformidade do sistema da qualidade implantado em uma empresa de acordo com os requisitos das normas da série NBR ISO 9000

altamente competitivo com lançamentos constantes de imóveis de alto padrão imobiliário.

Para alcançar alguns tipos de certificados, a empresa passa por vários processos e etapas, sendo necessário o preenchimento de questionários que precisam ser respondidos pelos próprios funcionários de acordo com o tipo de serviço a ser realizado pela auditoria que confere esse documento. Assim, o fato do trabalhador estar apto para ser entrevistado e responder adequadamente aos questionários e normas para obtenção de uma certificação, conta muito para o alcance dos objetivos “implícitos” da empresa.

Por outro lado, esse tipo de iniciativa é percebido pelo trabalhador da Construção Civil como um “benefício”, o que demonstra uma certa “ingenuidade”, quando ele não percebe que a educação é um direito de todo cidadão. Com isto, o trabalhador não consegue ver a possibilidade de freqüentar um outro espaço de aprendizagem e expressa sentimentos de “gratidão” pela oportunidade de estudar no ambiente de trabalho, sem reconhecer o “ganho” da empresa que, conseqüentemente, agrega benefícios ao empregador. É comum os engenheiros e encarregados das obras atribuírem melhoria na “sociabilidade”, “diminuição do desperdício de material” e “melhor comunicação do trabalhador”, devido ao fato de estarem freqüentando a sala de aula no canteiro de obras.

Como alternativa de integração entre o sistema educacional e o setor produtivo, crescem cada vez mais iniciativas de escolarização no próprio ambiente de trabalho, como é o caso da amostra desta pesquisa, onde há uma estreita vinculação entre os interesses de formação de mão-de-obra e as funções educacionais. Bianchetti (2001) alerta para o atrelamento entre escola/mercado de trabalho sendo necessário analisar a relação paradigmática entre escola e empresa.

Aparentemente alheios a essas discussões – que muitas vezes consideram academicista e metafísica – os empresários, através dos seus órgãos de representação ou dos teóricos que os subsidiam, defendem abertamente essa vinculação estabelecendo parcerias diretamente com escolas e universidades com o ministério da educação e secretarias estaduais e municipais de educação e no limite criam escolas no interior das empresas,

transformando as próprias empresas em organizações qualificantes” (BIANCHETTI, 2001, p.42).

O Programa SESI Educação do Trabalhador é uma iniciativa da FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia, criado em 1999 e sendo gerenciado através do NETI – Núcleo de Educação do Trabalhador da Indústria. O programa objetiva a “redução das taxas de analfabetismo” no estado da Bahia, com atuação prioritária no setor da Construção Civil, que é considerado como ramo industrial pela FIEB, e detentor dos piores índices de escolaridade.

Para a implantação da sala de aula nos canteiros de obras, segue-se uma estratégia que compreende as etapas de prospecção até a concretização das turmas. Inicialmente, o setor comercial do Programa SESI Educação do Trabalhador seleciona as empresas, com base no guia das indústrias da FIEB (catálogo onde constam todas as indústrias registradas no Estado da Bahia), ou recebe solicitação das próprias empresas. Para o setor da Construção Civil, o requisito básico é que a obra tenha refeitório ou outro local que possa ser adaptado como sala de aula.

Havendo interesse da empresa, o passo seguinte é realizar uma “sensibilização” dos trabalhadores, conduzida por uma das coordenadoras pedagógicas do programa, momento em que os operários recebem informações sobre a estrutura do curso e enfatiza-se a importância do retorno à sala de aula diante das necessidades do cotidiano e a participação da empresa no investimento para que as aulas aconteçam. No entanto, para que a turma seja formada, há uma determinação de que o número mínimo de alunos seja de quinze, devido aos custos operacionais (bolsa do estagiário/docente, acompanhamento pedagógico, módulos e certificação).

Obtendo-se número de alunos suficiente é formalizado um contrato entre o SESI e a empresa onde se estabelecem cláusulas em relação às obrigações de cada entidade, ficando a cargo da empresa, a responsabilidade pela infra-estrutura da sala de aula e a aquisição de alguns materiais didáticos de uso pessoal dos alunos, como caderno, lápis, caneta, borracha etc. Fica a critério do SESI, selecionar o

estagiário que será o docente da turma, assim como a coordenadora responsável pelo acompanhamento e supervisão das aulas.

Para o desafio de alfabetizar esses alunos trabalhadores que nunca tiveram acesso à escola, ou que dela estão afastados há muito tempo, o SESI contrata estudantes universitários das áreas de Letras e Pedagogia, que estejam cursando a partir do quarto semestre, não sendo exigido como pré-requisito ter experiência anterior em sala de aula. Esses estudantes recebem uma bolsa estágio no valor vigente em setembro de 2008 de R\$ 290,00 e que, devido a sua condição de estagiários, só podem permanecer no programa por no máximo dois anos de contrato.

O fato do SESI optar pela contratação de estudantes universitários para atuarem como docentes em um campo tão específico como a EJA, que requer uma práxis diferenciada, foi objeto de críticas e considerações feitas pela pesquisadora Thelma Polon, sob a supervisão do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal do Rio de Janeiro, que realizou um estudo de caso sobre o programa em 2003, quando o mesmo concorreu ao prêmio “Caixa Melhores Práticas de Gestão Local”. Para Polon (2003), as competências que esses jovens professores vão formando, durante o exercício do seu saber fazer na sala de aula, acabam sendo “desperdiçadas”, quando eles terminam seus contratos ou deixam o programa, quando conseguem uma oportunidade de emprego efetivo:

[...] Os vários recursos utilizados na produção desse estudo mostram que este é um ponto controvertido na estruturação do programa:

a) pela afirmação das técnicas responsáveis em entrevista dizendo que após estarem preparados os professores precisam ir embora;

b) pelo depoimento dos professores de que *“enfrentar o desafio de lidar com adultos que estão iniciando em seu processo de alfabetização gera muita angústia e insegurança”* e quando estes se sentem mais preparados precisam deixar o programa;

c) o depoimento de um dos empresários entrevistado que afirmou sua intenção de, se, necessário, contratar “por fora” o professor quando o tempo do estágio do mesmo terminar, por apostar na condição de trabalho que o educador conquistou junto aos seus alunos, construindo vínculos, “pegando o jeito do ensino “etc. (POLON, 2003, p.12).

Essas considerações impactam diretamente na formação adequada desses docentes para alfabetizar jovens e adultos na perspectiva do letramento, como consta na proposta pedagógica do programa, ao tempo em que não se vislumbra, até a conclusão desta pesquisa, que esses mesmos professores tenham formação ou adquiram as habilidades necessárias para que seus alunos sejam alfabetizados digitalmente, conseguindo assim realizar o principal desejo que os fizeram retornar à sala de aula, aprender a lidar com as TIC para atender às suas necessidades essenciais.

Como percurso metodológico e estrutura curricular, foram identificados neste programa aspectos relacionados ao mundo do trabalho, incluindo temas relativos à qualidade, saúde, segurança no trabalho e situações voltadas para o cotidiano, como consta na proposta do PSET – Programa SESI Educação do Trabalhador transcrita abaixo:

O Programa SESI Educação do Trabalhador consiste numa proposta curricular construída especificamente para o adulto trabalhador e com conteúdos compatíveis com os níveis de alfabetização (etapa I), 1ª e 2ª séries (etapa II) e 3ª e 4ª séries (etapa III) do Ensino Fundamental. (SESI, 2005, p.33)

Conforme consta na proposta curricular do Programa SESI Educação do Trabalhador, os materiais didáticos utilizados em sala de aula são elaborados pela equipe pedagógica do SESI a partir dos Referenciais Curriculares do MEC para Jovens e Adultos e pautados nos pressupostos teóricos de Piaget, Vygotski, Emília Ferreiro e Paulo Freire, através de três Eixos Temáticos: Identidade e Trabalho, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho e Pluralidade Cultural/Diversidade e Novas Tecnologias. Na organização pedagógica, as três etapas podem acontecer simultaneamente para atender pessoas com níveis de conhecimento diferenciados, que são denominadas como classes multiseriadas.

A ênfase constante no material didático remete a uma aprendizagem vinculada a demandas de qualificação do trabalhador, uma vez que os textos e situações de aprendizagem propostas são predominantemente questões relacionadas ao ambiente de trabalho, o que nos leva a crer que essas atividades estão voltadas

para que o trabalhador possa executar com mais propriedade determinadas tarefas relativas ao seu “saber fazer”.

Kuenzer (2002) demonstra preocupação com as relações de produção que ocorrem em programas voltados para a formação do trabalhador. Segundo a autora

[...] é preciso recomeçar a desenvolver uma nova concepção de trabalho a partir de novas formas de organizá-lo, que permita encaminhar a superação da alienação do trabalhador possibilitando-lhe participar do fruto do seu próprio trabalho, das decisões sobre ele e dos benefícios da cultura contemporânea. Uma das condições para que isso ocorra é a reapropriação do saber por todos os que dele foram historicamente excluídos (KUENZER, 2002 p.16).

Nesse sentido, embora se constitua em grande anseio dos alunos, que apontam no início das aulas, o desejo em saber lidar melhor com as tecnologias a sua volta, o que se constata nesta pesquisa é que não há nenhuma estruturação ou suporte didático/tecnológico na sala de aula do canteiro de obras, que possa tornar realidade essa necessidade na vida dos alunos trabalhadores da construção civil. Constata-se que as aulas limitam-se a uma apresentação teórica/abstrata insuficiente para atender a sede de autonomia que o aluno trabalhador sente para utilizar as tecnologias no seu cotidiano, como expressa este depoimento:

[...] é daqui que a gente tira nosso pão de cada dia...por isso eu acho que a chance que a gente tem de aprender a leitura pra usar essas máquinas é aqui mesmo no trabalho, senão, onde é que a gente vai conseguir se aprumar? (Sr. Hermes)

Sobre esta dependência educacional do trabalhador, Salm (1979, p.94) aborda os campos político-ideológicos da educação, que permeiam as relações entre escola e trabalho e mostra a “incapacidade” do Estado em formar mão-de-obra adequada às necessidades das empresas, resultando em um “lócus” de aprendizagem assumida pelo próprio empregador, ou seja, ensina-se exatamente o que irá ser praticado nos moldes da empresa, resultando em um reducionismo dos processos produtivos e especialização única para o trabalhador, pois dificilmente ele empregará as mesmas técnicas em um outro ambiente de trabalho. “Deste modo preparam-se

continuamente substitutos aptos a assumir os vários postos. A empresa resolve, assim, a questão da disponibilidade de mão-de-obra adequada”.

Para Frigotto (1998, p.27), o trabalho como princípio educativo na perspectiva do trabalhador “implica superar a visão utilitarista, reducionista de trabalho [...] inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeitos do seu devir”. Significa não a individualização do homem, mas, sobretudo, um processo coletivo que busque a superação das relações sociais marcadas pela desumanização passiva diante das práticas capitalistas

Como discutimos em capítulos anteriores, no que se refere ao analfabetismo e ao processo recente denominado de “exclusão digital”, os interesses capitalistas agem de forma diluída e camuflada, a ponto de impossibilitar o trabalhador de perceber que a sua condição atual, de não alfabetizado, e outras situações de desigualdade social, é decorrente de fatores estruturais, como má distribuição de renda e ausência de políticas públicas no país. Esse processo é histórico e se “acomoda” na sociedade, atribuindo a responsabilidade de não desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita a uma situação pessoal de cada indivíduo.

Sobre essa questão, a imagem 4 expressa a dedicação que esses trabalhadores têm para com o seu desejo pessoal em aprender, enquanto se torna evidente o quanto é importante para a empresa que ele saiba, no mínimo, reconhecer uma placa de sinalização de segurança como a que se encontra nesta sala de aula e outras situações inerentes ao campo de trabalho.

IMAGEM 4 - SALA DE AULA NO CANTEIRO DE OBRAS

FOTO: arquivo pessoal da autora

Nestes canteiros de obras, as aulas acontecem no local que funciona como refeitório da empresa. Elas ocorrem de segunda a quinta-feira ao final do expediente de trabalho e tem duração de duas horas e meia. O fato de não haver aula na sexta-feira se deve ao horário de trabalho nesse dia, encerrar-se mais cedo, às 16:00 horas para que se possa compensar a jornada das 07:00 às 17:00, totalizando uma carga horária semanal de 44 horas. Culturalmente, para esses trabalhadores, a sexta-feira é tida como o “dia das providências”, pois normalmente o pagamento ou adiantamento salarial ocorre nesse dia e muitos aproveitam a saída mais cedo para resolver questões pessoais ou viajar para as cidades no interior do Estado, onde reside a maioria de seus familiares.

O período de duração da sala de aula é previsto para seis meses, mas segue a dinâmica do cronograma da obra, ou seja, quando há intercorrências como embargos de fiscalização e outros problemas, a turma tem duração estendida ou, em muitos casos, acontecem interrupções por conta do número grande de demissões que ocorrem a cada etapa em que a obra fica pronta, não havendo nenhum tipo de vinculação entre estar estudando e permanecer por mais tempo no

emprego. Com isso, muitos alunos ficam no meio do caminho, evidenciando que a elevação da escolaridade perde sua valorização frente ao movimento do sistema produtivo.

Quando questionados sobre os motivos que os levaram a voltar a estudar, os trabalhadores entrevistados apresentaram motivações pessoais, em detrimento das profissionais, o que pode corresponder a falta de perspectiva de mudança para outro ramo de atividade. Constatamos que eles buscam na sala de aula o atendimento às suas expectativas mais imediatas, como as relacionadas ao uso das TIC.

[...] quero aprender a ler porque a gente passa muita vergonha... às vezes vai comprar um aparelho e tem uma placa do lado com as informações do que tem ou não tem nele, aí não consegue ler e tem que perguntar ao vendedor (Sr. Graciliano).

No que se refere à metodologia de alfabetização adotada nessas salas de aula, para os alunos em processo de alfabetização, é utilizado o que teoricamente se denomina como método analítico (que ocorre a partir de um texto, frase ou palavra contextualizada), enquanto para os alunos que estão em estágio correspondente ao que a instituição classifica como etapas 2 e 3, são utilizadas estratégias diversas, como a formação de subgrupos, atividades diversificadas, de acordo com as necessidades de cada aluno, ou em duplas, conforme estabelecido na Proposta Pedagógica do Programa.

Essa “variedade” de procedimentos didáticos pode se constituir em uma grande riqueza para a sala de aula, quanto também pode resultar apenas em um conjunto de procedimentos, pois requer do professor um conhecimento e capacidade de gestão da sala de aula que são inerentes aos profissionais da carreira docente. No entanto, vale lembrar que se tratam de estudantes bastante jovens e ainda em formação, sendo que a disciplina específica para a Educação de Jovens e Adultos, muitas vezes ainda nem foi oferecida pela instituição em que estudam ou não faz parte do seu currículo acadêmico.

Conceitualmente, esses jovens estagiários, em situação de docência, apresentam dificuldades que estão longe de serem solucionadas com vistas ao seu bom

desempenho na sala de aula. Para tanto, o SESI realiza mensalmente capacitações para os estagiários, de acordo com temas pré-selecionados pela equipe de coordenação, assim como são acatadas sugestões propostas pelos estagiários docentes nesses encontros. Durante os planejamentos quinzenais, as coordenadoras orientam os estagiários quanto aos procedimentos necessários, de acordo com o perfil da turma e necessidades/dificuldades relatadas pelos mesmos no desenvolvimento de suas aulas.

Um dos temas recorrentes, entre os estagiários, são os métodos a serem adotados para a alfabetização dos adultos trabalhadores. Os dois métodos mais utilizados no Brasil são denominados analíticos e sintéticos, em que a diferenciação básica é o ponto de partida para aproximar o aluno da alfabetização. Para Marlene Carvalho (2002, p.40), “Métodos analíticos, também chamados de globais, parte de uma história, uma frase ou uma palavra para chegar às sílabas e depois ao som das letras”. Os métodos sintéticos fazem o inverso, ou seja, partem dos elementos menores da língua como letras e sílabas, que vão se reunindo, até formar uma palavra e depois frases ou textos.

Embora se considere como recurso didático para a alfabetização de jovens e adultos a utilização dos mais variados textos que circulam socialmente (jornais, encartes de lojas, revistas, embalagens etc), percebe-se que nas salas de aulas, implantadas nos canteiros de obras, não há espaços de leitura, ou similares a bibliotecas, assim como qualquer ambiente que reúna materiais diversificados para que os alunos sejam estimulados a ampliarem suas possibilidades de leitura.

Assim, manipular na sala de aula, ou levar para casa, portadores textuais que são comuns para a maioria das pessoas, poderia aproximar esses alunos de uma situação efetiva quanto ao uso social da leitura e da escrita, e mesmo que não conseguissem ainda ler estes recursos, as imagens, logomarcas e tempo para tentar descobrir informações, individualmente, ou com auxílio dos filhos, em casa, possibilitaria momentos de superação e auto-avaliação sobre como se processam as suas próprias descobertas.

Nesse aspecto, constata-se, nesta pesquisa, que a necessidade de leitura desses adultos não alfabetizados, extrapola os suportes textuais impressos, ou seja, a demanda mais urgente para esses é a leitura digital que está muito mais presente em seu cotidiano que outras situações com as quais ele “contorna” suas dificuldades. No formato digital, há uma exigência maior de autonomia na leitura e acompanhamento de uma velocidade com a qual ele não consegue lidar.

Mas, como descrevemos anteriormente, os estagiários que assumem as salas de EJA não possuem experiência anterior e também não recebem formação nas faculdades, nem no SESI, entidade para a qual eles prestam serviço. Então, onde esses jovens, “em situação de professores”, irão adquirir a competência necessária para alfabetizar digitalmente esses alunos? Sampaio (1999) alerta que

[...] para realizar a tarefa de relacionar o universo do aluno ao universo dos conteúdos escolares, e com isso contribuir para a formação básica do cidadão/trabalhador, o professor precisa também utilizar as tecnologias que hoje são parte integrante da vida cotidiana. As tecnologias passíveis de serem utilizadas na escola, podendo servir como meio de aprendizagem e objeto de estudo, possuem um largo espectro. (SAMPAIO, 1999, p.74).

Trata-se de uma realidade onde ambos, aluno e professor, encontram-se em uma “carência” de aprendizagem tecnológica. Dessa forma, o percurso pedagógico de uma classe de jovens e adultos deve estar em sintonia com o desejo de aprender do aluno, não apenas através do domínio da linguagem textual, mas precisa ter as tecnologias como presença “concreta” e não “abstrata”, a exemplo do que consta no módulo intitulado “Sociedade e Novas Tecnologias”, entregue aos alunos como terceiro eixo temático na sala de aula, como se percebe neste exemplo de atividade

PROGRAMA SESI EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR

ESCOLA _____

ALUNO _____

PROFESSORA _____

DATA _____

INTERNET – QUE BICHO É ESSE?

PARECE QUE NÃO SE FALA MAIS EM OUTRA COISA. É INTERNET PARA CÁ, INTERNET PARA LÁ... MAS O QUE ISSO VEM A SER EXATAMENTE?

A INTERNET SURTIU NO FINAL DOS ANOS 60, NUMA ÉPOCA EM QUE TODO O MUNDO MORRIA DE MEDO DE QUE A UNIÃO SOVIÉTICA E OS ESTADOS UNIDOS COMEÇASSEM UMA GUERRA NUCLEAR. O GOVERNO NORTE-AMERICANO TEVE ENTÃO UMA IDÉIA: QUE TAL CRIAR UM SISTEMA DE COMUNICAÇÃO QUE NEM UMA BOMBA ATÔMICA PUDESSE DESTRUIR?

ATIVIDADE

1. DE ACORDO COM O TEXTO, QUANDO SURTIU A INTERNET?
2. NA SUA OPINIÃO, O QUE É INTERNET?

(Programa Sesi Educação do Trabalhador, Módulo 3, p.75)

Sobre esse tipo de texto e questões formuladas para o aluno, o documento produzido pelo MEC em 1997, como Proposta Curricular para o primeiro segmento da Educação de Jovens e Adultos, trata com clareza dos princípios pedagógicos e recomendações para as situações de aprendizagem da EJA, alertando para que não se conduzam atividades mecânicas e sem a construção de significados pelo educando.

Muitas vezes, com a intenção de simplificar as mensagens, já que se trata de uma iniciação à cultura letrada, os textos oferecidos para leitura repetem a mesma estrutura e estilo, expondo uma visão unilateral dos temas tratados. Produz-se, assim, uma dissociação entre os momentos de “leitura do mundo”, quando os educandos são chamados a analisar, comparar, elaborar, e os momentos de “leitura da palavra” (ou dos números), quando os educandos devem repetir, memorizar e reproduzir. (MEC, 1997, p.30).

Diante da necessidade de domínio da cultura letrada para ter acesso aos recursos das TIC, torna-se evidente que atividades “simplórias”, como nesse exemplo, não

serão suficientes para possibilitar ao adulto em processo de alfabetização a compreensão dos mecanismos presentes nesses recursos, assim como as suas implicações econômicas e sociais. Com isso, descumpre-se um dos princípios básicos da Educação de Jovens e Adultos que é a funcionalidade do seu aprendizado, pois o aluno da EJA necessita saber o que e para que está estudando determinado assunto, e normalmente rejeita a falta de significação de conhecimentos propostos de forma essencialmente abstrata.

O contexto atual, em que as necessidades de leitura digital estão mais presentes que no formato textual, requer novas estratégias de aprendizagem e estrutura de um material didático coerente com os princípios da EJA, assim como uma dinâmica pedagógica efetiva, que venha a se constituir em situações de aprendizagem para as demandas emergentes que os alunos apresentam. Os depoimentos dos entrevistados nesta pesquisa apontam que o que gostariam de aprender em relação ao uso das TIC lhes parece longe de ser alcançado na sala de aula do canteiro de obra.

[...] Aquele pedaço de concreto ali pra mim é igual a um computador porque eu não sei mexer, eu sei que é um objeto bonito que pode até facilitar minha vida e o que eu mais uso é alicate e lâmina de ferro no dia a dia... o maior computador em minha vida é DEUS, porque pra mim é uma coisa qualquer. Se botassem uns desenhos nas teclas explicando as coisas, aí a gente poderia se sair melhor (Sr. Antonio).

Sobre esta “angústia” do trabalhador, Pierre Lévy (1998) traz uma importante contribuição, que constitui-se em uma visão possível de ser apropriada pelo campo da ciência da computação com vistas a uma intervenção na educação, quando aponta a perspectiva de uma “ideografia dinâmica” como uma interface entre o homem e o computador, através da simulação de modelos mentais do pensamento.

[...] Sempre sob a rubrica do pensamento sem língua, notemos que as ciências fazem uso intensivo, por vezes quase exclusivo, de mapas, esquemas, diagramas, softwares e símbolos não-linguísticos diversos. É preciso enfim reconhecer que a pintura, a escultura, a dança ou o cinema, ainda que não impliquem nenhum emprego da língua, e à medida que não se reduzem a simples gritos expressivos, estão entre os mais memoráveis feitos do pensamento. Um pensamento sem língua, sim, mas não sem signos. (LÉVY, 1998, p.94).

É fato que os mecanismos de comunicação disponíveis hoje em vários formatos, efetivamente, só são possíveis de serem utilizados pelos que dominam os códigos da leitura e escrita, qualquer acesso em contrário deve-se à capacidade cognitiva do ser humano em utilizar subterfúgios para vencer os desafios que lhes são postos. Como veremos no capítulo seguinte, os trabalhadores da Construção Civil, e provavelmente muitos outros não alfabetizados utilizam várias estratégias para estabelecerem algum contato com as tecnologias disponíveis na sociedade contemporânea.

Portanto, não basta mais caderno e lápis para esses trabalhadores que se dispõem a voltar ou iniciar seus estudos. São homens que demonstram um grande esforço para estarem na sala de aula, superando o cansaço físico, o tempo fora de casa, enfrentando riscos de insegurança pública ao saírem mais tarde do local de trabalho e que precisam ter todo esse esforço recompensado, através da sua inserção e estabelecimento de vínculos nesta sociedade altamente digitalizada.

CAPÍTULO 5 DO ANALÓGICO AO DIGITAL: A INCLUSÃO NA PALMA DA MÃO

***“Olhou sua própria mão
Sua rude mão de operário
De operário em construção
E olhando bem para ela
Teve um segundo a
Impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela”***

(Vinícius de Moraes, 1981)

Considerando que este estudo visa “dar voz” a uma categoria que carece de “olhares”, buscamos identificar como o trabalhador percebe a dimensão do digital à sua volta e até que ponto os termos tecnológicos, que estão no senso comum da sociedade letrada, como “inclusão digital” apresentam significância ou outras representações a partir do prisma do adulto não alfabetizado. Neste capítulo, esperamos traduzir a “peleja”⁹ que esse homem trava com os recursos digitais disponibilizados, tanto no ambiente de trabalho, quanto no seu cotidiano.

Ao analisarmos as “agruras” por que passam os trabalhadores não alfabetizados da Construção Civil, é preciso abordar o que se denomina como “Sociedade da Informação”, com reflexões profundas, e cada vez mais necessárias, para expressar as condições dos sujeitos, nesta sociedade, que hoje se encontram duplamente não alfabetizados, pois não conseguem ler e escrever, nem executar a função essencial dos sistemas tecnológicos, ou seja, estabelecer contatos imediatos de comunicação.

É fato que as inovações tecnológicas atuais apresentam uma infinidade de recursos que ultrapassam qualquer barreira geográfica ou noções de tempo, impondo novas formas de organização e gestão que potencializam o lucro em um espaço cada vez mais desterritorializado, onde a produção do conhecimento passa a ser também mais um produto para o mercado consumidor. As abordagens tecnicistas e

⁹ termo nordestino no sentido de briga, luta, combate.

economicistas que regem os programas e projetos intitulados “Sociedade da Informação” apresentam características de padronização e homogeneização para os sistemas que os concebem, descartando toda a perspectiva de constituição que faz todo ser humano como único, mas que traz impresso todas as suas marcas de identidade histórica e social. Com isto, os adultos não alfabetizados na língua materna são “alijados” da possibilidade de usufruírem das TIC, culminando em um processo de “exclusão conceitual” que ocorre durante o processo de concepção dessas tecnologias.

Esta “exclusão conceitual” tem fonte na ideologia do capital. No âmbito das tecnologias, elegem-se critérios e parâmetros de operacionalização das mesmas ainda na sua concepção, e tendo como padrão o sujeito já integrado em todos os demais sistemas culturais hegemônicos, o que aumenta as desigualdades entre os usuários finais das TIC. Observa-se que, assim como tantos outros projetos, a estrutura de formação para o mercado consumidor foi priorizada em detrimento de um processo mais amplo, social e educacional que resultasse na apropriação das TIC para as diversas camadas que compõem a sociedade. O que se percebe é o direcionamento claro destas inovações para as camadas de maior poder aquisitivo da sociedade.

A introdução da chamada “Sociedade da Informação” no Brasil ocorre, para termos de registro, via o Ministério da Ciência e Tecnologia, que, em 1999, criou o Programa Sociedade da Informação – SocInfo, com a finalidade de formular as políticas públicas para a disseminação das TIC no país e, com isso, incorporar as tecnologias da informação e comunicação nos diversos setores da sociedade brasileira. No entanto, o referido programa não define claramente as iniciativas concretas para o acesso mais universal às novas tecnologias, resultando mais em um manifesto de intenções que propriamente em uma ação concreta, como consta em sua missão.

Articular, coordenar e fomentar o desenvolvimento e utilização segura de serviços avançados de computação, comunicação e informação e suas aplicações na sociedade, mediante a pesquisa, desenvolvimento e ensino brasileiro, acelerando a disponibilização de novos serviços e aplicações na Internet, de forma a garantir vantagem competitiva e a facilitar a inserção da

indústria e empresas brasileiras no mercado internacional e fornecer, desta maneira, subsídios para a definição de uma estratégia de país para conceber e estimular a inserção adequada da sociedade brasileira na Sociedade da Informação. (Brasil, 2000, p.10).

O resultado das discussões desse programa ficou conhecido como o Livro Verde, publicado em 2000, mas, cujo teor ainda hoje gera discussões por apresentar em sua essência uma objetividade muito mais econômica, com vistas a geração de um mercado consumidor, que propriamente para atender as demandas de inserção da população aos recursos digitais advindos com a “Sociedade da Informação”, como constata Bonilla (2005):

temos aqui presente a contradição básica do capitalismo: ao mesmo tempo em que gera exclusão, necessita reintegrar ao sistema pelo menos uma parte dos excluídos para conseguir manter-se, pois se perder essa parcela de consumidores, o modelo econômico corre o risco de estagnar-se. E o ciclo recomeça. Há uma busca de incluir os excluídos, o que por sua vez gera novos excluídos. Apesar de estarmos vivendo no contexto das TIC, que possibilitam a constituição de redes e comunidades, de produção e socialização de cultura e conhecimento, a lógica utilizada continua sendo a do sistema hegemônico. Os sujeitos serão considerados “incluídos” se se inserirem no modelo definido pelo programa como consumidores de bens, serviços e informações. (BONILLA, 2005, p.41-42).

O uso do termo “Sociedade da Informação” também é utilizado como sinônimo das dimensões econômica e técnica do aparato tecnológico, o que resulta em um caráter extremamente reducionista e simplificado da sociedade. Assim, a abordagem que requer maior discussão no momento é a dimensão humana e suas conseqüências sociais, não privilegiando o imediatismo das políticas que são adotadas sob o argumento de que quanto mais houver consumidor, mais incluído o sujeito estará.

Para Warschauer (2006), a mera aquisição de computadores não é suficiente para promover inclusão digital, mas é preciso que as pessoas sejam capazes de saber utilizá-los e criar novos conhecimentos, sob pena de ficarem “excluídas” de novas formas de interações sociais. Observa-se que essa perspectiva parece estar ainda muito distante das pautas de políticas públicas direcionadas às populações “não inseridas digitalmente”, enquanto os não alfabetizados, sequer constam nas discussões sobre propostas básicas que possibilitem, no mínimo, o acesso às TIC.

No decorrer dos relatos para esta pesquisa, os trabalhadores entrevistados demonstraram certa “apreensão” quanto a migração de alguns processos de trabalho, antes essencialmente manuais e que hoje tendem a migrar para um equipamento digital, vinculando diretamente essas tecnologias à possível causa de desemprego no setor da Construção Civil, como expressa este trabalhador.

[...] antes a gente levava um dia inteiro pra sarrafeiar uma parede, hoje tem um esquadro de metal que você só encosta e ele já faz a massa escorrer toda certinha e ainda aponta onde tem falha no serviço (Sr. Sidney).

A convivência e tensão entre técnicas analógicas e digitais ainda se dará por um bom tempo no setor da Construção Civil, onde ambos os recursos demandam especificidades de serviços, mas não sendo possível prever em que medida o não preparo desse trabalhador para utilizar as tecnologias continuará sendo aceito pelas empresas com maior especialização. Para essas novas tarefas, exigem-se, sobretudo, capacidade de compreensão dos significados dessas tecnologias, não se resumindo estas a questões técnicas.

[...] sem a ação dos atores sociais os meios técnicos são inertes; a consideração dos sujeitos sociais redimensiona esta tensão, pois a observação, a percepção e a produção simbólica dos sujeitos reais é fortemente analógica (TENÓRIO, 1998, p.87).

Sobre as implicações da transposição do analógico ao digital, o estudo de Bianchetti (2001) traduz a situação vivenciada pelos operários do setor de telecomunicações do Estado de Santa Catarina, expondo as dificuldades encontradas pelos trabalhadores dessa categoria e apresentando as contradições presentes nos discursos sobre qualificação profissional para a entrada na era digital.

[...] Enquanto hipótese, pode-se adiantar que, na migração da tecnologia analógica à digital, vai havendo uma gradativa restrição do espaço para a manifestação das formas idiossincráticas através das quais os trabalhadores resolviam determinados problemas no predomínio da tecnologia analógica, em favor da seqüência de comandos padronizados, na digital. Do ponto de vista das empresas e da própria evolução tecnológica, o ideal é que tudo o que represente formas próprias de os trabalhadores resolverem problemas seja incorporado ao instrumental de trabalho (BIANCHETTI, 2001, p. 05-6).

Essa estratégia de homogeneização dos processos produtivos, que aparenta contemplar toda diversidade do “modus operandis” dos trabalhadores, representa muito mais que uma sistematização dos saberes tácitos desenvolvidos ao longo da experiência de trabalho. Com isso, essas transformações trazem em seu bojo uma série de exclusões, não necessariamente digitais, mas que afetam as relações sociais nos contextos de trabalho, como demonstrado neste depoimento do trabalhador da Construção Civil

[...] antes o peão chegava na obra e ia evoluindo devagarzinho, aprendia uma coisa aqui, outra ali, se encontrasse um bom mestre-de-obras ele virava profissional rapidinho. Hoje em dia você tem que chegar pronto porque não tem ninguém com boa vontade pra te ensinar. Uma vez eu tava novo em uma obra e o mestre ficou com tanto ciúme do meu serviço que quando eu chegava perto da planta pra olhar o projeto ele fechava pra eu não ver. (Sr. Armando).

A evolução das tecnologias, na percepção dos trabalhadores da Construção Civil que compuseram esta pesquisa, ocorreu de forma “abrupta” e eles ainda não crêem na possibilidade de vir a utilizá-las com desenvoltura algum dia, deixando transparecer que já se “conformaram” com isso, pois foram “excluídos” de tantas outras inserções sociais que vêem essa, apenas como um impedimento digital. Para esses homens, o fato de não conseguirem manejar uma caneta para exercício da escrita, levam-no a crer que só as próximas gerações de trabalhadores da Construção Civil terão a oportunidade para lidarem com os mecanismos digitais que estão sendo incorporados ao trabalho.

5.1 – A PELEJA DIGITAL DO TRABALHADOR NÃO ALFABETIZADO

A ênfase nas discussões sobre “inclusão e exclusão digital” apresenta um foco muito grande em aspectos quantitativos e análise de indicadores de acesso como se isso se configurasse em “avanços” proporcionados por ações que se auto-denominam como políticas de “inclusão digital”. Em geral, o uso do termo representa um conjunto de concepções contemporâneas para dar conta dos “info-excluídos”, “sem tela” ou que sofrem o “apartheid digital”.

No entanto, essas expressões de cunho político são insuficientes e não representam as complexas demandas e desigualdades sociais, para as quais nenhuma “inclusão digital” será suficiente para aplacar as profundas diferenciações de classe ou superar os entraves historicamente constituídos como pobreza, desemprego, injustiça social, violência e outros. O percurso trilhado nesta pesquisa seguiu um caminho protagonizado pelos entrevistados, que poderiam enquadrar-se em qualquer um dos termos associados aos que não têm acesso ao digital, mas no lugar de “lamúrias” pela ausência de mecanismos tecnológicos que reconheçam outras formas de interações, diferentes das baseadas na língua escrita, eles aprendem a se desvencilhar dos obstáculos utilizando a capacidade humana comum a todos, a inteligência, enquanto anseiam que as TIC tornem-se “inteligentes” o suficiente para entendê-los.

Sobre este “pensar” dos trabalhadores não alfabetizados em relação as TIC, Pierre Lévy (1998) defende que a “ideografia dinâmica” se constitui em uma possibilidade de interface gráfica como uma linguagem, que, necessariamente, não pressupõe o uso da escrita em seu formato operatório. Para ele, a escrita pode estar em movimento e representada por formas expressivas do conhecimento de caráter figurativo.

Até o presente momento, os computadores têm sido para seus usuários o suporte eficaz de antigas tecnologias intelectuais (escritas alfabéticas, grafismos diversos, signos matemáticos, imagens animadas etc.), acrescentando-lhes um toque de conforto e interatividade em tempo real. Em vez disso, a ideografia dinâmica funcionaria muito bem como nova tecnologia intelectual pois, intrinsecamente relacionada à informática, se imbricaria diretamente com o sistema cognitivo de seus usuários (LÉVY, 1998, p.53).

Constatamos, neste estudo e em publicações sobre a Educação de Jovens e Adultos, que os não alfabetizados criam sistemas próprios de significação e representação que lhes possibilitam conviverem com diversas situações do mundo letrado. Eles constroem saídas e desenvolvem estratégias capazes de permitir que circulem em todos os espaços, mesmo sem dominarem a leitura e a escrita. No entanto, o mosaico de linguagens disposto na sociedade atual está exigindo muito mais que uma “invenção” para escapar do emaranhado das letras do alfabeto, o conhecimento que tem da língua já não é suficiente para dar conta das teias que

enredam os múltiplos textos, códigos, técnicas necessários para saber ler e escrever na sociedade contemporânea.

Nós, leitores fluentes em relação às TIC, estamos acostumados a expressões como “*e-mail*”, “*sites*”, “*blogs*”, “*orkut*” e outros tantos recursos disponíveis na rede. Esses termos foram incorporados com naturalidade ao vocabulário da Língua Portuguesa por estarem relacionados à cultura digital. Por outro lado, um dos aspectos essenciais para conseguir interagir com essas formas de comunicação virtual é o domínio da leitura e da escrita, uma vez que a tecnologia digital depende de uma apreensão rápida das informações e das imagens, o que exige uma competência enquanto leitor.

IMAGEM 6 - SAQUE



Imagem original disponível em:

http://bp2.blogger.com/_rFG9gymABQM/RsfFahR3nxi/AAAAAAAAABI/WMZxslKZ0xl/s1600-h/senha_humor.gif

A imagem 6, debitada a sua quota de humor, representa os desafios que passam milhares de pessoas que não possuem as habilidades de leitura e interpretação das informações solicitadas. Trata-se do retrato da diversidade de comandos necessários para acessar determinadas funções do caixa eletrônico, que apresentam configurações e linguagens distintas a depender do banco, variações que vão desde a configuração da ordem numérica e alfabética do teclado, até os códigos de segurança solicitados, sem contar que não há mecanismos de alto falante como ocorre em outros países e com o qual, acredita um dos trabalhadores entrevistados, seria mais fácil utilizar esse equipamento.

[...] em casa eu consigo usar aparelho de som e o DVD pra assistir filmes porque a gente aprende de uma vez e depois repete sempre a mesma coisa. Quando chega no caixa do banco eu não consigo dar uma dentro, todo dia as letras aparecem diferentes, se tivesse um tipo de rádio que fosse dizendo o que a gente errou e o que fazer pra cada coisa aí facilitava nossa vida (Sr. José Carlos).

Esse universo de mídias hipertextuais demanda que novas estratégias e processos cognitivos sejam desenvolvidos, visto que a aprendizagem inicial para aquisição de leitura se dá em formato de texto e aprende-se a ler de forma linear, da esquerda para a direita. Enquanto isso, a relação com o texto no suporte digital apresenta formatos imbricados e novas possibilidades de leitura, que exigem o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas para realizar navegações através de menus, ícones, conceitos-chave, ou seja, a leitura em rede.

Com esses novos espaços de leitura, ocorrem mudanças relativas à rapidez do pensamento, reflexos, associação de informações e não-linearidade no ato de ler, o que significa também uma “desconstrução” dos processos de aprendizagem da leitura e escrita desenvolvidos tradicionalmente. Soares (2002) estabelece a diferença existente entre a realização de leitura/escrita com o suporte textual impresso e esse mesmo processo no suporte digital.

O texto no papel é escrito e lido linearmente, seqüencialmente – da esquerda para a direita, de cima para baixo, uma página após outra; o texto na tela – o hipertexto – é escrito e é lido de forma multilinear, multi-seqüencial, acionando-se *links* sem que haja uma ordem preferida. A dimensão do texto no papel é materialmente definida: identifica-se claramente seu começo e seu fim, (...) o hipertexto, ao contrário, tem a dimensão que o leitor lhe der (SOARES 2002, p.150).

Portanto, é compreensível que o adulto não alfabetizado tenha dificuldades para assimilar essas estratégias de leituras midiáticas, visto que, ainda hoje, é ensinado, a esse, parte de um conceito reprodutivista de que existe apenas uma forma de aprender a ler e escrever, baseado no suporte do papel e da caneta como tecnologias. Quando analisamos o discurso dos entrevistados para esta pesquisa, identificando como se dá a sua aproximação com as TIC, as respostas apontam para uma percepção de que o digital deveria ser algo que não demandasse requisitos de leitura, mas estivesse em formatos simbólicos e expressões iconográficas, para que eles as utilizassem apenas com um tocar do dedo.

[...] Essas coisas do computador me pegaram de surpresa...como é que a gente nem bem aprendeu a segurar um lápis e já tem que saber usar tudo senão não consegue nem pagar uma conta?... eu acho assim...deveriam colocar uns desenhos em cada botão (tecla) no lugar do que tá escrito, como se fosse um manual pra gente ir se acostumando devagarzinho e ter mais escolas pra ensinar nas obras. É fazer igual a antigamente, tudo funcionava na base da manivela [...] (Sr. Antonio).

Percebe-se que o trabalhador associa a apropriação das múltiplas semioses digitais, através do manuseio de recursos lingüísticos simbólicos executados a partir das mãos, pois associa essa parte do corpo humano à noção da aprendizagem escolar, que não tiveram ao longo da vida. Para o não alfabetizado, aprende-se a ler/escrever usando as mãos. Portanto, seria lógico para o não alfabetizado, também utilizar as mãos como mecanismo para aprendizagem da leitura em formato digital.

Embora não se reporte à situação dos não alfabetizados, Lévy (1998) analisa esse tipo de raciocínio como característica espontânea ao ser humano, onde os “modelos mentais preexistentes” servem de representação para novas configurações.

[...] A manipulação de proposições segundo regras abstratas exerce forte pressão sobre as fontes da memória operacional, sendo ainda mais forte que a dos modelos e imagens. Com efeito, a imagem é uma forma de representação mental econômica, por estarem seus elementos organizados em estruturas fortemente integradas (LÉVY, 1998, p.114).

Essa percepção motora dos trabalhadores da Construção Civil, frente às tecnologias, evidencia as dificuldades dos que se defrontam ou buscam interagir

com elas nas mais diversas situações, associando-as a uma extensão do próprio corpo como um recurso favorável ao seu domínio. Essa noção de que para interagirem com os recursos digitais é necessário uma operação prioritariamente manual traz implícita a natureza do trabalho desse operariado, que é fortemente demarcado por atividades que exigem força física e destreza manual para determinadas tarefas.

Com isso, eles associam a sua condição de trabalhador da Construção Civil à baixa escolaridade e acabam por incorporar a noção de que as tecnologias representam um ambiente do qual eles não conseguirão se aproximar, explicitando o que autores da Economia Clássica identificam como “divisão social do trabalho”¹⁰. Embora as sociedades, especialmente após a Revolução Industrial, tenham adotado como princípio do modo de produção a divisão do trabalho por especialidades, a diferenciação entre a distribuição de tarefas nos canteiros de obras é fortemente demarcada por ofícios e com operações limitadas a determinadas tarefas, o que parece também “limitar” o trabalhador quanto ao seu sentimento de que é possível apropriar-se e utilizar os recursos digitais, o que é comum para outros profissionais.

Os escritos de Marx abordam o modo de produção capitalista como uma forma de desqualificação do trabalhador, que resultam em uma relação de exploração e alienação, à medida que o homem não se reconhece nos produtos ou atividades originadas por seu próprio trabalho, resultando em uma acumulação de capital.

[...] Um contratante vende sua fôrça de trabalho, o outro a compra. O primeiro recebe o valor de sua mercadoria, cujo valor-de-uso, o trabalho, aliena, em consequência disso, ao segundo. Este transforma então os meios de produção que já lhe pertencem com a ajuda do trabalho de que se tornou proprietário num produto, que de direito também é dêle (MARX, 2002, p.680).

Na propalada “Sociedade da Informação” atual, podemos concluir que as possibilidades tecnológicas nunca estiveram tanto à disposição do trabalhador, mas

¹⁰ * Conceito cunhado por Durkheim quando escreveu "Da divisão do trabalho social", onde descreve a necessidade de se estabelecer uma solidariedade orgânica entre os membros da sociedade. A solução estaria em, seguindo o exemplo de um [organismo biológico](#), onde cada [órgão](#) tem uma função e depende dos outros para sobreviver. (wikipedia.org)

também nunca estiveram tão distantes, devido ao desequilíbrio econômico e social promovido pela ausência de políticas públicas democratizantes das TIC, assim como a não “acessibilidade” para essa parcela de milhões de analfabetos do país.

Diante da possibilidade da criação de redes digitais como “coletivos inteligentes”, Lévy (1996, p.57) apela para o que ele chama de “política molecular”, através da qual os sujeitos rompem as categorias sociais pré-estabelecidas e se reconfiguram em todo seu potencial, promovendo uma relação conjunta mediada pelo ciberespaço, o qual, ao seu ver, deveria ser “mais navegável e acessível quanto mais o conjunto das técnicas moleculares for operacional e estiver disponível a baixo custo”.

Assim, as discussões que remetem ao termo “inclusão digital” implicam no reconhecimento das barreiras impeditivas para se estabelecer comunicação com o outro. Com isso, os debates acabam por priorizar, como sinônimo de inclusão, o uso de conexões para atendimento imediato, e acabam relacionando ao termo o consumo exagerado de recursos tecnológicos, bem ao modelo capitalista de inclusão, que visa potencializar o mercado consumidor, em detrimento de uma interferência para um uso mais racional dessas tecnologias, de acordo com às necessidades das diversas camadas sociais.

Nesse contexto, segundo Castells (2003), os indivíduos “excluídos” permanecem na sociedade, ainda que sob uma forma de dominação, não sendo possível alcançar o grau de “incluídos” sem que haja uma verdadeira transformação das estruturas sociais e econômicas vigentes, ao tempo em que aponta que a inovação tecnológica ocorrida nos últimos anos possibilitou a expansão global do capitalismo, caracterizando-se pela velocidade das informações e possibilidades de reestruturações organizacionais, sem precedentes na história.

Quando analisamos os recursos digitais mais utilizados atualmente, (terminais de banco, serviços de auto-atendimento, celulares, computadores etc.), todos precedem requisitos de leitura para sua plena utilização. Basta exemplificarmos o caso do celular em sua potencialidade. Como uma pessoa não alfabetizada manda

ou recebe mensagens? Como ele decifra os avisos e sinalizações constantes nesses aparelhos? Além de fazer e receber ligações, que outras funções conseguem operar? Sobre essa questão, Buzato (2003) aponta:

O mecanismo pelo qual o sujeito não letrado pode vir a sentir-se excluído está ligado não apenas ao valor simbólico do letramento eletrônico promovido pelos meios de comunicação de massa, mas também a certas práticas do cotidiano moderno, tais como obter seu saldo bancário, licenciar seu automóvel ou até mesmo exercer o direito de voto (BUZATO, 2003, p.17).

Nessa perspectiva, a “inclusão digital”, efetivamente, só se dará pelo uso das conexões disponíveis na rede para atender de forma democrática às necessidades dos sujeitos, e não através de um modelo capitalista excludente que associa inclusão ao ato de meramente acessar informações, pois não será o número de “cliques” feitos nos infocentros, ou iniciativas pontuais, que darão conta de uma conjuntura de fatores que levam milhares de trabalhadores jovens e adultos a “pelejar e padecer” por não estarem alfabetizados, nem tradicionalmente, nem digitalmente.

Portanto, a noção de que as tecnologias, antes de serem técnicas, são concebidas com intenções de mercado, de classes e ideologias, precisa ser ampliada para que as discussões sobre “inclusão digital” ultrapassem as propostas simplistas de acesso e caminhem numa perspectiva de direito à informação e comunicação, como condições essenciais para a construção de uma cidadania coerente com a contemporaneidade.

5.2 – A IMPRESSÃO DIGITAL COMO RECURSO TECNOLÓGICO

As literaturas e estudos mais recentes abordam a Inclusão Digital a partir de um contexto “confortável”. Quem escreve sobre esta temática, encontra-se no lugar do “incluído” e pertencente a uma categoria hegemônica em determinados aspectos, tais como cultura, linguagem, status social, que tendem a expressar conceitos simbólicos construídos na ótica de quem nunca vivenciou situações próximas aos

milhares de adultos não alfabetizados que entram em constantes conflitos diretos com as TIC.

No âmbito desta pesquisa, procuramos aproximar o conceito de ID a partir da perspectiva dos que se encontram desprovidos de diversas inclusões e recorrem ainda ao carimbo da sua impressão digital como único instrumento para fazer atestar a sua existência, quando não conseguem assinar um documento. A emergência em se abordar a temática da ID, na perspectiva do trabalhador não alfabetizado da Construção Civil, justifica-se por estarem os mesmos convivendo com uma situação de impedimento, no que se refere ao direito mais básico para o exercício da cidadania, o direito a estabelecer comunicação.

Essa “não comunicação virtual” se evidencia nas situações mais simples do cotidiano dessa população, a exemplo de pagamentos e outras transações com o uso de cartões em lojas de departamentos, quando enfrentam filas imensas para efetivarem uma operação que seria possível com o uso dos terminais de auto-atendimento. Os trabalhadores sequer tentam utilizar os terminais, sob o risco de exporem sua condição de não alfabetizados ao não conseguirem lidar com essas tecnologias.

Sobre as implicações ou impedimentos de determinados setores da sociedade, neste caso, os não alfabetizados, quanto ao uso das tecnologias, Sampaio (1999) é contundente em afirmar que:

Toda a importância dada ao processo de alfabetização não significa que se considere o indivíduo não alfabetizado um cidadão inferior, mas torna claro que, em um mundo onde o registro escrito é uma ferramenta, uma tecnologia que contribui para a organização da sociedade, aqueles que não a dominam provavelmente terão dificuldades em participar plenamente da construção desta realidade (SAMPAIO, 1999, p.59).

Quando trazemos à pesquisa as “falas” dos entrevistados, em que eles revelam espontaneamente o que entendem por inclusão digital, esta realidade toma uma dimensão social que beira à indignação, por se tratar de uma realidade cruel a que estão “submetidas” estas pessoas. Enquanto isso, diversas instituições políticas, econômicas e educacionais usam iniciativas para “incluir os excluídos”, ao tempo em

que promovem uma “discriminação digital”, digna de ser alçada ao mesmo nível jurídico de outras formas de discriminação previstas em lei, como ocorre com a questão racial, conforme consta na Constituição Brasileira:

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
[...] IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
Art. 5º . Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.
[...] XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; (BRASIL, 1988)

Poderíamos então, enquadrar nestes artigos os desenvolvedores de software por não contemplarem as pessoas analfabetas? Em um país que prega a igualdade de direitos, nenhum outro direito está sendo mais cerceado nos tempos atuais, que a liberdade da informação e comunicação, resultando em um processo velado de “discriminação digital”.

Nos depoimentos, o trabalhador expressa o que, na sua concepção, deveria ser feito para que eles conseguissem a autonomia necessária para utilizarem as TIC, pois acreditam que essa aprendizagem ocorrerá mais rapidamente, enquanto eles buscam alfabetizar-se através da leitura e escrita.

[...] Na minha opinião estes aparelhos digitais deveriam ser igual ao rádio, a gente não precisava ler nada e eles iam dizendo o que a gente tem que fazer. Assim...você aperta uma tecla e o aparelho fala o que tá certo e se errar ele diz o que errou e dá tempo a gente consertar. Do jeito que tá hoje, as pessoas que não têm leitura não conseguem entender nada do que a máquina pede (Sr. Hermes).

Essas “agruras” relatadas pelos trabalhadores entrevistados encontram respaldo teórico nas análises de autores como Lévy (1996), que descreve as situações de leitura e interpretação como um processo que envolve essencialmente a criação de sentido para o leitor, o que seria alcançado através de um movimento cognitivo. A leitura é um “ato de rasgar, de amarrotar, de torcer de recosturar o texto para abrir um meio vivo no qual possa desdobrar o sentido” (LÉVY, 1996, p.36).

Os exemplos de estratégias propostos pelos sujeitos da pesquisa se baseiam na perspectiva de se configurar uma interação através de conhecimentos prévios e significados que eles possuem enquanto leitores de mundo, construindo representações da realidade que são ampliadas a partir das suas relações e desafios ao longo da vida, dando-lhes uma configuração de sentidos únicos. Para Solé (1988, p.22), “o significado que um escrito tem para o leitor não é uma tradução ou réplica do significado que o outro quis lhe dar, mas de uma construção que envolve o texto, os conhecimentos prévios do leitor que aborda seus objetivos”.

O mesmo acontece com as tecnologias digitais, mas com um diferencial. As tecnologias da escrita surgiram em diversos contextos sócio-históricos, com apropriações e expressões diferentes, mas evoluíram de forma “menos apressada” ao longo do tempo, permitindo uma apropriação da leitura e da escrita no ritmo de cada sujeito, com o desenvolvimento de estratégias próprias, no contexto de convivência com as mesmas. No atual contexto das TIC, esse processo é extremamente veloz e se alimenta de uma virtualização cognitiva constante.

O digital é uma espécie de matéria fluida, maleável, capaz de suportar inúmeras metamorfoses e deformações. A transmissão das informações ocorre em tempo real, bem distinta, portanto, da transmissão por via do texto escrito, caracterizada pelo intervalo do tempo linear e que submetia seu acesso à exigência de interpretação (KASTRUP, 2000, p.43).

No âmbito desta pesquisa, essa “maleabilidade digital” não é percebida pelos trabalhadores entrevistados. Ao contrário, eles a vêem como algo muito mais difícil que a aprendizagem dos processos de escrita. Isso é compreensível quando analisamos que os pré-requisitos necessários ao uso de determinadas tecnologias, como a leitura, só podem ser alcançados quando se “experenciou” determinadas práticas cognitivas e sociais, alcançadas mesmo fora do ambiente escolar.

Nessa perspectiva, quando as condições mais elementares são proporcionadas aos sujeitos, eles acompanham a lógica hegemônica e incorporam novas práticas a partir das suas experiências e cultura própria, superando o caráter estático das TIC. Ao mesmo tempo, conhecer como o não alfabetizado “adapta-se” as demandas digitais, pode vir a influenciar a formulação de políticas públicas que entendam e

contemplem em que condições e de que forma essas tecnologias estão sendo utilizadas ou resignificadas em diferentes contextos.

Quando categorizamos as respostas dos entrevistados sobre o que eles entendiam por inclusão digital, as respostas foram:

1. – “é alguma coisa que manda a gente digitar a senha” (Sr. José Carlos);
2. – “deve servir pra digitação né não?” (Sr. Ademilson);
3. – “acho que é a impressão digital da gente” (Sr. Armando);
4. – “um aparelho digital” (Sr. Sidney);
5. – “é um tipo de coisa que se aperta com o dedo e funciona” (Sr. Vanderlei);
6. – “alguma tecnologia nova, mais moderna...” (Sr. Hermes);
7. – “assim...tipo o caixa eletrônico do banco é uma coisa digital, eu acho” (Sr. Juracy);
8. – “são os computadores que comandam tudo” (Sr. Adolfo);
9. – “significa tudo que é tipo de máquina hoje em dia” (Sr. Carlos);
10. – “é tudo no controle, mais moderno” (Sr. José de Jesus);
11. – “pra mim deve ser tudo com um cartão” (Sr. Graciliano);
12. – “eu penso que deve ser uma coisa que se faz usando só o toque das mãos” (Sr. Antonio);
13. – “isso é o que a gente vê nos caixas do banco” (Sr. Paulo)

As representações que estes trabalhadores fazem diferem muito do conceito constante em diversas publicações e amplamente disseminado como sinônimo de conexão em rede, ou inserção de determinados grupos a uma determinada infraestrutura digital. Para esses trabalhadores, o sentido da Inclusão Digital apresenta-se coerente com a reprodução de uma série de desigualdades que eles trazem fortemente “impressa” na mão, e associam o dígito ao digital como recurso tecnológico mais avançado.

Na sua “sabedoria popular”, eles acabam por formular conceitos que encontram suporte teórico nas concepções de autores que analisam as dimensões sociais do fenômeno e fogem das significações simplistas para a inclusão digital. Nesse sentido, a fala dos entrevistados coaduna com o que Buzato (2007) assume como inclusão digital, um processo em que grupos entram em contradição e conflito, uma condição natural do ser humano.

um processo contínuo e conflituoso, marcado pela tensão entre homogeneização e proliferação da diferença, tradição e modernidade, necessidade e liberdade, através do qual as TIC penetram contextos sócio-culturais (sempre heterogêneos), transformando-os, ao mesmo tempo em que são transformados pelas maneiras como os sujeitos as praticam nesses contextos (BUZATO, 2007, p.74).

Nesse sentido, discutir “inclusão digital” é, essencialmente, discutir comunicação e linguagens e não apenas incorporar sistemas lingüísticos às TIC, desconsiderando toda complexidade cultural, geográfica e cognitiva para a concepção dessas tecnologias, que perpassam por diferentes sistemas semióticos (visual, musical, verbal, etc.), recorrendo a uma análise “translingüística”, extrapolando assim o caráter sistemático e tradicional da linguagem.

O enigma do conceito “inclusão digital” também se amplia à medida que esse começa a ser percebido, não como o elemento principal das discussões atuais, mas sim como uma das amarras que compõem uma grande rede tecida por tecnologias, concepções políticas e interesses econômicos, como aponta Santos (2000):

A associação entre a tirania do dinheiro e a tirania da informação conduz, desse modo, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo pensamento único, enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemônicos (SANTOS, 2000, p.35).

Os depoimentos dos trabalhadores entrevistados evidenciam o quanto eles estão sendo “alijados” da possibilidade de integrarem as TIC às suas necessidades, por não saberem lidar com as tecnologias mais essenciais, assim como o Estado e outras instâncias “lavam as mãos” e não assumem a crise do impedimento digital para milhares de pessoas.

Dentre os entrevistados que compuseram esta pesquisa, 69% afirmaram só conseguir realizar operações bancárias em casas lotéricas por ser esse o único local em que ele pode se reportar a uma pessoa e não a uma máquina. Com isso, conseguem se desvencilhar das habilidades de leitura que lhes são cobradas quando a comunicação ocorre apenas com o equipamento tecnológico. Afirmando ainda que, quando precisam utilizar algum caixa eletrônico, contam com apoio de alguma pessoa da família ou colega para auxiliar, revelando uma relação de

dependência que não é contemplada nas discussões sobre “inclusão” ou “exclusão digital”.

Para Warschauer (2006), mais que uma discussão tecnológica, é necessária uma análise política quanto à utilização das TIC por grupos sociais menos favorecidos, com vistas a “focalizar a transformação e não a tecnologia” como uma condição para um processo de inclusão social. O argumento do autor é que as questões relacionadas à infra-estrutura tecnológica não podem ser o centro dos debates quanto ao uso das TIC, que, por si só, não garantem o desenvolvimento social.

A estrutura referente à exclusão digital proporciona um esquema insatisfatório em relação à utilização da tecnologia para a promoção do desenvolvimento social, pois enfatiza em excesso a importância da presença física dos computadores e da conectividade, excluindo outros fatores que permitem o uso das TIC pelas pessoas para finalidades significativas (...) A TIC não existe como variável externa, a ser introduzida a partir do exterior, para provocar certas consequências. Ao contrário, está entrelaçada de maneira complexa nos sistemas e nos processos sociais (WARSCHAUER, 2006, p.23).

Enquanto isso, só o olhar marejado de um homem que se envergonha por não saber ler é capaz de traduzir o estigma que carregam os adultos que não conseguem lidar com todo esse aparato tecnológico que o circunda. E quanto mais se sentem à margem das TIC, mais reafirmam que esses instrumentos não foram “feitos para eles”, anulam a perspectiva de que irão conseguir estabelecer contato com seus mecanismos ou, ainda, encontram estratégias inéditas para se relacionarem com essas diversas tecnologias:

[...] já tentei usar o caixa eletrônico mas é muito difícil pra quem não sabe ler, é muito rápido e quando a gente vê já sumiu tudo. [...] Hoje eu chego na casa lotérica entrego o cartão pra moça e só preciso apertar os números da senha e conferir o dinheiro. Assim ficou mais fácil.” (Sr. Juracy)

A concepção e funcionalidade das casas lotéricas, ao que se saiba, não visa a pagamento de salários, mas foram incorporadas às necessidades prementes do trabalhador não alfabetizado que transita por diversas tecnologias atribuindo-lhe significados e descobrindo “brechas digitais” jamais pensadas entre os que concebem códigos fontes, ideogramas e linguagens para uso das TIC.

Essa “adaptação”, no uso dos sistemas digitais, encontra aporte em Milton Santos (2004) quando o autor alerta para as necessidades sociais e culturais do homem:

Na realidade, cada sociedade é caracterizada pela convivência de diversos modos de existência técnica, que coexistem e se afrontam, cada qual com suas próprias armas: para um deles, o confisco institucional; para o outro a curiosidade e a necessidade (SANTOS, 2004, p.180).

Castells (2003, p.393) aponta que os novos sistemas de comunicação apresentam-se como “inclusivos” à medida que parecem contemplar todas as diversidades de mídias, embutindo uma homogeneização às culturas digitais, sem levar em conta em que contexto essas linguagens se fazem presentes, nem a mobilização cognitiva necessária para os que não dominam essas interfaces. O mesmo autor enfatiza o quanto o universo da comunicação de massa padroniza linguagens, expressões culturais e padrões de comunicação como forma de inclusão a um sistema que ele denomina como “padrão cognitivo comum”. Mas, o que seria comum a todos quando as desigualdades sociais são tão acentuadas e ainda não se rompeu a era da escrita pictórica?

Assim, historicamente, a escola se constituiu como o fórum prioritário para discussões, apropriações e significações de aprendizagens. No entanto, o desenvolvimento e aplicação das TIC ocorreram de forma tão “explosiva” que nem mesmo esta instituição conseguiu acompanhar suas possibilidades e aplicações no ambiente educacional, resultando em um descompasso entre o que estava acontecendo fora dos muros escolares e a didática vivenciada na sala de aula. A situação torna-se ainda mais grave quando se tem a dimensão do contingente de pessoas que não freqüentam esses ambientes escolares, formando-se na escola da vida e da obra, como é o caso dos homens que compõem esse trabalho.

Entendemos que inclusão digital perpassa a criação das condições técnicas necessárias para o uso das TIC. No entanto, incluir, em uma análise mais social, requer a oferta de condições essenciais para o desenvolvimento de uma compreensão mais crítica do homem sobre as tecnologias, possibilitando-lhes maior

autonomia e ampliação das habilidades cognitivas para que ele efetivamente possa apropriar-se do universo das tecnologias da informação e comunicação.

5.3 – TEMPOS MODERNOS: DA ALFABETIZAÇÃO AO LETRAMENTO DIGITAL

Os estudos diretamente relacionados ao tema da Inclusão Digital, que abordam discussões sobre alfabetização ou letramento digital, ainda são emergentes no que se refere a uma análise mais abrangente sobre a apropriação desses conceitos no processo educacional. No campo teórico, os sentidos para alfabetização e letramento apresentam variações que se estendem do mero reconhecimento dos códigos e dispositivos técnicos, até a produção e disseminação de informações.

Ao tomarmos o “Livro Verde do Programa Sociedade da Informação” (TAKAHASHI, 2000), embora não contemple o termo inclusão digital, adota como referência o conceito de alfabetização digital, definindo essa como uma etapa necessária para uso das TIC. Essa formulação é similar ao que se estabelece quando se alfabetiza com base na aquisição de habilidades básicas de codificação e decodificação da leitura e da escrita como princípio educativo.

Mesmo recentes, os conceitos de alfabetização e letramento digital geram controvérsias, sobretudo na interpretação que se estabelece quanto a utilização social dos recentes conceitos na história da educação, especialmente na modalidade de jovens e adultos. Sobre essa “divergência” com a formulação constante no Livro Verde, Bonilla (2001) enfatiza o caráter consumidor atribuído à alfabetização digital constante nessa publicação, afirmando que

é no capítulo que trata da Universalização de Serviços para a Cidadania que esse conceito é melhor explicitado. Diz que a alfabetização digital está relacionada à aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, habilidades que aumentem as oportunidades no mercado de trabalho. Ou seja, ser alfabetizado digital é ser usuário de serviços oferecidos pelas novas tecnologias (BONILLA, 2001, p.7).

Buzato (2003) acredita que o conceito de alfabetização está culturalmente relacionado com a codificação/decodificação da escrita e sugere o termo “letramento digital”, relacionando-o à habilidade para construir sentido, capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente as informações disponibilizadas em meio digital. Para Sampaio (1999), alfabetização relaciona-se com a construção social e propõe o termo “alfabetização tecnológica”, que seria a capacitação para utilização inteligente e crítica da tecnologia, em que o sujeito compreenderia as suas potencialidades para utilizá-la com vistas a exercer a cidadania.

O termo “letramento informacional” é utilizado por Warschauer (2006) como um conjunto de conhecimentos em que se faz necessário tanto o domínio no uso do computador, quanto as habilidades de letramento que consistem na capacidade para localizar, avaliar e utilizar as informações disponíveis na rede. Segundo esse autor “há uma grande diferença entre informação e conhecimento, e o letramento informacional é decisivo para a capacidade de transformar a primeira no segundo” (WARSCHAUER, 2006, p.159).

Independente da variedade de conceitos e discursos sobre a alfabetização, o fato é que não basta estender “conceitos antigos” a uma linguagem tecnológica. Para atendimento à emergência de comunicação em formato virtual dos não alfabetizados retratados nesta pesquisa, há um clamor dos jovens e adultos que encontram-se impedidos digitalmente de exercerem sua autonomia, enquanto não se concebem alternativas quanto às possibilidades das TIC no processo de alfabetização de forma integrada, onde os conhecimentos e habilidades sejam potencializadas em situações digitais. Segundo Marcuschi (2002)

[...] costuma-se hoje dizer que alguns aspectos da textualização mudaram com o surgimento das novas tecnologias de escrita, como por exemplo, o hipertexto. E aqui estariam sendo necessárias revisões de noções tais como linearidade, estrutura, coesão e coerência, entre outras. Contudo, já parece claro que novas tecnologias em geral não abalam alicerces vizinhos; quando muito podem sugerir nova pintura, novos telhados e fechaduras mais confortáveis (MARCUSCHI, 2002, p.38)

A analogia do autor é coerente com os processos de aprendizagem, pois em síntese, ninguém desconstrói o que já sabe para construir um novo conhecimento;

ao contrário, agrega-se e produz resignificações aos saberes anteriores. No que se refere à educação de jovens e adultos, isso se revela mais adequado ainda, pois trata-se de pessoas com histórias de vida que precisam ser valorizadas e contempladas em situações de aprendizagem de forma significativa e contextualizada com a sua realidade.

Uma das grandes contribuições de Paulo Freire, especialmente na alfabetização de adultos, consiste em sua interpretação real da leitura e da escrita, considerando a natureza transformadora que esse processo possibilita ao leitor. Para Freire, os métodos tradicionalmente adotados para a alfabetização eram limitados e limitadores, por considerarem a alfabetização somente como um processo para decodificar símbolos, ou apenas um entendimento ingênuo dos significados apresentados nos textos.

Todo o conjunto de informações disponibilizado hoje, em forma de imagens, hipermídias, meios de comunicações etc., pode vir a possibilitar um processo de alfabetização de forma muito mais exploratória e criativa, mobilizando uma série de conhecimentos que estão disponíveis na sociedade. Essa “leitura de mundo” permite ao indivíduo identificar as relações que permeiam o consumo das tecnologias e seus aspectos econômicos, culturais e sociais, assim como possibilita uma apropriação mais coerente das TIC para o exercício da sua cidadania.

Nesse contexto, Levy (1999, p.171) aponta que o papel do professor, diante dos meios tecnológicos, passa a ser o de mobilizador da inteligência e não o de transmissor de conhecimentos. “Sua competência deve deslocar-se no sentido de incentivar a aprendizagem e o pensamento”, isso remete a uma outra vertente no campo da discussão, quanto a formação do profissional da educação. Como prepará-lo para saber conduzir situações de letramentos digitais? Este é um outro problema contemporâneo e sobre o qual não nos deteremos nesta pesquisa, mas que carece de investigações e análise aprofundada desta temática, que alguns autores identificam como “alfabetização tecnológica do professor” (SAMPAIO,1999, p.75).

Em todos os depoimentos colhidos junto aos trabalhadores da Construção Civil que compuseram a amostra desta pesquisa, evidencia-se o clamor de todos para que alguma alternativa eficaz e urgente chegue até eles, pois encontram-se numa perspectiva de “alfabetização divina”, ou seja, acreditam que só através de um “milagre” eles aprenderão a utilizar um caixa eletrônico ou outro recurso tecnológico essencial em seu cotidiano.

Assim, é imprescindível a formulação de uma política pública específica para o desenvolvimento das competências digitais dos adultos duplamente não alfabetizados, para que a alfabetização digital ou conceito similar que venha a ser adotado, se constitua em um projeto nacional. Do contrário, não faz sentido termos a educação básica como uma política pública para a população, sem que se possibilite, não apenas o acesso à informação para todos mas, sobretudo, a compreensão das potencialidades das TIC e apropriação desses recursos para sua vida.

POR UMA OUTRA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO

***“E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.
E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não”***

(Vinícius de Moraes, 1981)

Nos capítulos anteriores, discutimos o percurso de vida e as “agruras digitais” dos trabalhadores da Construção Civil não alfabetizados, abordando, especialmente, a percepção que esse trabalhador tem sobre as tecnologias contemporâneas e as estratégias de convivência que estabelecem para utilizarem as TIC no ambiente de trabalho e em seu cotidiano. Relacionamos também a chegada da modernização nos canteiros de obras e suas implicações para o trabalhador que não possui as habilidades de leitura e escrita frente a esses equipamentos.

Identificamos nesta pesquisa que o termo “excluído” ou “incluído”, sem uma análise mais aprofundada destas dinâmicas significa ratificar um quadro completamente dissociado das desigualdades sociais. Seria o mesmo que relacionar estas denominações a uma condição pessoal do indivíduo. Neste sentido, não se pode falar de “exclusão” sem fazer referência a questões estruturais como desemprego, analfabetismo e precariedade da relações de trabalho e de muitas outras questões sociais presentes na sociedade contemporânea.

O sentido mais apropriado para a “exclusão digital”, sob o nosso ponto de vista, é o de ocultar ou até mesmo eximir a dimensão coletiva desse termo, focalizando a atenção nos indivíduos que “sofrem” da ausência de convivência com as tecnologias. Isso é resultante da nossa tradição política, que mascara os problemas com um discurso de neutralidade. Tal como ocorreu com a situação do

analfabetismo no Brasil, visto como “chaga”, “praga” “abismo” etc, sem que houvesse um enfrentamento dessa questão enquanto política pública efetiva, faz-se hoje com a questão da acessibilidade e apropriação digital.

Dentre os muitos pesquisadores desta temática, Warschauer (2006) aborda que as tecnologias devem servir como meio para as transformações da sociedade, não com o objetivo de superar a “exclusão digital”, mas sim como forma de estimular um processo de inclusão social mais amplo, onde as tecnologias sejam utilizadas pelas pessoas para promover práticas sociais mais efetivas.

O conceito de exclusão digital ajudou a chamar a atenção do público para uma questão social importante: a extensão pela qual a difusão da TIC fomenta a estratificação e a marginalização ou o desenvolvimento e a igualdade. Com a atenção mundial focalizada nesse problema, este é o momento de formular uma estrutura conceitual mais refinada para a questão e uma agenda política e de pesquisa mais informada (WARSCHAUER, 2006, p.282).

Nesse aspecto, o processo de alfabetização também representa uma perspectiva de inclusão política, pois os conhecimentos decorrentes desse aprendizado não se restringem à mera aquisição de códigos, passa a fazer sentido para a realidade e o domínio da leitura e escrita que se constituem em uma das tecnologias capazes de intervir e promover transformações no meio social. Com isso, o mais importante, em qualquer projeto com o uso das TIC, não é a conexão de computadores em rede, mas sim a capacidade que as pessoas passam a ter ao estarem inseridas em práticas sociais e coletivas da vida.

Conforme abordamos na introdução deste trabalho, os impedimentos digitais com os quais os jovens ou adultos não alfabetizados estão convivendo, não se resumem ao uso dos computadores conectados à internet como principal instrumento de acesso as TIC, mas confrontam-se com necessidades mais imediatas e com forte apelo emocional. Como exemplo, podemos reportar ao fato de não conseguirem efetuar transações bancárias, assim como não se tem dados quanto à influência no resultado eleitoral por conta dos eleitores não alfabetizados. A urna eletrônica possibilita acessibilidade para que deficientes visuais possam votar, enquanto o não alfabetizado prefere anular ou votar em branco por não contar com nenhum

dispositivo de auxílio. Com isso, ficam impedidos de exercer um dos direitos mais elementares ao ser humano, o de escolher seus representantes legais.

Essa é apenas uma das barreiras de discriminação digital a serem superadas. Enquanto a expansão das potencialidades da internet cresce entre os que dominam a leitura e escrita, uma parcela significativa da população não alfabetizada tem seu poder de comunicação “sufocado” por conta de não conseguir expressar-se através dos mecanismos *on-line*. Nesse contexto, as expressões “exclusão”, “inclusão” digital são imprecisas e insuficientes para descrever essa problemática contemporânea e seus efeitos, pois segundo Warshauer (2006, p.21), “para proporcionar acesso significativo às novas tecnologias, o conteúdo, a língua, o letramento, a educação e as estruturas comunitárias e institucionais devem todos ser levados em consideração”. Dessa forma, ações que se intitulam como “Inclusão Digital”, desarticuladas de uma atuação pedagógica, não serão suficientes para uma efetiva e significativa inserção do cidadão nas dinâmicas sociais proporcionadas pelas TIC.

Essa lógica do autor coaduna com uma noção de “inclusão digital” mais ampla em que não basta o acesso, mas sim a apropriação e domínio dos mecanismos, até mesmo para não se deixar levar pelos dogmas do capitalismo, que prega o uso das tecnologias como uma relação de consumismo exacerbado desses recursos. Assim, o processo de alfabetização tecnológica passa a ser uma ação contínua, pois as transformações são constantes e demandam atualizações, não apenas para controle operacional de determinados recursos digitais, mas sobretudo, a capacidade do homem em compreender as linguagens e intencionalidades inerentes a essas tecnologias.

Os parâmetros para implementação de um projeto de TIC, segundo Warschauer (2006), requer quatro requisitos básicos são eles; recursos materiais, recursos digitais, recursos humanos e recursos sociais, que tanto podem ser utilizados para produzir novas oportunidades de desenvolvimento social e inclusão, quanto esses mesmos elementos podem vir a se constituir em promotores de exclusão e

subdesenvolvimento. Para o autor, o uso apropriado das TIC vai depender de como esses requisitos se articulam, sobretudo, politicamente.

Identificamos nesta pesquisa que, embora a maior motivação para retorno à sala de aula dos jovens e adultos seja a necessidade de superação da barreira digital que enfrentam cotidianamente, esse desejo em vincular seu processo de alfabetização para, no mínimo, estabelecer comunicação com os recursos digitais não é contemplado. A prevalência de um aprendizado dissociado de práticas digitais, resulta na conformação de uma padronização analógica, tendo o virtual apenas como algo abstrato, na percepção do trabalhador, corroborando uma situação em que o papel da escola está “conformado” a um conjunto de práticas educativas que não contempla a inserção das TIC como estruturante para a Educação de Jovens e Adultos.

É importante reconhecer que a educação para o público de jovens e adultos somente faz sentido quanto parte do princípio das demandas e necessidades que cada grupo aponta. Com isso, é possível identificar práticas pedagógicas que devem se pautar na flexibilidade e no uso de diferentes estratégias de aprendizagem, pois a essência de uma turma de adultos é a motivação que encontram para permanecer em sala de aula, reconhecendo que o seu aprendizado está relacionado com a possibilidade de melhoria na sua qualidade de vida.

O progresso científico e tecnológico que não responde fundamentalmente aos interesses humanos, às necessidades de nossa existência, perdem para mim, sua significação. A todo avanço tecnológico haveria de corresponder o empenho real de resposta imediata a qualquer desafio que pusesse em risco a alegria de viver dos homens e das mulheres (FREIRE, 1996, p.130).

Nesse sentido, Paulo Freire, mais uma vez, traduz a “peleja digital” vivenciada pelo não alfabetizado em pleno século XXI, ao tempo em que a sala de aula implantada nos canteiros de obras, através do Programa SESI Educação do Trabalhador, cujos princípios “freirianos”, conforme estabelecido na proposta pedagógica, norteiam sua práxis, não atendem ao “clamor” do trabalhador e mantém uma aprendizagem baseada apenas no texto como suporte para a alfabetização de seus “clientes-

alunos”. Podemos afirmar que o programa de escolarização implantado nos canteiros de obras não ultrapassa a possibilidade de um processo de alfabetização centrado no domínio dos códigos da leitura e escrita em formato totalmente analógico.

Em contrapartida, a maior motivação para retorno à sala de aula desses jovens e adultos na atualidade é a necessidade de superação da barreira digital que enfrentam cotidianamente. Esse desejo em efetivar seu processo de alfabetização para, no mínimo, estabelecer comunicação com os recursos digitais não é contemplado na escola-canteiro, apenas é citado em textos ou abordados expositivamente pelo professor, resultando na prevalência de um aprendizado dissociado de práticas digitais.

Reafirma-se, com essa “escolarização precária”, que o lugar reservado à EJA continua sendo o de coadjuvante no cenário da educação do país. No que tange às salas de aula que funcionam nos canteiros de obras, Rummert (2007) consegue traduzir a situação em que se encontram os trabalhadores que tem a sua necessidade educacional ao dispor da consciência do empresariado brasileiro.

[...] o MEC, coadunado com os parâmetros da atual ordem estabelecida pelo sistema capital, executa um duplo movimento de terceirização: por um lado, terceiriza instituições de diferentes tipos, transferindo recursos públicos para que executem trabalho educativo (que deveria ser de responsabilidade estrita do Ministério) junto aos jovens da classe trabalhadora; por outro, é terceirizado pelo empresariado para gerenciar uma ação educativa que atende a seus interesses imediatos em relação à força de trabalho e mediatos no que diz respeito a iniciativas que concorram para a manutenção da hegemonia do capital. (RUMMERT, 2007, p.68)

Percebe-se que, como regra do poder, as políticas implementadas proporcionam inserí-los cada vez mais em cursos “precários” para alfabetizá-los “analogicamente”, alocá-los como alunos em ambientes “improvisados” e a incutir-lhes a “culpa” por não saber ler e escrever digitalmente. Quando se analisam os programas e projetos denominados de Inclusão Digital, torna-se evidente que os mesmos apresentam características similares que denotam convergências com o que foi estabelecido nos documentos primários sobre essa temática, ou seja, apresentam de forma simplista,

uma problemática social que não pode ser reduzida a termos como inclusão, exclusão, sociedade da informação e outros fartamente difundidos. Esse processo retrata a concepção hegemônica e impositiva das TIC, gerando uma situação de tensão e “dribles” que os não alfabetizados precisam dar para manter ou adaptar seu contato com essas tecnologias.

Evidenciamos com esta pesquisa que esse distanciamento das TIC tanto na vida, quanto no espaço escolar, que deveria ser o ambiente apropriado para essa aproximação com o digital, resulta na conformação de uma padronização analógica, tendo o virtual apenas como algo abstrato na percepção do trabalhador. Segundo Lévy (1998, p.38), “o sentido nunca é imanente à mensagem, mas a uma situação de comunicação que excede amplamente o domínio da linguagem propriamente dita”. Ou seja, é imprescindível que os trabalhadores, que se encontram na condição de alunos, possam expressar suas percepções, imagens, signos, esquemas mentais e outras associações com o digital, a partir de situações vivenciais.

Também, constatamos que a sala de aula no contexto da Construção Civil, apresenta algumas limitações técnicas, a exemplo da falta de conexão à internet, ou mesmo de rede elétrica adequada, que podem vir a ser impeditivas para o uso das TIC como estruturante de um processo didático para esses trabalhadores. No entanto, com o avanço das redes sem fio e computadores cada vez menores, pode-se desenvolver programas que contemplem a inserção desses equipamentos para a aprendizagem das demandas concretas que os alunos trazem para a sala de aula.

Essa seria, efetivamente, a possibilidade de integrar as tecnologias à educação básica no ambiente escolar da Construção Civil, constituindo-se em uma estratégia democrática para o enfrentamento dos desafios decorrentes das TIC na sociedade contemporânea. Será que os canteiros das obras não comportariam o projeto dos Tabuleiros Digitais?¹¹ Afinal, uma primeira “degustação” precisa ser efetivada para que daí possam surgir uma integração das TIC com programas educacionais que

¹¹ O projeto encontra-se disponível em formato eletrônico através do endereço: www.tabuleirodigital.org

contemplem os não alfabetizados, pelo menos para uma parcela da Construção Civil de Salvador.

Para Buzato (2003) o processo de inclusão digital não se restringe apenas a usar teclados, interfaces gráficas e programas de computador, mas é preciso inserir as pessoas em práticas sociais, reconhecendo os conflitos naturais decorrentes desse processo e esclarecendo o viés consumista que o mercado impõe em relação as TIC. Segundo este autor, o termo inclusão digital compreende:

[...] um processo contínuo e conflituoso, marcado pela tensão entre homogeneização e proliferação da diferença, tradição e modernidade, necessidade e liberdade, através do qual as TIC penetram contextos sócio-culturais (sempre heterogêneos), transformando-os, ao mesmo tempo em que são transformadas pelas maneiras como os sujeitos as praticam nesses contextos.” (BUZATO, 2007, p.74 grifos do autor)

As narrativas dos trabalhadores aqui reproduzidas revelam o “drama” que estão vivenciando para lidar com as TIC e abordam o lugar do sujeito que se sente diferenciado, não mais pela descendência de raça que o marcou durante séculos, mas por um processo que identificamos, nesta pesquisa, como “**discriminação digital**”. Esta conceituação, na análise do professor Pedro Demo (2005), representa um problema que acomete diversas camadas da sociedade e resulta na não inserção, principalmente de adultos/idosos, com a autonomia necessária na “sociedade digital”, resultando em uma parcela significativa constituída apenas por consumidores de produtos digitais.

[...] Interessa-nos aqui a discriminação digital contra imensos segmentos sociais pobres, situação em geral agravada pela má qualidade da escola pública. Esta questão detém enorme complexidade. Primeiro, não se pode imaginar que, de repente, pudéssemos saltar por cima do atraso tecnológico nacional ou por cima da necessidade de infra-estruturas adequadas. Em muitos interiores, a infra-estrutura é ainda muito precária para abrigar a nova mídia em condições mínimas. Segundo, a inclusão digital na escola depende, em grande medida, da qualidade docente, no sentido de que os professores precisam enfronhar-se definitivamente nesta seara, o que, em geral, a pedagogia e a licenciatura não fazem. (DEMO, 2005, p.37)

Essa “discriminação digital” a que estão submetidos os não alfabetizados, decorre de fatores e interesses políticos, econômicos e sociais, que tal como ocorreu com o processo de escolarização no Brasil, desde o período da colonização, as inovações tecnológicas não foram democraticamente difundidas e implementadas. Resultaram em um processo de cristalização de determinadas práticas sociais excludentes e discriminatórias, à medida que a concepção tecnológica das TIC passa automaticamente a dificultar as possibilidades de acesso da maioria da população aos benefícios proporcionados por essas tecnologias.

A tendência, no quadro atual, é uma inserção cada vez maior dessas tecnologias para os mais diversos usos, enquanto os não alfabetizados serão “inseridos” por vias próprias, criando estratégias e ficando “à beira” de uma efetiva apropriação e domínio dos meios digitais. Sobre essa questão, há uma completa dissociação entre o processo de escolarização implantado nos canteiros de obras e o que acontece no próprio canteiro, em detrimento do que consta na proposta pedagógica do Programa SESI Educação do Trabalhador, que tem como princípio “atribuir funcionalidade aos conteúdos trabalhados, proporcionando integração entre conhecimento formal e o cotidiano” (SESI, 2005, p.23). Esse é um exemplo da dicotomia teoria/prática, pois a imagem da fila dependente do cartão de ponto, que consta no capítulo dois, encontra-se ao lado da sala de aula do canteiro de obra e, apesar de todas as evidências, essa situação não é abordada como uma situação de aprendizagem.

É exatamente nesta situação de dependência que milhares de trabalhadores adultos não alfabetizados se encontram, por não haver uma política pública eficaz a ponto de minimizar o sofrimento de não saber ler, nem para produzir mecanismos não apenas para usuários leitores, mas que permitam ao cidadão ser independente para apropriar-se dos mecanismos disponibilizados pelas tecnologias. Aliado à ausência do Estado, constatamos uma situação triplamente precarizada, ou seja, estes trabalhadores estão, em grande parte, com vínculo empregatício terceirizado ou em serviço temporário de acordo com o cronograma da obra, estudam em um ambiente precário e têm como docente um estagiário ainda em processo de formação.

Segundo Lévy (2000), a concepção das tecnologias está diretamente relacionada ao processo histórico em que se formularam essas concepções, assim como é preciso perceber o caráter de não-neutralidade presentes nessas técnicas.

É preciso pensar em equipamentos de comunicação que, ao invés de fazer uma difusão como a mídia tradicional – difusão de uma mensagem por toda parte -, faz com que esses dispositivos estejam à escuta e restituam toda a diversidade do presente no social. Uma outra coisa que é possível explorar é o fato de que estes equipamentos favorecem a emergência da autonomia, tanto de indivíduos quanto de grupos, em que o inimigo é a dependência (LÉVY, 2000, p.16).

Poderíamos questionar o porquê de uma situação concreta, como a retratada na imagem 1, em que o fiscal “bate cartão de ponto” dos operários, não ser abordada em sala de aula, enquanto possibilidade de aprendizado coletivo, de forma que possa efetivamente transpor um conhecimento em práxis da sala de aula. Enquanto isso não acontece, o trabalhador fica “resignado” a delegar o seu registro diário de trabalho a um outro que não o executou, reforçando o estereótipo de profissional restrito à atividade física.

Recorrendo mais uma vez a Pierre Lévy (1998), nossa perspectiva inclusiva em relação às TIC para os não alfabetizados, passa pela concepção da “ideografia dinâmica” defendida pelo autor como um sistema capaz de auxiliar nas atividades digitais através de “modelos mentais”, justificando as vantagens em relação a escrita alfabética:

- A imagem é percebida mais rapidamente que o texto.
- A memorização da imagem é em geral melhor que a das representações verbais.
- A maior parte dos raciocínios espontâneos utilizam a simulação de modelos mentais, freqüentemente imagéticos, muito mais do que cálculos (lógicos) sobre cadeias de caracteres. A ideografia dinâmica permitiria prolongar o raciocínio natural, fornecendo ao sistema cognitivo humano uma “memória operacional” auxiliar apta a evitar as limitações de capacidade da memória operacional biológica (a atenção).
- Enfim, as representações icônicas são independentes das línguas (sem problemas de tradução). (LÉVY, 1998, p.162-63)

Ou seja, a “ideografia dinâmica” possibilitaria o acesso a uma simulação digital, para as situações em que o usuário recorra a um ambiente virtual, através da síntese de

imagens e ideogramas, dando sentido às ações do sujeito ou de uma comunidade. É fato que as tecnologias desenvolvem-se com uma velocidade que o campo educacional não consegue acompanhar; então nada seria mais adequado que a área das ciências tecnológicas voltarem-se um pouco para a educação dos não alfabetizados e, assim como a linguagem em *braille* hoje está presente em grande parte dos recursos digitais, que algo também possa ser pensado para os não alfabetizados. Reconhecemos que esta não é a solução alfabetizadora, mas a emergência do tema requer mecanismos imediatos e eficazes que proporcionem uma “peleja digital” menos sofrida para o jovem ou adulto não alfabetizado.

Portanto, neste estudo, não se esgota a discussão sobre “inclusão digital”, ao contrário, amplia-se o seu debate, ao tempo em que é preciso buscar um outro foco para expressar claramente o quanto a ordem capitalista de produção massiva dos aparelhos digitais não contempla uma sociedade em que a comunicação escrita textualmente encontra-se inacessível para milhares de pessoas. A sugerida “inclusão digital” adota formas e características distintas na sociedade, à medida que as intencionalidades políticas e ideológicas que estão implícitas na concepção dos programas que se dispõem a realizar a “inclusão digital” não são percebidas de forma consciente pelos usuários. Faz-se necessário o aprofundamento de estudos sobre essa temática no meio acadêmico e científico, para que o acesso às TIC possa proporcionar a formação e reformulação de paradigmas do saber e, conseqüentemente, o questionamento das estruturas de poder que estão fortemente ligadas a quem concebe esses programas.

REFERÊNCIAS

ALAVA, Seraphin. **Ciberespaço e formações abertas**: Rumo a novas práticas educacionais?. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ANTUNES, Ricardo Luís Coltro. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____, A crise da sociedade do trabalho: fim da centralidade ou desconstrução do trabalho? In: _____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005

_____, Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia (orgs). **A perda da Razão Social do Trabalho: Terceirização e Precarização**, São Paulo: Boitempo, 2007.

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. História oral e construção da história de vida. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto e SOUSA, Elizeu Clementino de (Orgs.). **Tempos, narrativas e Ficções**: A invenção de si. Porto Alegre: EDIPUCRS: EDUNEB, 2006. p. 313-323.

A TARDE ON LINE. **Número de analfabetos cresceu na Bahia**. Salvador, 05 de ago. 2002. Disponível em <www.ibam.org.br/publique/media/e_sesi.PDF>. Acesso em mar.2007

BARTHOLO, Roberto dos Santos Júnior. **Ética e Responsabilidade Social**. SESI Departamento Nacional. Brasília, 2002.

BIANCHETTI, Lucídio. **Da Chave de Fenda ao Laptop**: Tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação. Santa Catarina: Vozes, 2001.

_____. A expansão dos espaços e Tempos da Educação: À guisa de apresentação. In BIANCHETTI, Lucídio, QUARTIERO, e Elisa Maria, (orgs.). **Educação Corporativa**: Mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Paulo: CORTEZ, 2005.

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Escola Aprendente**: Para Além da Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Quartet, 2005

_____, Maria Helena. O Brasil e a alfabetização digital. **Jornal da Ciência**, Rio de Janeiro, 13 abr. 2001. p. 7. Disponível em: <<http://http://www.faced.ufba.br/~bonilla/artigojc.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

BUZATO, Marcelo E. K. Letramento digital abre portas para o conhecimento. **EducaRede**, 11 mar. 2003. Disponível em: <http://www.educarede.org.br/educa/html/index_busca.cfm> Acesso em 11 ago. 2008.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Entre a Fronteira e a Periferia: linguagem na inclusão digital. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Senado Federal, 05 de outubro de 1988. destina-se a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais. IN: GOVERNO DA BAHIA. **Leis Básicas da Educação**. Salvador, 1997.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: GOVERNO DA BAHIA. **Leis Básicas da Educação**. Salvador, 1997.

CARRAHER, Terezinha, SCHLIEMANN, Ana Lúcia, CARRAHER, David. **Na vida dez, na escola zero**. São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CORRÊA, Viriato. **Cazuza**. 42ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 2004.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: ranços e avanços**. Campinas: Papyrus, 1997.

_____, Inclusão Digital: cada vez mais no centro da inclusão social. **Inclusão Social**. Vol. 1, Nº, 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/4/7>>. Acesso em: 03/11/08.

DEPRESBITERIS, Léa. Educação Profissional: seis faces de um mesmo tema. **Boletim técnico do SENAC**. Rio de Janeiro, vol. 26, nº 2, maio/ago, 2000.

DRUCK, Graça. **Terceirização: (Des) fordizando a fábrica**. Um estudo do Complexo Petroquímico. São Paulo: BOITEMPO/EDUFBA, 2001.

_____, e FRANCO, Tânia (orgs). **A perda da Razão Social do Trabalho: Terceirização e Precarização**. Boitempo, São Paulo, 2007.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação**. Autores Associados, Campinas, São Paulo, 2003.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. O Novo Trabalhador, Emprego e Qualificação. **Construir**. Curitiba: ano II, nº 4, mar.1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A Importância do Ato de Ler**. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Pauperização, Trabalho e Educação**: Profissionalização em questão. Campinas: Caderno CEDES,1998.

_____. **Educação e Crise do trabalho**: Perspectiva de final de século. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos**:Teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000. (p.29-87).

IBGE. **Censo 2006**. Rio de Janeiro: Governo Federal, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/concicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm#ta>>.. Acesso em 11 abr. 08

IBGE. **PNAD**. Rio de Janeiro: Governo Federal, 2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=977&id_pagina=1> Acesso em 25 out.2008

IRELAND, Thimoty. Escolarização de trabalhadores: Aprendendo as ferramentas básicas para a luta cotidiana. In: OLIVEIRA, Inês B. e PAIVA, Jane (orgs). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

KASTRUP, Virginia. Novas Tecnologias cognitivas: o obstáculo e a invenção. In: PELLANDA, Nize Maria Campos e PELLANDA, Eduardo Campos (Org.). **Ciberespaço**: um hipertexto com com Pierre Lèvy. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. 38-54.

KELLNER, Douglas. Trad. Newton Ramos de Oliveira. **Novas tecnologias**: novas alfabetizações: reconstruindo a educação para o novo milênio. Piracicaba: Unimep, 2002. Disponível em:<<http://209.85.165.104/search?q=cache:uqs7DJMCUXwJ:orbita.starmedia.com/o+utraspalavras/trad5.htm+&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=4&gl=br>>.Acesso em 24 set. 2007.

KENSKY, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial**. Campinas: Papirus, 2003.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil: O estado da questão**, Brasília: INEP, 1991.

_____. **Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LALAU, Lázaro Simões Neto. **Bem-te-vi e outras poesias**. Ilustrações de Laurabeatriz. São Paulo: Companhia da Letras, 1994

LEMLE, Miriam. **Guia teórico do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2005

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____, **A Inteligência Coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____, **O que é virtual?**. São Paulo: Ed.34, 1996.

_____, **A Ideografia Dinâmica: rumo a uma imaginação artificial?** São Paulo: Loyola, 1998

_____. A internet e a crise do Sentido. In: PELLANDA, Nize Maria Campos e PELLANDA, Eduardo Campos (Orgs.). **Ciberespaço: um hipertexto com com Pierre Lévy**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. p. 21-35.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA, 2004.

_____. Currículo Prosa e Poesia. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto e SOUSA, Elizeu Clementino de (Orgs.). **Tempos, narrativas e Ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS: EDUNEB, 2006. p. 239-244.

_____. **O rigor fecundo: a etnopesquisa crítica como analítica sensível e rigorosa do processo educativo**. Disponível em <<http://www.revistafaced.ufba.br/viewarticle.php?id=278>>. Acesso em 10/11/08.

MANFREDI, Maria Silvia. Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas. In: MANFREDI, Maria Silva. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. 113-139.

MARCILIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo Haucitec, 1998.

MARTINS, José de Sousa. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Letramento e Oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. IN SIGNORINI, Inês (org). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

_____, **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 . I.1, 2v.

MEC, BRASIL. PARECER n. 11 de maio de 2000 e, **RESOLUÇÃO CNE/CEB, n.11** de 05 de julho de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, 2000.

MEC-Ministério da Educação e Cultura. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secad/index.php?option=content&task=view&id=45&Itemid=169>> Acesso em nov.2008

MELLO, Thiago de. **Faz escuro mas eu canto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOITA, Maria da Conceição. Percursos de formação e de transformação. In: NÓVOA, Antonio (org.). **Vidas de professores**. 2 ed. Porto: Porto Editora, 1995. p. 111-139.

MORAES Vinícius de. **Operário em Construção**. Antologia Poética. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981

PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. **Ensinar e Aprender com Paulo Freire: quarenta horas quarenta anos depois**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

POLON, Thelma Lúcia Pinto. **Estudo de Caso: Programa SESI Educação do Trabalhador.** Rio de Janeiro: IBAM/Caixa, 2003. Disponível em: <www.ibam.org.br/publique/media/e_sesi.PDF>. Acesso em: 25 de mar. 2008.

PRETTO, Nelson De Luca; PINTO, Cláudio. **Tecnologias e novas educações.**In.: Revista Brasileira de educação [online]. vol. 11, no. 31. 2006, p. 19-30. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a03v11n31.pdf> >. Acesso em: 12 de jul. 2008.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil.** 11^a ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

RUMMERT, Sonia Maria. **A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI – O “novo” que reitera antiga destituição de direitos.** In: Gramsci, Trabalho e educação: jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil actual. Coimbra, Educa: 2007

SALM, Cláudio L. **Escola e Trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 13^a ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2006.

_____, **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2004.

SESI – DR/BA: **Projeto Pedagógico do Programa Sesi Educação do Trabalhador,** Salvador: SESI, 2005

SILVA, H.; Jambeiro, O.; Lima, J.; Brandão, M. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação,** Campinas, Disponível em: http://www.ead.unicamp.br/php_ead/boletim.php> Acesso em :22 jul. 2008.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da e CASSINO, João (orgs). **Software Livre e inclusão digital.** São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

_____, **Tecnologia para todos.** Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/eno120920011.htm>>. Acesso em 30/10/08.

SINTRACOM – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e da Madeira da Bahia. Disponível em <www.sintracom.org.br>. Acesso em 23/08/08

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Letramento: **Um tema em três gêneros**. 2ª ed. Belo Horizontes, Autêntica, 2002. 5ª reimpressão.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**, Porto Alegre. Artmed, 1988

SOUZA, Donaldo Bello de. A Escola como empresa: In BIANCHETTI, Lucídio, QUARTIERO, e Elisa Maria, (orgs.). **Educação Corporativa: Mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Paulo: Cortez, 2005.

TAKAHASHI, Tadao (Coord.). **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TENÓRIO, Robinsom Moreira. **Cérebros e Computadores: a complementaridade analógico-digital na informática e na educação**. São Paulo: Escrituras, 1998.

TRAVERSINI, Clarice Saete. **Debite um analfabeto no seu cartão: a solidariedade como estratégia para alfabetizar a população e desresponsabilizar o estado**. Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br/gt18/?q=node/155>>. Acesso em 09 de out. 2008.

TRIVINHO, Eugênio. **O Mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo: Agenda para o futuro**. Brasília: SESI, 1999.

WAGNER, David. **Alfabetização: Construir o futuro**. Brasília: SESI:UNESCO, 2000. Disponível em: <http://www.sesi.fieb.org.br/educacao_trabalhador.shtm>. Acesso em: 12 out. 2007.

WARSCHAUER, Mark. Tradução de Carlos Szlak. **Tecnologia e Inclusão Social: A exclusão digital em debate**. São Paulo: SENAC, 2006.

APÊNDICES

I – questionários

II – Cartas de cessão de uso

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA –Nº 1 – RELATIVO A HISTÓRIA DE VIDA

(conduzida pela pesquisadora no canteiro)

SEU NOME _____

CIDADE ONDE NASCEU _____

FUNÇÃO ATUAL _____

ESTADO CIVIL: solteiro casado viúvo convive maritalmente

IDADE: 18 a 25 26 a 35 36 a 45 41 a 45 46 a 55 acima de 55

QUANTO TEMPO TRABALHA NA C. CIVIL? _____

EXERCEU ALGUMA OUTRA FUNÇÃO ANTES? _____ QUAL _____

SE NÃO ESTIVESSE NA C.CIVIL EM QUE GOSTARIA DE TRABALHAR ?

O QUE LEVOU VOCÊ A TRABALHAR NA CONSTRUÇÃO CIVIL? _____

QUAL A FAIXA CORRESPONDENTE AO VALOR DO SEU SALÁRIO BRUTO

- 1 a 1 e ½ SALÁRIO (de R\$ 380,00 a 570,00)
- 2 a 2 e ½ SALÁRIO (de R\$ 760,00 até 950,00)
- 3 a 3 e ½ SALÁRIO (de R\$ 840,00 a 1.030,00)
- 4 a 4 e ½ SALÁRIO (de R\$ 1.220,00 a 1.600,00)

ATÉ OS SEUS 10 ANOS VOCÊ CRESCEU MORANDO COM QUEM?

PAI e MÃE MÃE PAI AVÓS MÃE E AVÓS OUTROS

2º MOMENTO DA ENTREVISTA – Depoimentos sobre sua história de vida

Leitura do texto INFÂNCIA realizada pela pesquisadora e registros das discussões sobre as recordações que o texto proporcionou aos entrevistados e complemento das informações constantes no questionário nº 1.

QUESTIONÁRIO Nº 2 - RELATIVO AS TIC

QUAIS DESTES APARELHOS DE COMUNICAÇÃO VOCE TEM EM CASA?

TV DVD AP.DE SOM COMPUTADOR CÂMERA DIGITAL
 CELULAR MP4 MP3 OUTROS _____

DESTES, QUAL VOCÊ MAIS UTILIZA? _____ PARA QUE FUNÇÕES?

COMO VOCÊ RETIRA SEU SALÁRIO DO MÊS?

TEM OU JÁ TEVE ALGUMA DIFICULDADE EM UTILIZAR CAIXAS ELETRÔNICOS DO BANCO?

QUAL ESTRATÉGIA VOCÊ UTILIZA OU UTILIZOU P/RESOLVER ESSA QUESTÃO?

QUE OUTRAS FUNÇÕES DO CARTÃO DO BANCO VOCÊ USA ALÉM DE SACAR DINHEIRO?

DESCREVA COMO VOCÊ É O SEU CONTATO COM A URNA ELETRÔNICA NA ÉPOCA DAS ELEIÇÕES

QUAIS AS MUDANÇAS QUE OCORRERAM NA CONSTRUÇÃO CIVIL EM TERMOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E COMO ESTÁ SENDO SEU CONTATO COM ESSAS MUDANÇAS NO CANTEIRO DE OBRAS?

SOBRE AS TECNOLOGIAS MAIS ATUAIS, O QUE PODERIA SER FEITO PARA O APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHADOR DA C. CIVIL ?

VOCÊ JÁ PARTICIPOU OU PARTICIPA DE ALGUMA INICIATIVA DE "INCLUSÃO DIGITAL"? ESSE TERMO SIGNIFICA O QUE PARA VOCÊ?

QUAL FOI A MAIOR MOTIVAÇÃO PARA VOCÊ VOLTAR À SALA DE AULA?

CARTAS DE CESSÃO DE USO DAS ENTREVISTAS, FOTOS, E DOCUMENTOS DOS TRABALHADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carta de Cessão

Eu, Ademilson Evangelista dos Santos,
autorizo para os devidos fins, os direitos dos depoimentos falados e escritos
acerca da minha história de vida, trabalho, estudo e relação com as
tecnologias realizados pela mestranda **AMALEIDE LIMA DOS
SANTOS**, podendo usá-los integralmente ou em partes para sua
dissertação de Mestrado, apresentações e/ou publicações.

Salvador, 30 julho de 2007

Ademilson E. dos Santos
Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carta de Cessão

Eu, Antônio de Jesus Almeida,
autorizo para os devidos fins, os direitos dos depoimentos falados e escritos
acerca da minha história de vida, trabalho, estudo e relação com as
tecnologias realizados pela mestrandia **AMALEIDE LIMA DOS
SANTOS**, podendo usá-los integralmente ou em partes para sua
dissertação de Mestrado, apresentações e/ou publicações.

Salvador, 30, julho de 2007

Antônio de Jesus Almeida
Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carta de Cessão

Eu, Armando Ferreira de Araujo,
autorizo para os devidos fins, os direitos dos depoimentos falados e escritos
acerca da minha história de vida, trabalho, estudo e relação com as
tecnologias realizados pela mestrandia **AMALEIDE LIMA DOS
SANTOS**, podendo usá-los integralmente ou em partes para sua
dissertação de Mestrado, apresentações e/ou publicações.

Salvador, ³⁰ julho de 2007

Armando F. Araujo
Assinatura

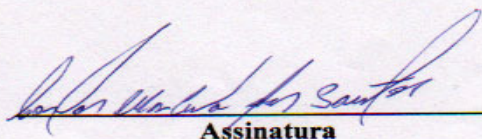


UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carta de Cessão

Eu, Carlos Macena dos Santos,
autorizo para os devidos fins, os direitos dos depoimentos falados e escritos
acerca da minha história de vida, trabalho, estudo e relação com as
tecnologias realizados pela mestrandia **AMALEIDE LIMA DOS
SANTOS**, podendo usá-los integralmente ou em partes para sua
dissertação de Mestrado, apresentações e/ou publicações.

Salvador, 30, julho de 2007


Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carta de Cessão

Eu, Hermes da Silva,
autorizo para os devidos fins, os direitos dos depoimentos falados e escritos
acerca da minha história de vida, trabalho, estudo e relação com as
tecnologias realizados pela mestrandia **AMALEIDE LIMA DOS
SANTOS**, podendo usá-los integralmente ou em partes para sua
dissertação de Mestrado, apresentações e/ou publicações.

Salvador, 30, julho de 2007

Hermes da Silva
Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carta de Cessão

Eu, José Carlos Cavalcante dos Santos,
autorizo para os devidos fins, os direitos dos depoimentos falados e escritos
acerca da minha história de vida, trabalho, estudo e relação com as
tecnologias realizados pela mestrandia **AMALEIDE LIMA DOS
SANTOS**, podendo usá-los integralmente ou em partes para sua
dissertação de Mestrado, apresentações e/ou publicações.

Salvador, 30, julho de 2007

José Carlos Cavalcante dos Santos
Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carta de Cessão

Eu, José de Jesus,
autorizo para os devidos fins, os direitos dos depoimentos falados e escritos
acerca da minha história de vida, trabalho, estudo e relação com as
tecnologias realizados pela mestranda **AMALEIDE LIMA DOS
SANTOS**, podendo usá-los integralmente ou em partes para sua
dissertação de Mestrado, apresentações e/ou publicações.

Salvador, 30 julho de 2007

José de Jesus
Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carta de Cessão

Eu, José Graciliano dos Santos,
autorizo para os devidos fins, os direitos dos depoimentos falados e escritos
acerca da minha história de vida, trabalho, estudo e relação com as
tecnologias realizados pela mestranda **AMALEIDE LIMA DOS
SANTOS**, podendo usá-los integralmente ou em partes para sua
dissertação de Mestrado, apresentações e/ou publicações.

Salvador, 30, julho de 2007

José Graciliano dos Santos
Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carta de Cessão

Eu, Jose Sidnei Souza da Silva,
autorizo para os devidos fins, os direitos dos depoimentos falados e escritos
acerca da minha história de vida, trabalho, estudo e relação com as
tecnologias realizados pela mestrand **AMALEIDE LIMA DOS
SANTOS**, podendo usá-los integralmente ou em partes para sua
dissertação de Mestrado, apresentações e/ou publicações.

Salvador, 30, julho de 2007

Jose Sidnei Souza da Silva
Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carta de Cessão

Eu, Juracy Conceição de Amorim,
autorizo para os devidos fins, os direitos dos depoimentos falados e escritos
acerca da minha história de vida, trabalho, estudo e relação com as
tecnologias realizados pela mestranda **AMALEIDE LIMA DOS
SANTOS**, podendo usá-los integralmente ou em partes para sua
dissertação de Mestrado, apresentações e/ou publicações.

Salvador, 30, julho de 2007

Juracy Conceição de Amorim
Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carta de Cessão

Eu, Paulo Henrique Gomes de Jesus,
autorizo para os devidos fins, os direitos dos depoimentos falados e escritos
acerca da minha história de vida, trabalho, estudo e relação com as
tecnologias realizados pela mestranda **AMALEIDE LIMA DOS
SANTOS**, podendo usá-los integralmente ou em partes para sua
dissertação de Mestrado, apresentações e/ou publicações.

Salvador, 30, julho de 2007

Paulo Henrique Gomes de Jesus
Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carta de Cessão

Eu, Vanderlei Batista da Silva,
autorizo para os devidos fins, os direitos dos depoimentos falados e escritos
acerca da minha história de vida, trabalho, estudo e relação com as
tecnologias realizados pela mestrandia **AMALEIDE LIMA DOS
SANTOS**, podendo usá-los integralmente ou em partes para sua
dissertação de Mestrado, apresentações e/ou publicações.

Salvador, 30, julho de 2007

Vanderlei Batista da Silva

Assinatura